



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO / ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO / PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROBLE CARLOS TENÓRIO MORAES

**AS POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESERVA
EXTRATIVISTA “IPAÚ-ANILZINHO” NA AMAZÔNIA TOCANTINA**

BELÉM – PARÁ
2016

ROBLE CARLOS TENÓRIO MORAES

**AS POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESERVA
EXTRATIVISTA “IPAÚ-ANILZINHO” NA AMAZÔNIA TOCANTINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilena Loureiro da Silva

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais

BELÉM – PARÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

M827p Moraes, Roble Carlos Tenório.

As possibilidades da inserção da educação ambiental em unidades de conservação : o caso da Reserva Extrativista “Ipaú-Anilzinho” na Amazônia tocantina / Roble Carlos Tenório Moraes ; orientadora Marilena Loureiro da Silva. – Belém, 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

1. Educação ambiental – Baião (PA). 2. Educação não-formal – Baião (PA). 3. Reservas naturais – Baião (PA). 4. Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Baião – PA). I. Silva, Marilena Loureiro da (orient.). II. Título.

CDD 22. ed. – 372.357

ROBLE CARLOS TENÓRIO MORAES

**AS POSSIBILIDADES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESERVA
EXTRATIVISTA “IPAÚ-ANILZINHO” NA AMAZÔNIA TOCANTINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 11/07/2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Marilena Loureiro da Silva
Orientadora - ICED/UFPA

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Examinador Interno- ICED/UFPA

Prof. Dr. Mauro Guimarães
Examinador Externo – UFRRJ

Ao ser superior.

A Dona Amélia Tenório, minha Mãe, pela simplicidade e amor incondicional força que me move.

Ao Seu Raimundo Nonato, meu Pai, pelo caráter e zelo que cuida de mim. A ti todo respeito e admiração.

Aos irmãos e irmã, guardas que me carregam mesmo sem saberem.

Ao Ícaro e Ian, meus filhos, que nasceram durante essa trajetória acadêmica, desculpem pela ausência, foi por vocês.

A Dailde, mãe dos meninos. Foi pai e mãe, meu eterno agradecimento, você é parte disso.

Aos parentes, amigos e companheiros que emanam vibrações positivas para que este filho de trabalhadores alcançasse este e outros objetivos.

As populações da RESEX Ipaú-Anilzinho, sem eles, isto não existiria. Sujeitos construtores de uma nova práxis.

Aos interlocutores de informações e em especial a Sara Ramos, que me ajudou de forma ativa, sem você seria mais difícil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família pela compreensão da importância desse trabalho, obrigado pela força e contribuição neste período de idas e vindas. Agradeço por sonhar e realizar comigo esta conquista.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Marilena Loureiro da Silva, sem esta mãe acadêmica, eu não estaria fazendo estes agradecimentos. Obrigado por me mostrar um novo modelo de ser-o-ser.

Aos indivíduos da RESEX Ipaú-Anilzinho, os seres desta pesquisa. Ao Rodrigo Figueiredo do ICMBio, pelas informações e apoio dado a este trabalho. A Sara Ramos, peça fundamental pra que a pesquisa de campo acontecesse.

Ao Partido dos Trabalhadores – PT, pelos homens e mulheres que pensam um novo modelo de sociedade. Em Especial ao Cleidinho Teles, companheiro de luta, e a todos que compõe o Grupo Político Compromisso Social.

A Equipe do Jeguinho e seus agregados, frutos da Pedagogia 2008 – UFPA/Cametá (Higor, Fabiany, Adriane, Suzane, Marilda, Moisés e Joelma / Dailde, Silveira e Elcy) camaradas do bem. Ao amigo e conterrâneo, Eliel Pompeu, que me acompanhou durante todo processo de estudos e pesquisas, valeu por “cair” e levantar comigo e dividi o aluguel da casa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UFPA; Aos professores mentores, Dr. Doriedson Rodrigues, Dr^a. Ney Cristina, Dr. Ronaldo Lima, Dr. Gilmar Silva e em especial a minha orientadora Dr^a. Marilena Loureiro, esses sim chamo de doutores e doutoras. Aos, Prof. Dr. Mauro Guimarães e Dr. Gilmar Pereira da Silva pela avaliação e contribuições neste trabalho. Ao Prof. Dr. Adalberto Costa, luz neste campo de pesquisa.

A Turma do Mestrado (2014), pelo aprendizado e partilha de conhecimentos e alegrias que se tornou amizade. Aos amigos, amigas e colegas do Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente – GEAM da UFPA, em especial a Prof^a Dr^a. Maria Ludetana, Kalyne, Gilmara, Trícia, Aline, Ana Ilda, Kátylla, Magali, Janise, Cilane e Eliel, presentes sempre. A Dayse e Elana amigas que entraram em crises epistemológicas por varias vezes comigo.

A todos os meus amigos e colegas que me brigaram pelo sumiço e ausência.

Aos atores que não foram citados aqui, saibam que na curta memoria deste ser, vocês estão presentes, obrigado por contribuírem mesmo sem saberem e sem serem citados.

Deixo meus sinceros agradecimentos ao amigo Tio Gleison (*in memoriam*) que a morte levou por uma fatalidade.

[...] os homens são aquilo que eles próprios produzem em sua ação sobre a natureza. Portanto, se o homem não tem sua existência garantida pela natureza, mas precisa produzi-la, ele necessita aprender a produzi-la; ele necessita aprender a agir sobre a natureza. Isso quer dizer, pois, que ele necessita ser educado.

Demerval Saviani (2007)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASSORIANORTE	Associação dos Moradores e Mini-Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho do Polo Norte das Comunidades: Vila de Joana Peres e Xininga
ATREPREA	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Extrativistas Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista do Anilzinho
BM	Banco Mundial
CAEA	Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental
CBE	Câmara de Educação Básica
CEPNOR	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNUC	Conselho Nacional de Unidades de Conservação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DAC	Divisão de Arte e Cultura
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
EA	Educação Ambiental
EMATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural
ENCEA	Estratégia de Comunicação em Educação Ambiental
ENNOEPe	Encontro Norte e Nordeste dos Estudantes de Pedagogia
EPECUT	Encontro de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins

EPEPe	Encontro Paraense dos Estudantes de Pedagogia
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
GEAM	Grupo de Pesquisas em Educação Cultura e Meio Ambiente
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICED	Instituto de Ciências da Educação
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MEC	Ministério da Educação
MEPe	Movimento Estudantil de Pedagogia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
MPF	Ministério Público Federal
NAC	Núcleo de Arte e Cultura
NAEA	Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PARNA	Parque Nacional
PMB	Prefeitura Municipal de Baião
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental

PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REFA	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDEJU	Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Juventude
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISBio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UC	Unidade de Conservação
UCUS	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNESCO	<i>(United Educational Scientific And Cultural Organization)</i> Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPI	Unidades de Proteção Integral

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Consolidação das Unidades de Conservação	37
Tabela 02	Categorias de Unidades de Conservação	40
Tabela 03	Comunidades Tradicionais e Não Tradicionais	47
Tabela 04	Atividades de Campo – Ano 2015	96
Tabela 05	Atividades de Campo – Ano 2016	97

LISTA DE MAPAS/IMAGENS

Mapa 01	Microrregião de Cametá e Localizações das RESEXs da Microrregião	21
Mapa 02	RESEX Ipaú-Anilzinho – Baião/PA	23
Mapa 03	Localização das Comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho	71
Imagem 01	Livro “Lei do Anilzinho”	74
Imagem 02	Vila de Joana Peres e Anilzinho da RESEX Ipaú-Anilzinho	76
Imagem 03	Representação da Utilização do Método Materialista Histórico-Dialético	86
Imagem 04	Distâncias das Comunidades da RESEX e BR 422	93
Imagem 05	Apreensão de Madeira e Fechamento de Serrarias Ilegais	104
Imagem 06	Ações Realizadas pelo ICMBio	122

RESUMO

Este trabalho apresenta-se com a temática da Educação Ambiental em Área Protegida (Reserva Extrativista) que compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000). O *lôcus* de pesquisa foram as Comunidades de Joana Peres e Anilzinho que compõe a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho localizada no município de Baião/PA no nordeste paraense. Teve como objeto as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo ICMBio na RESEX Ipaú-Anilzinho e a problemática pautada na indagação de como as ações de educação ambiental enquanto política pública no contexto de unidade de conservação se relacionam com a gestão da RESEX e contribuem com o desenvolvimento local das comunidades. O campo de análise da educação ambiental não esteve detido na educação formal escolar e sim de uma educação não formal e informal que se apresenta no escopo das ações que são desenvolvidas pelo ICMBio e das atividades das populações da RESEX. Nesta pesquisa utilizou-se o materialismo histórico-dialético como perspectiva teórica, e na ancoragem da abordagem qualitativa, que permite aos investigadores qualitativos compreender os seus métodos no contexto histórico. Ancoramo-nos na discussão da teoria crítica como campo de embasamento teórico e a análise foi realizada por meio do método marxista que norteou a pesquisa considerando os elementos marxistas calcados na dialética, na historicidade e na mediação. Por meio da fundamentação do método refletimos sobre os incursos ambientais voltados para: a crise ambiental, a constituição dos espaços de proteção ambiental, bem como seus processos de instituição da educação ambiental como mediadora de ações nesta área para a construção da sustentabilidade ambiental, envolvendo comunidades tradicionais e o poder público que gerem esses espaços. Avanços e retrocessos foram identificados e na análise de conteúdo identificamos que apesar das dificuldades empreendidas tanto pelo poder público, quanto das populações tradicionais, houve avanços com a criação da reserva extrativista, identificamos que a Política Nacional de Educação Ambiental está presente nas ações do ICMBio por meio do Programa Nacional de Educação Ambiental e as ações do órgão gestor surtem efeitos e contribuem para o desenvolvimento da reserva, além disso outras situações afloraram e precisam serem sanadas como, os conflitos que dificultam a gestão da UC por situações que vão da extração ilegal de madeira, ausência da associação mãe da reserva, a divisão da reserva em polos (Norte e Sul), resistência à presença e ações do ICMBio por parcela de moradores, ausência de uma proposta pedagógica na escola que considere a área de reserva, plano de manejo não aprovado, permanência de assentamentos e de populações não tradicionais na RESEX, entre outras situações apontadas no trabalho. A pesquisa possibilitou a compreensão da dualidade homem/natureza e por certo contribuirá em novos olhares para auxiliar na construção de possíveis propostas de intervenção da educação ambiental para gestão mais eficiente da UC.

Palavras-chave: Reserva Extrativista; Educação Ambiental; ICMBio; Educação Não Formal; Populações Tradicionais.

ABSTRACT

This work presents the issue about Environmental Education in Protected Area (extractive reserve) which holds the Conservation Units of the National System (CUNS, Law 9.985, July 18th, 2000). The *locus* of research were Joana Peres and Anilzinho Communities which holds Ipaú-Anilzinho Extractive Reserve located in Baião/Pa Municipality in the Northeast of Pará. It had as fact the environmental education actions developed by ICMBio at RESEX Ipaú-Anilzinho and the matter listed as question of how actions of environmental education as public politics in sense of conservation unit are related with RESEX management and how they contribute to the local development of the communities. The environmental education analysis field was not stuck on schooling formal education but on informal and non-formal education that presents the actions target developed by ICMBio and the populations' activities from RESEX. In this research it was used historical-speech materialism with theory perspective, and qualitative approach, that permits to the qualitative supervisors understand their methods in historical context. We supported the discussion of critical theory as theoretical field foundation and the analysis was made through Marxism method which guides the research considering Marxism elements inserted into speech, history and mediation. By the method substantiation we thought about environmental incursion directed to: environmental crisis, environmental protection space constitution, as well as their environmental education of institution processes as mediator of actions in this area for environmental sustainability construction, involving traditional communities and public force which manage these spaces. Advance and backspace were identified and at the content analysis we identify that besides the difficulties undertaken as public force as traditional populations, there were advances with the creation of extractive reserve, we also identify that the Environmental Education National Politic is present on ICMBio actions through Environmental Education National Program and the actions of the managing body have effects and contribute to the development of the reserve, in addition other situations have surfaced and need to be remedied as, the conflicts that make difficult the management of the UC by situations that go from the illegal extraction of wood, absence of reserve's parent association, the division of the reserve into poles (North and South), resistance to ICMBio's presence and actions by a portion of residents, absence of a pedagogical proposal in the school that considers the reserve area, management plan not approved, permanence of settlements and non-traditional populations in the RESEX, among other situations pointed out in the work. The research made possible understanding of the duality of man / nature and will certainly contribute in new perspectives to help in the construction of possible proposals of intervention of environmental education for more efficient management of the UC.

Keywords: Extractive; Environmental Education; ICMBio; Non-formal Education; Traditional Populations.

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Formulação do Problema	22
1.2	Objetivos da Pesquisa	27

SEÇÃO II

2	DA QUESTÃO AMBIENTAL À CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRA	28
2.1	Crise Ambiental: Breve Percorso Histórico para Consolidação das Unidades de Conservação	29
2.2	A Constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e seus Objetivos	35
2.3	Populações Tradicionais: As comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho	45

SEÇÃO III

3	A CRISE DO CAPITAL E SEUS MECANISMOS DE SUPERAÇÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO AS RESERVAS EXTRATIVISTAS	53
3.1	Considerações sobre o Mecanismo de Superação da Crise do Capital e suas Influências na Educação	54
3.2	O Papel da Educação como Mecanismo de Superação da Crise	58
3.3	Por uma Transformação Social: As Políticas Públicas Educacionais	60
3.4	Breve Panorama Educacional em Unidades de Conservação	63

SEÇÃO IV

4	A RESEX IPAÚ-ANILZINHO E OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	70
4.1	A Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho no município de Baião/PA	71
4.2	A contribuição da Teoria Crítica para a Pesquisa em EA	77
4.3	Metodologia da Pesquisa e Instrumentos de Produção de Dados	82
4.4	O Método Marxista e as Categorias de Análises	85

SEÇÃO V

5	A RESEX IPAÚ-ANILZINHO: REALIDADE AMBIENTAL E SEUS DESBOBRAMENTOS	89
5.1	Do ICMBio aos Sujeitos da Pesquisa	90
5.2	As Ações Desenvolvidas pelo ICMBio e os Espaços de Sociabilidade da Educação Ambiental Não Formal e Informal	95
5.3	A Gestão do ICMBio na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho e suas contribuições para o desenvolvimento local da RESEX	101
5.3.1	RESEX para que? Cumprindo seus objetivos	102
5.3.2	A presença do ICMBio: Perspectivas da População da Reserva	107
5.3.3	Construindo Caminhos para a Gestão da RESEX	111
5.3.4	Os Espaços de Sociabilidade da Educação Ambiental na Reserva Ipaú-Anilzinho ...	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
8	APÊNDICE	141

SEÇÃO I

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 07).

1 – INTRODUÇÃO

Ao iniciar este trabalho faço uma breve reflexão sobre as inquietações que me fizeram adentrar neste campo de debate educacional em específico da área ambiental.

O contato com a natureza e a permanente luta pela realização equacional da qualidade de vida me remete ao pensamento do ser humano enquanto sujeito histórico e transformador do seu ambiente de vida; assim, sigo na construção desta pesquisa em meio a diversas reflexões e exponho que: atualmente é corriqueiro ouvir, falar ou discutir problemas de cunho ambiental em qualquer espaço que convivemos. Ao nos deparar com diversos tipos de mudanças climáticas estamos superficialmente indicando que isso se deve ao desequilíbrio do meio ambiente natural que provoca intervenção na qualidade de vida da sociedade.

No entanto, por vezes deixamos de analisar por via do processo histórico a evolução de uma espécie que não está eximia dessa responsabilidade – o Ser Humano, ícone deste processo acredita-se que ao se analisar sua condição humana conseguimos identificar a origem dos problemas ambientais. Assim como, o modelo dominador criado quando este torna-se o centro das coisas e deixa em segundo plano a importância da natureza de forma sacralizada.

A partir disso surge a ideia de como se apresenta o arquétipo do homem causador de problemas ambientais. Então, acredita-se que o homem, apesar de ser a célula primordial no campo conceitual antropológico geral e da cultura, também é um agente causador de problemas. Mas de início podemos dizer que o homem se distingue dos demais agentes da natureza, para Lidório (2002) nos aspectos culturais por “sua capacidade de transmitir sua história à geração vindoura, avaliá-la de acordo com seus atuais princípios e desejos, e recriá-la à luz de suas expectativas”. Assim adotando esse comportamento, de caráter modificador do meio, que iniciou a era das grandes transformações a partir do momento que se reúne para o convívio social.

Com pensamentos nessa direção, apresento a trajetória vivida que me fez chegar até este momento e comungar com o campo da pesquisa ambiental, entendendo, que a dualidade homem e natureza é responsável pelo padrão de vida contemporâneo. Consequentemente apresento a proposta deste trabalho com todos seus aspectos que são possíveis para o seu entendimento.

Rever a trajetória de vida e acadêmica é sempre uma oportunidade interessante. É um momento em que paramos para refletir sobre o caminho que viemos trilhando na direção tanto das nossas realizações profissionais quanto da nossa contribuição para esse campo, ao desenvolvimento das instituições e da sociedade das quais fazemos parte.

A *priori* filho de trabalhador e trabalhadora rural, oriundo do município de Cametá¹ no nordeste paraense, sempre tive contato direto com a natureza, meus pais migraram da área rural para ter possibilidades de oferecer melhores condições de vida através da educação para os filhos, que ao todo somam-se em 08 (oito) da qual sou o terceiro da linha genealógica dos irmãos e desse total temos apenas uma irmã. Assim minha mãe se concentrou no cuidado dos filhos e nos afazeres domésticos, enquanto meu pai seguia a profissão liberal de latoeiro/funileiro e pintor de carros.

Todos, tivemos opção de estudar o ensino básico (fundamental e médio), porém, meus dois irmãos mais velhos se concentraram na ajuda dos serviços da oficina do nosso genitor. Tinha a compreensão que a mudança de vida e de pensamento tinha a educação como a única saída, pois, a renda de nossa família servia apenas para suprir de maneira mínima as necessidades básicas de alimentação e vestimentas de nossa família.

Com isso, apesar das dificuldades desde muito cedo eu e meus irmãos ingressamos em organizações de movimentos sociais, religiosos (Pastoral da Juventude), partido político de orientação ideológica de esquerda e em manifestações de arte e cultura, onde indagações sobre a educação social para a formação do ser humano me levaram a buscar cientificamente a querer compreender como essas relações do homem com o meio estão presentes em nosso cotidiano e fazem acontecer o processo de transformação social.

¹ O município de Cametá pertence à mesorregião nordeste paraense tendo seus limites territoriais ao norte com o município de Limoeiro de Ajuru, ao sul, com Mocajuba, ao leste, com o de Igarapé-Miri e ao Oeste com o município de Oeiras do Pará. O município possui uma população estimada em 130.868 habitantes (IBGE/2015). Sua extensão territorial é de 3.081.367 Km² (IBGE, 2010).

No Ensino Médio a convite da Profª Drª. Benedita Celeste de Moraes Pinto do Campus da UFPA/Cametá ingressei como voluntário do projeto “Inclusão no processo ensino-aprendizagem a partir da reconstituição da história, memória e cultura quilombola na Região do Tocantins” do Campus da UFPA/Cametá.

Participei como monitor de Oficinas de Produção e Criação de Histórias que em trabalho final eram convertidos em peças teatrais que relatavam a constituição e vivência das populações remanescentes de quilombolas na região tocantina. Este trabalho posteriormente foi parte integrante do produto final que se tornou um Livro Paradidático sob organização da Profª Celeste Pinto chamado “O livro que vó Madá escreveu na memória: histórias do antigo quilombo do Mola” (Cametá: BCMP Editora, 2009).

Com a conclusão do Ensino Médio no ano de 2004, trabalhei como profissional autônomo em diversos ramos profissionais na cidade de Cametá, em 2007 prestei concurso público e consequentemente classificado para o cargo de Agente Administrativo da Prefeitura de Cametá sendo lotado para trabalhar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha da qual iniciei minha vida como um profissional da educação formal.

No ano de 2008 fui aprovado no vestibular da UFPA para o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para o Campus de Cametá. O período que estive na graduação foi um dos tempos mais intensos que puder ter em minha vida, adotei a universidade como segunda casa e nela vi o potencial de convergir todos os meus anseios em realidade.

Ingressei no movimento estudantil de pedagogia onde milito até hoje, ajudei na construção do Centro Acadêmico de Pedagogia de Cametá. Coordenei as primeiras edições do Encontro de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins (EPECUT), na militância estudantil retomamos as atividades do Movimento Estudantil Paraense (MEPe/PA) com o retorno dos Encontros Estaduais dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe) que integram todos os curso de pedagogia do Estado do Pará e que desde o ano de 2004 não realizava ações, debates e formações acerca da importância do curso e do profissional da pedagogia; participamos ativamente e sediamos por duas vezes o Encontro Norte e Nordeste dos Estudantes de Pedagogia (ENNOEPe) em 2012 na cidade de Cametá e em 2016 na capital Belém, além de ter realizado o Encontro Nacional dos Estudantes e das Estudantes de Pedagogia em 2013 que é considerado o maior encontro deliberativo do curso de pedagogia sediado na UFPA no Campus do Guamá em Belém.

Apesar de não estar mais no curso de Pedagogia, participo a convite das ações e encontros que o MEPe me convida, e por ser de um curso da área de educação o estatuto do movimento estudantil de pedagogia me garante voz e voto nos encontros deliberativos.

Além do movimento estudantil, ajudei a construir o projeto que criou o Núcleo de Arte e Cultura (NAC) da UFPA/Cametá, e hoje conhecido como Divisão de Arte e Cultura (DAC²), na primeira gestão fui nomeado como Vice-Diretor de Recursos (2008-2009) e com a instalação de processo eleitoral universal para direção da DAC, fui eleito por 02 (duas) vezes Coordenador Geral da DAC que compreendeu os anos de 2010 a 2012.

No ano de 2010 e 2011 atuei como Coordenador de Alfabetizadores do Programa Mova Pará Alfabetizado (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), sob coordenação da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), que tinha como proposta de reduzir o analfabetismo no Brasil e no Pará, podendo assim ter maior contato com ribeirinhos da região de Cametá que participavam do programa.

Durante o curso de pedagogia buscava minha área de atuação e nos caminhos das disciplinas tentava obter uma área de pesquisa. Na época o curso ofertava apenas 02 (duas) grades de aprofundamento teórico de formação específica que se chamava “Núcleo Eletivo” sendo um na área da Educação de Jovens e Adultos e o outro em Educação Ambiental. Das quais optei pela ambiental e nas disciplinas: Teorias de Desenvolvimento e Meio Ambiente; Educação e Problemas Regionais; Ecologia e Biodiversidade; e Tecnologias em Educação Ambiental no Currículo Escolar – me deparei com aquilo que me fazia sentir necessidade de compreender em ordem mais específica.

A partir das proximidades com a temática e a afinidade das pesquisas do Prof^o Dr. Adalberto Costa (UFPA/Cametá) que nesse período era doutorando do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) e seu trabalho era em Unidades de Conservação especificamente nas RESEXS Verde para Sempre no município de Porto de Móz / PA e Arióca Pruanã em Oeiras do Pará / PA, tomei ele como orientador do trabalho de conclusão de curso e produzir a pesquisa intitulada: *O Processo Educativo em Unidades de*

² A Divisão de Arte e Cultura é uma sub-unidade de Extensão do Campus Universitário do Tocantins – CUNTINS/UFPA e como função fomenta ações simbólicas e imaginárias da sociedade cametaense como manifestações culturais. DAC é um espaço projetado com intenções acadêmicas de ações extensionistas de arte e cultura pensadas para dentro e fora do Campus da UFPA em Cametá.

Conservação: reflexões sobre o papel da educação enquanto instrumento de luta, que teve por objetivo realizar um estudo bibliográfico acerca das ações educacionais desenvolvidas em unidades de conservação (UC) brasileiras, bem como sua área de atuação nos espaços formais, não formais e informais envolvendo as relações do Estado, sociedade civil organizada, movimentos sociais, ONG's e instituições do terceiro setor, concebendo assim minha orientação de área de pesquisa para estudos posteriores.

Graduei-me em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará em 2012, em 2013 ingressei na especialização “*lato sensu*” em História Afro-Brasileira e Indígena por entender que o curso me permitia discutir melhor os movimentos quilombolas da região tocantina em específico os quilombos do município de Cametá que são categorizados como populações tradicionais e que futuramente este debate viria a tona já que em áreas ambientais essas e outras populações estão presentes.

No início de 2014 concluí a especialização com a produção da monografia intitulada: *Educação e Desenvolvimento na Terra da Liberdade: o caso de uma Associação Remanescente de Quilombolas na Amazônia Tocantina*. A pesquisa abordou as relações históricas dos movimentos sociais na região e em especial o movimento negro tornando determinante para a reconstrução da identidade dos povoados negros da região tocantina, a pesquisa possibilitou a identificação das percepções/sentimento dos atores sociais e dos indivíduos pertencentes a 08 (oito) comunidades quilombolas a partir da criação da Associação Remanescentes de Quilombolas Terra da Liberdade no município de Cametá/PA. Esse mecanismo foi crucial na problematização das práticas educativas e sociais na área de abrangência da associação, vislumbrando novas possibilidades de garantia de direitos e reparação do anonimato dessas populações.

Em 2013 fui convidado pela gestão pública municipal de Cametá para assumir a Direção da Divisão de Educação para o Trânsito do Departamento Municipal de Trânsito da cidade, na oportunidade aceitei o convite para atuar nessa área que me serviria como experiência profissional, já que se tratava de um espaço que promovia educação não formal e informal e o curso de pedagogia me possibilitou essa condição, atualmente assumo a função de Diretor do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Cametá.

Ainda no ano de 2013 participei da Seleção para o Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação

(ICED) da UFPA e do Mestrado em Ciências Políticas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) também da UFPA. Ao ser classificado pelo PPGED abandonei a seleção de Ciências Políticas na fase de entrevistas por considerar que o Mestrado em Educação no momento era o mais oportuno devido minha formação na área e tendo como orientadora a Prof^a Dr^a. Marilena Loureiro da Silva, que por sinal tem uma trajetória ímpar em pesquisas na área ambiental no estado do Pará.

Ao ingressar no PPGED me vinculei ao Grupo de Estudos em Educação Cultura e Meio Ambiente (GEAM), coordenado pelas Prof^a Dr^a. Marilena Loureiro³ e a Prof^a Dr^a. Ludetana Araújo⁴ e neste mesmo ano compus a Equipe do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental (CAEA) sob responsabilidade do GEAM em parceria como o Ministério da Educação (MEC) do Governo Federal por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que ofertou turmas de aperfeiçoamento em 08 (oito) municípios do Estado do Pará (Belém, Barcarena, Moju, Cametá, Mocajuba, Tucuruí, Portel e Oriximiná), no curso participei na função de Professor Formador.

Atualmente participo como Professor Pesquisador do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, ofertado para 03 (três) municípios paraenses sendo: Belém, Moju e Santarém.

Nas disciplinas do Mestrado em Educação do PPGED/UFPA foi realizada a delimitação da temática e formulação do problema de pesquisa.

Na região do Tocantins que aqui será usada a expressão *Amazônia Tocantina* que compreende os municípios da microrregião de Cametá⁵ (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará), que se define pelas suas particularidades geográficas de áreas de terra firma, ilhas e várzeas que dão um tom específico para a região.

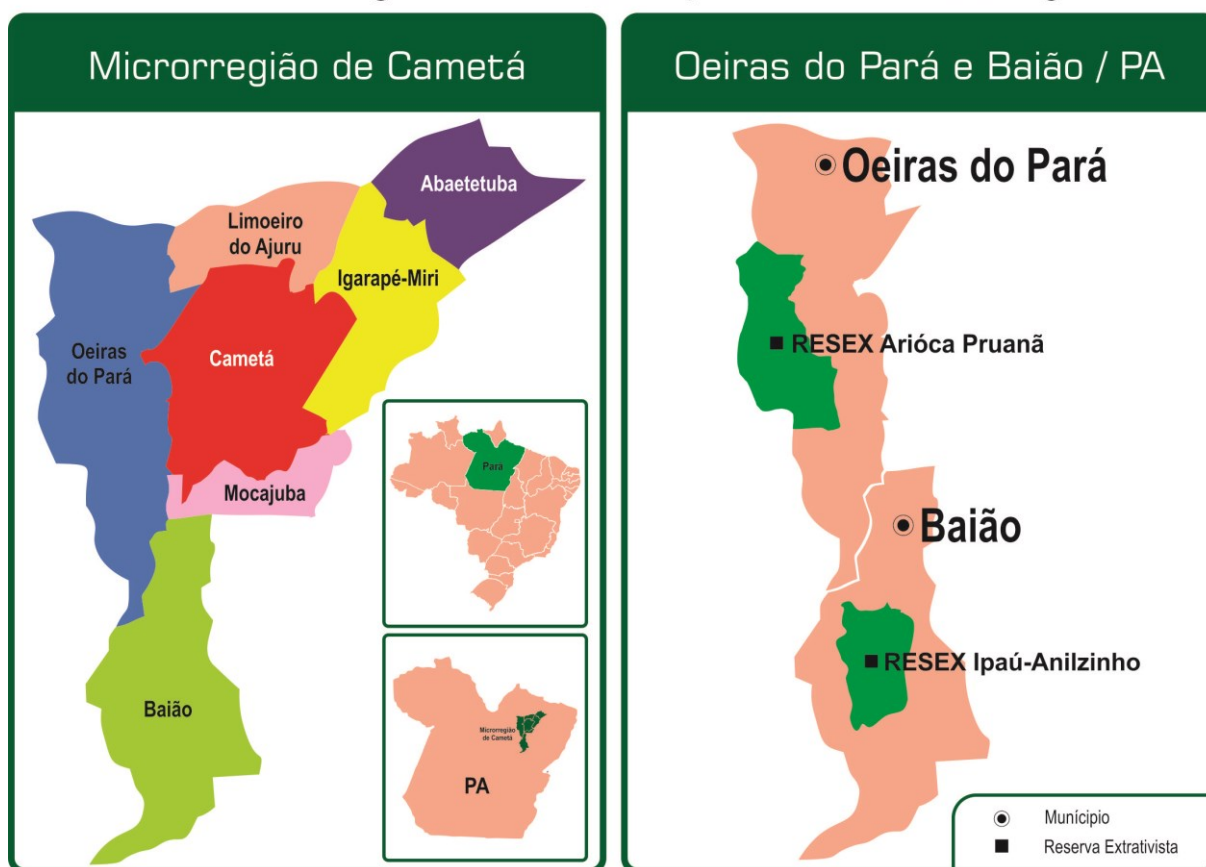
³ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7261982145077537>

⁴ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0282298023451578>

⁵ A microrregião de Cametá é uma das microrregiões do estado brasileiro do Pará pertencente à mesorregião Nordeste Paraense. Sua população foi estimada em 2014 pelo IBGE em 466.929 habitantes e está dividida em sete municípios. Possui uma área total de 16.660,427 km².

Na referida região temos duas áreas de proteção ambiental de uso sustentáveis, sendo: a Reserva Extrativista Arióca Pruanã⁶ no município de Oeiras do Pará e a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho⁷ no município de Baião. Devido a acontecimentos históricos, as percepções de notícias que na região da estrada Transcametá (BR 422) que liga os municípios de Cametá e Tucuruí haveriam diversos conflitos entre madeireiros e a população local, desmatamento desordenado principalmente nas áreas de castanhais, comunidades tradicionais remanescentes de quilombolas e de forte ideário de lutas sociais empreendidos por movimentos sociais como os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB), Colônia de Pescadores e outras instituições representativas e que na sua maioria ocorriam dentro da área da RESEX Ipaú-Anilzinho esta foi escolhida como *locus* desta pesquisa.

MAPA 01: Microrregião de Cametá e Localizações das RESEXs da Microrregião



Fontes: Imagem ilustrativa vetorizada e criada em CorelDRAW X7 pelo autor (2016).

Mapa Brasil Político. Disponível em: http://www.sbsrj.com.br/mapa_brasil_01.htm. Acesso em outubro de 2015.

Estado do Pará/Microrregião de Cametá: IBGE (2009).

RESEX Arióca Pruanã e RESEX Ipaú-Anilzinho: CNUC (2011).

⁶ A RESEX Arióca Pruanã foi criada pelo Decreto Presidencial de 16 de novembro de 2005, e está localizada no município de Oeiras do Pará/PA com cerca de 83.445 hectares.

⁷ A RESEX Ipaú-Anilzinho foi criada pelo Decreto Presidencial de 14 de junho de 2005 e está localizada no município de Baião/PA com uma superfície territorial de 55.816 hectares.

1.1 – Formulação do Problema

O presente texto traz em seu bojo a formulação teórica da pesquisa que tem por *locus* a RESEX Ipaú-Anilzinho mencionada anteriormente. A temática se alicerçou no estudo da Educação Ambiental em Área Protegida (Reserva Extrativista), tendo como objeto de pesquisa as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo ICMBio na Resex Ipaú-Anilzinho relacionados com a Política Nacional de Educação Ambiental e suas contribuições para o desenvolvimento local da Resex.

Essa problemática de pesquisa tem por foco de como as ações de educação ambiental enquanto política pública no contexto de unidade de conservação se relacionam com a gestão da RESEX e contribuem com o desenvolvimento local das comunidades.

Dessa forma constituiu-se este relatório da reserva que demonstrará a intensidade das ações realizadas nas comunidades locais que por competência inicial parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que é o órgão gestor, para que esse processo de efetivação da criação da reserva e da educação verdadeiramente cumpram seu papel.

As atividades de campo tiveram por base inicial a pesquisa exploratória que consistiu no levantamento de dados e informações na RESEX Ipaú-Anilzinho, de maneira que possibilitou uma melhor compreensão da problemática da pesquisa e pressupostos que possibilitaram o entendimento do alcance dos objetivos propostos no trabalho. A pesquisa exploratória segundo GIL (2002) “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses [...] o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Suas etapas foram necessárias para que se obtivesse uma melhor familiaridade com o problema e construção de possíveis hipóteses a cerca das dificuldades da implementação das ações do ICMBio no interior das comunidades da reserva. As viagens foram focadas nas comunidades que constituem o ambiente de pesquisa, sendo: Vila de Joana Peres e Vila de Anilzinho. Para melhor especificar o porquê da escolha dessas duas comunidades, segue algumas informações, ressaltando que a Vila de Joana Peres é formada por remanescentes de quilombolas, Extrativista e Pescadores Artesanais e a Vila de Anilzinho por remanescentes de quilombolas.

MAPA 02: RESEX Ipaú-Anilzinho – Baião / PA.

Mapa: Brasil



Localização: Estado do Pará

Mapa: Estado do Pará



Localização: Município de Baião

Mapa: Município de Baião



Localização:
RESEX Ipaú-Anilzinho

Mapa: RESEX Ipaú-Anilzinho



Localização:
Joana Peres - Anilzinho

Fontes: Imagem ilustrativa vetorizada e criada em CorelDRAW X7 pelo autor (2015).

Mapa Brasil Político. Disponível em: http://www.sbsrj.com.br/mapa_brasil_01.htm. Acesso em outubro de 2015.

Estado do Pará/Município de Baião: IBGE (2009).

RESEX Ipaú-Anilzinho: CNUC (2011).

A *Vila de Joana Peres* é a área mais urbanizada, sendo esta em divisão administrativa o 2º (segundo) Distrito da cidade de Baião, Joana Peres tem ligação histórica com o processo de colonização do estado do Pará (IBGE 2010). Os moradores em grande parte são descendentes de quilombolas e possuem grande consciência sobre a RESEX. Sua organização é um dos fatores chave para aplicação do código⁸ de pesca local. A comunidade possui aproximadamente 230 (duzentas e trinta) famílias residentes na vila e área rural do seu território, onde o comércio é movimentado pela compra e venda de peixes, cultivo de pimenta-do-reino e mandioca, porém, a extração de produtos florestais como a Castanha do Pará e a caça são atividades complementares à subsistência familiar (FIGUEIREDO 2014).

Na *Vila de Anilzinho* residem aproximadamente 70 (setenta) famílias que é formada especificamente por populações tradicionais (Remanescentes de Quilombolas) que possuem forte ligação com a região, sendo esta a comunidade que mais lutou para a implantação da Resex (IBGE 2010). Aos poucos os moradores da vila foram perdendo território seja por se desfazerem de suas propriedades (venda) ou pelo processo de ocupação realizado pela comunidade Espírito Santo (FIGUEIREDO 2014). Os habitantes tem como formas de subsistência atividades pesqueiras, extração de produtos florestais como a castanha do Pará e em menor quantidade a criação de animais e lavouras.

A pesquisa em seu componente de investigação foi analisado se a política de criação da RESEX vem influenciando na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação e preservação ambiental em condição de contemplar as necessidades e perspectivas das populações que vivem no interior da reserva extrativista, alinhando os saberes das populações da RESEX.

Ressaltamos que o campo de análise da educação ambiental aqui mencionada não está detido na educação formal escolar e sim de uma educação não formal ou informal que se apresenta no escopo das ações que são desenvolvidas pelo ICMBio e das atividades das populações da RESEX. Assim em virtude das discussões que fluem da educação fora da escola e o processo de organização de sujeitos de um determinado contexto, busca-se apresentar as contribuições para este sistema de busca de valores e conhecimentos informais,

⁸ Acordo realizado entre os órgãos de controle e fiscalização de pesca dos Governos Estadual e Federal com as entidades representativas dos pescadores artesanais (colônia e associação de pescadores e pescadoras), que visa à cessão da prática de pesca em um determinado período do ano em virtude da “Piracema” em que os peixes sobem os rios da Amazônia para procriação ou desova de alevinos.

perfazendo uma maior necessidade de aprofundar a investigação dessas relações que contribuem implicitamente para novas condições de vida e formação humana dos sujeitos da reserva. Com isso intitulamos a dissertação: *As Possibilidades da Inserção da Educação Ambiental em Unidades de Conservação: O Caso da Reserva Extrativista “Ipaú-Anilzinho” na Amazônia Tocantina*.

Neste dilema de conhecimento educacional entre científico ou popular, escola ou comunidade, formal ou não formal, professor ou educador é que as práticas do ICMBio pode transversalizar a importância de cada situação em que os indivíduos se relacionam e de como produzem ou reproduzem este conhecimento. Dessa forma podemos avaliar novos questionamentos que servirão de base propulsora para um novo olhar do campo de conhecimento ambiental e que estão sendo discutidos para que essas relações sejam melhores percebidas na construção de um modelo de ação sustentável dessas populações.

Para Costa (2014), uma das hipóteses é que em áreas de UC, pressupõe-se que o Estado não vem sendo capaz de elaborar políticas públicas para as comunidades da RESEX e seu entorno, por não conseguir conciliar qualidade de vida, sustentabilidade e geração de renda, outrossim, “não se protege os territórios institucionalizados como UC unicamente por meio da fiscalização e da repressão, mesmo porque o Estado brasileiro não possui pessoal e estrutura logística capazes de cobrir em tempo real essas imensas áreas” Silva (2013, p. 26) a autor menciona estes fatos ao se tratar das dificuldades do Estado brasileiro no que tange sua responsabilidade nos processo de gerenciamento destes espaços.

Tratando-se em aspectos formais a maioria dos Professores/Educadores ainda limitam-se nos aspectos ecológicos e conservacionistas em períodos específicos nas escolas da reserva (COSTA, 2014). Nesse sentido a reflexão sobre a construção de uma educação emancipatória deve ser pensada nessas áreas, onde [...] os educadores também possuem um papel importante e precisam estar aptos a refletir sobre suas práticas pedagógicas [...] em que a cada momento deve-se pretender fomentar a opção pelo melhor, não de modo assistemático e confuso (SILVA, 2013).

Neste sentido, compreende-se que o processo educativo realizado por instituições educacionais deveria ser capaz de auxiliar a organização dos cidadãos das comunidades no sentido de contribuir para a eleição de prioridades, proposição de alternativas e cobrança de ações. Silva (2014, p. 26) afirma que “Mais uma vez faz-se necessário um projeto de

educação emancipatória, capaz de gerar nas populações tradicionais a capacidade histórica para uma efetiva participação na conservação dos espaços naturais, e assim promover um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável”, essa perspectiva parte do momento em que na medida que os membros da comunidade passam a compreender melhor a problemática vivenciada, torna-se possível estabelecer debates mais produtivos com vistas à construção de propostas.

Com a criação das Resex Ipaú-Anilzinho, espera-se que seja fortalecido o ideário de esperanças trazidas por muitos segmentos, que assumiram uma postura rígida no sentido de lutar pela criação destas áreas, mas que diante da demora de atuação do governo parecem vir enfraquecendo. Para Simonian (2007, p. 30), mesmo dispondo de instrumentos legais, o Estado “[...] se apresenta enfraquecido quanto garantia dos direitos ambientais definidos constitucionalmente e em leis, específicas, o que termina sustentando a impunidade na área”.

A educação ambiental que se pensa para as unidades de conservação devem estar interligadas por diversos meios e processos, pois, às especificidades de cada UC variam de acordo com a região brasileira. As populações existentes nas UC possuem modos de vidas distintas sendo necessárias modelos bem flexíveis da ação educacional, tal como expressa Jacobi (2003) “O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social”.

O estudo proporcionou visualizar os desafios enfrentados pelo fenômeno educativo nessa região, de maneira que se possam apontar novas perspectivas para contribuir no processo educativo que ocorre no interior das UC. As ações do ICMBio serão analisadas para que se possa verificar como o fenômeno educativo presente em sua formulação pode contribuir na gestão da unidade de conservação e primordialmente na melhoria de vida das populações residentes nesta área.

No que tange a formação das populações existentes nas UC para Faria, Borba e Moreira (2007, p. 4) “a educação ambiental deve atuar na preparação do homem-cidadão que tenha condições de escolher um projeto político que contemple seus anseios e que atue na busca de soluções permanentes voltadas para o bem-estar e para uma vida digna” fazendo-se necessário que as populações compreendam e percebam o processo no qual elas estão inseridas e qual o seu papel diante da realidade atual. Por meio de tais ações entende-se que

estas populações possam se tornar aptas a construir processos de auto sustentação e independência socioeconômica.

1.2 – OBJETIVOS DA PESQUISA

Seguindo os dados que formulam o problema da pesquisa e seu respectivo objeto, foram definidos os seguintes objetivos;

Objetivo Geral:

- Analisar as possibilidades da educação ambiental em UC a partir do caso da Resex Ipaú-Anilzinho (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas contribuições para o desenvolvimento local da Resex.

Objetivos Específicos:

- Identificar as ações educativas desenvolvidas na reserva (que tenham por base a política e os programas de educação ambiental) em prol do desenvolvimento da Resex;
- Analisar as contribuições e limitações do ICMBio mediante as expectativas da População da Reserva no que concerne ao objetivo de constituição da Resex Ipaú-Anilzinho;
- Compreender as ações de cunho educacional em elaboração ou execução para as RESEX se configuram como propostas sustentáveis e de desenvolvimento local;
- Reconhecer as percepções das populações da reserva.

SEÇÃO II

“O discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitivas que respondem a visões e interesses diferenciados. Suas propostas vão desde o neoliberalismo ambiental até a construção de uma nova racionalidade produtiva. A perspectiva econômica privilegia o mercado como mecanismo para internalizar as externalidades ambientais e para valorizar a natureza, recodificando a ordem da vida e da cultura em termos de um capital natural e humano” (LEFF, 2001, p.247).

2 – DA QUESTÃO AMBIENTAL À CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRA

Nesta seção apresentaremos a busca pela compreensão do entendimento da crise ambiental, sendo exposta uma síntese do processo histórico da trajetória global e nacional do processo sistemático do incurso ambiental até as conquistas mesmo que tímidas das demandas educacionais e ambientais que formalizam e ajudam a construir o entendimento da relação homem-natureza.

Aprestaremos a consolidação e uma posterior análise sobre a lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, com o objetivo de esclarecer as ações que a lei proporcionou a partir da data de sua aprovação, bem como alguns pontos positivos e negativos de sua aplicação. A partir do conhecimento legal do que trata o SNUC, o incurso na leitura deste trabalho será mais conciso, pois, alguns pontos necessitam ser conhecidos com maior profundidade.

Na sequência teceremos um debate entre a constituição da RESEX e as perspectivas das populações locais, pois, as discussões ligadas à questão ambiental atualmente estão mais latentes e se tornou um importante espaço nas áreas políticas, econômicas e sociais. Assim passaremos para o entendimento de quem são as populações residentes nas reservas extrativistas, que na sua gênese deverá ser habitada por “populações tradicionais” que estão historicamente nestas áreas e com isso tecer o debate sobre este tema. Por fim serão caracterizadas as comunidades que compõe a UC, suas relações com o meio e as particularidades que estão incutidas em seus modos de sobrevivência.

2.1 – Crise Ambiental: Breve Percurso Histórico para Consolidação das Unidades de Conservação

As reflexões acerca das mudanças e transformações do meio ambiente são constantes e estão presentes em diversas situações do cotidiano. “A questão das mudanças climáticas vem sendo amplamente abordada pelos meios de comunicação e ilustra um importante exemplo do caráter global das questões ambientais” (LORENZETTI & CARRION, 2012). Na TV, internet e nos vários meios de comunicação é comum às notícias e debates sobre catástrofes naturais, as preocupações com o aquecimento global, o desmatamento e queimadas desordenadas, a poluição gerada por indústrias que despejam seus dejetos em locais inadequados e que em nível macro geram situações que promovem mudanças radicais no clima do planeta e afetam gradativamente o meio de vida dos seres humanos.

A gravidade de uma crise, que traz indicativos de uma ameaça à vida humana, por meio dos problemas ambientais (GUIMARÃES, 2011), possibilitou pensamentos que mobilizasse no sentido de direcionar ações para solucionar tais problemas. O ser humano necessita de um novo pensamento global que seja pautado nos diversos meios de conceber o meio ambiente e respectivamente suas relações com a natureza, mas, que traga em seu escopo o modelo de um processo histórico e reflexivo do ambiente imediato.

Nesse processo da busca pela compreensão do entendimento da crise ambiental, será exposto uma síntese do processo histórico da trajetória global e nacional do processo do debate sistemático do incurso ambiental, até as conquistas mesmo que tímidas das demandas educacionais e ambientais que formalizam e ajudam a construir o entendimento da relação homem-natureza.

Para Lima (2004) existem diversos debates do que seja essa crise, que passa do simples fato de ineficiência dos recursos naturais, tecnologias limpas, políticas demográficas, que se internalizam num processo ecológico; assim como em outra ótica a discursão transpassa para compreender a crise ambiental como uma crise civilizatória de múltiplas dimensões, aspectos políticos-culturais e sociais são incutidos para compreensão da situação atual, assim:

Tem-se, portanto, duas grandes matrizes conceituais que polarizam o debate e dividem as múltiplas concepções de educação e de sustentabilidade em tendências mais transformadoras e complexas e tendências mais

conservadoras e reducionistas conforme sua aproximação de um desses pólos típico-ideais. (LIMA, p.106, 2004).

A relação entre homem e natureza segundo Guimarães (2007) traz a reflexão do estado da natureza humana que se desnaturaliza pelo modelo de sociedade adotada:

a crise deste modelo de sociedade urbano-industrial que potencializa, dentro de sua lógica, valores individualistas, consumistas, antropocêntricos, e ainda como componente desta lógica, as relações de poder que provocam dominação e exclusão, não só nas relações sociais como também nas relações sociedade-natureza. (GUIMARÃES, p. 24, 2007).

Neste aspecto se faz necessário que conheçamos os grandes marcos que compõem esse percurso histórico, e para tanto, destaca-se:

Nas décadas de 40 e 50, já existia uma pequena discussão a respeito da temática ambiental, e é através das grandes conferências mundiais realizadas a partir da década de 70, que se inicia uma discussão mais consistente e crítica sobre a questão de um debate voltado para o ambiente. No entanto, inicialmente a principal preocupação foi a de definir como inicia essa crise.

A partir da Conferência de Estocolmo ocorrida em 1972 na Suécia os movimentos ambientalistas ganharam maior intensidade com a carta final do encontro sendo elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável. No Brasil a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - (CNUMAD) ou Eco 92 como ficou conhecido mundialmente, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, chamou a atenção para os acontecimentos naturais por meio da interferência do homem sobre a natureza, visando conciliar um desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Eco 92 consolidou o termo de desenvolvimento sustentável.

As discussões em relação a estes fatos são recorrentes e necessitam de medidas urgentes para reverter ou pelo menos amenizar estes problemas. Diversos acordos e tratados são criados com o propósito de consolidar políticas efetivas de combate aos efeitos globais provocados pela ação do homem na natureza.

Estes acordos são dispostos para que se discuta a relação do homem com o meio ambiente, como por exemplo, o Tratado da Antártida firmado pelo Brasil em 1975 que foi um dos acordos interacionais que levou em consideração os princípios de paz, preservação ambiental e coleta de informações científicas no continente antártico.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) é um dos acordos ambientais mais importantes para preservação das espécies, tendo a maioria dos países do mundo signatários.

Paralelo a Rio 92 ocorreu a Jornada Internacional de Educação Ambiental com a participação da sociedade civil organizada que gerou um documento conhecido como Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que pouco a pouco foi incorporada a política públicas nacionais e internacionais sendo referenciado até mesmo pela UNESCO.

A partir da Conferência da Rio 92 foi proporcionado a reflexão de que os países desenvolvidos eram os principais responsáveis pelos danos ao meio ambiente. Assim daquele momento os países em desenvolvimento puderam alinhar suas definições de relação no cenário internacional, e no espaço político internacional acatou-se as culpabilidades dos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades de cada Estado, mas diferenciou as especificidades naturais de cada um.

A Rio 92 aprovou acordos importantes para o cenário ambiental no sentido global. Entre os documentos aprovados na conferência, houve maior destaque a Agenda 21, a Convenção do Clima, Carta da Terra, a Convenção da Biodiversidade e a Declaração de Princípios sobre Florestas. Eis que Lago (2006) traça considerações importantes sobre alguns resultados que foram originados da conferência e aponta que o Brasil apresentava um aprazimento íntimo na aprovação dos documentos oriundo do encontro, pois:

[...] os interesses envolvidos por sua circunstância excepcional de País que reúne, por si só, quase toda a agenda ambiental: poluição, florestas, pesca, população, pobreza, biodiversidade, desertificação e seca, recursos do solo, recursos hídricos, resíduos tóxicos, emissões, todos os temas acabavam sendo importantes para o País. (LAGO, p.163, 2006).

Ainda na convenção que tratou sobre a conservação da biodiversidade, a pauta do uso sustentável e a equidade na divisão dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos passou-se a se desenvolver de modo que pudesse haver a cooperação para o desenvolvimento de todos os países, porém, garantindo a origem e patente do material de cada país.

Na Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil teve de evitar, antes de tudo, o avanço do conceito de que os recursos biológicos representariam “patrimônio comum da humanidade”. O Brasil conseguiu que se reconhecesse, ao contrário, a soberania sobre recursos naturais: isto ocorria pela primeira vez em uma Convenção, um passo importante, pois passava ao direito positivo um Princípio da Declaração de Estocolmo. (LAGO, p.164, 2006).

Na Rio 92, o Brasil pressionou para que houvesse a aprovação de um documento que garantisse a tutela dos países cujo o espaço geográfico detém imensas áreas florestais e que como de direito gerenciasse essa área sem conflitos com outros países, assim os principais países detentores de florestas, que por conseguinte incluiu o Brasil, conseguiram aprovar uma declaração das floresta que a priori foi tratada como universal, pois, não tinha um documento formal que estabelecesse na prática esse direito patrimonial.

A Declaração sobre Florestas foi certamente o mais importante documento consensual assinado até aquele momento sobre o tema, mas foi também o resultado da firme oposição do Brasil e de outros países em desenvolvimento, especialmente a Malásia, a que se negociasse uma convenção de florestas. O Brasil, em coordenação com os demais países em desenvolvimento, conseguiu que o documento acentuasse a importância da cooperação, e não da tutela internacional, e que incluísse florestas austrais, boreais, subtemperadas, temperadas e subtropicais, além das tropicais. (LAGO, p.164, 2006).

Ainda adotou-se a retórica de que o documento sobre florestas seria ineficaz, pois, o conteúdo se limitava apenas a apresentação de princípios, já que cada país tratava o assunto de acordo com a filosofia do seu modo de produção. Ainda assim a declaração não deixou de ser importante.

Vale ressaltar que a Rio 92 possibilitou um novo momento para EA que anos depois incluiu o tópico Meio Ambiente como um dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais em 2007.

Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais - ONG's se organizam para pautar suas necessidades e preocupações por novas práticas de relação com a natureza, como é o caso das pressões ocorridas nos encontros e fóruns que discutem soluções para os problemas mundiais e como exemplo cita-se as pressões ocorridas no Fórum Social Mundial (2009) e o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1992, paralelo a Eco 92.

A partir das discussões acerca do momento de degradação ambiental que para Guimarães (2011) “Essa crise ambiental é uma crise de um modelo de sociedade e de seus paradigmas, modelo que nos apresenta um caminho único a seguir. É, portanto, uma crise civilizatória” este fato remete ao modelo capitalista de desenvolvimento. Assim os países que possuem ambientes com pouca interferência humana discutem medidas para preservar estas áreas. Medidas deste perfil estão sendo adotadas para preservar o que ainda resta frente à exploração desordenada dos recursos naturais.

O Brasil a partir da década de 90 apontou algumas dessas preocupações com o meio ambiente, pois, a exemplo dos Estados Unidos que criou o primeiro parque nacional do mundo, o de *Yellowstone*, que foi pensado e discutido por diversos estudiosos preservacionistas e acabaram por incentivar muitos países a tomarem medidas parecidas para preservar o meio ambiente, essa ideia criou as primeiras unidades de conservação em território nacional.

Este modelo adotado no Brasil trouxe também preocupações em relação aos aspectos históricos destas áreas, já que nos Estados Unidos apresenta-se uma sociedade que parte do aspecto Urbano-Industrial, diferente do Brasil que vem por vias de colonialismo, onde as diferenças ecológicas e culturais do país se diferencia do modelo norte americano, ou seja, como implantar um modelo que visa a conservação da vida selvagem e natural para uma realidade de um país de terceiro mundo onde em algumas áreas a afinidade entre homem e natureza é intrínseca e constante, fatores estes que vão além do ver e apreciar a natureza, mas sim retirar dela o meio de sobrevivência como é o caso das populações tradicionais (quilombolas, índios, extrativistas, pescadores artesanais, dentre outros).

Uma nova modalidade de conservação surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental. (DIEGUES, p. 36, 2001).

O autor faz alguns apontamentos em relação às diversas diferenças culturais, ambientais e cultural do Brasil, estes são fatores que dificultam a garantia da estabilidade da natureza, isso se refere devido às populações de algumas áreas que historicamente habitam um determinado espaço, e que possuem um modo típico de vida, e relação com o ambiente que difere do modo de outras sociedades mais ligada ao modelo urbano-industrial.

Essa ideia se propagou e a partir da crescente exploração desordenada dos recursos naturais que provocam lançamento de gases, o aquecimento global, ameaça de extinção de espécies, dentre outros fatos que merecem reflexões a partir das práticas humanas, que Jacobi (2003), chama atenção ao referenciar que devido ao processo de transformação da natureza o planeta se vê a cada dia mais ameaçado e o efeito desta degradação torna-se mais visível a cada momento.

Estamos evidenciando uma crise ambiental, isso na verdade não parte de forma isolada e sim de inúmeras consequências das ações antrópicas, que por muito tempo vem sendo realizadas sem nenhum tipo de preocupação com a recuperação e manutenção dos sistemas naturais, sem nenhuma responsabilidade da gravidade da ação humana na natureza, Diegues refleti a proposta de criações de áreas protegidas que visam assegurar os espaços naturais e destaca que:

Uma das soluções propostas para a conservação da natureza e seus atributos tem sido a criação de áreas naturais protegidas (parques, estações ecológicas, etc). Na maioria dessas áreas protegidas de uso indireto, não se permite a presença de quaisquer populações humanas, mas se estimulam as atividades de educação ambiental. Esses programas, muitas vezes, apresentam uma visão distorcida da importância do mundo natural e de suas relações com o mundo humano, pois procura-se estimular a preservação das espécies naturais e vegetais, deixando-se de lado a análise essencial das dinâmicas sociais e culturais causadoras da destruição ambiental, para a qual o estabelecimento de parques e reservas é tido como um antídoto. (DIEGUES, p. 03, 2001.).

Para Costa (2014, p. 87) “A política de criação de unidades de conservação nasce em meio a dificuldades no sentido de equacionar a relação entre seres humanos e ecossistema”, e a problemática não se apresenta apenas em criar essas áreas protegidas, pois, “Essa abordagem ocorre dentro de um sistema socialmente contraditório e injusto, fazendo com que as políticas públicas não sejam estabelecidas sem que haja uma disputa que envolve conflitos de interesses econômicos, políticos, sociais e até mesmo culturais (CRUZ & SILVA, 2013).

O debate está na forma como elas serão geridas e trabalhadas para dar conta das inúmeras problemáticas que a partir da implantação dessas áreas se desencadearão, fatos que ocorrerão desde a divisão dos espaços geográficos, das populações que serão abarcadas nestas áreas, no modelo de subsistências das populações, nas relações econômicas e sociais e do próprio contanto que o homem possui de pertencimento da natureza.

A implementação das Reservas Extrativistas da forma como fora planejada enfrentava sérios desafios no que diz respeito aos meios necessários para regularização fundiária, e condições de produção, saúde e educação, necessários para manter a população extrativista no local, com condições de subsistência. (CUNHA, 2010, p. 155).

Assim neste cenário de crise ecológica essas medidas são pensadas para tentar reverter a atual conjuntura capitalista degradante, propondo alternativas que permitam visualizar novos rumos ao planeta sem grandes prejuízos ao ambiente num conceito de desenvolvimento sustentável, podendo exemplificar como a certificação ambiental, origem/procedência dos produtos, termos de passe livre e cooperação técnica com as comunidades, etc. dentre outros que como expressa Jacobi (2003) este pensamento surge para dar uma resposta à necessidade de harmonizar os processos ambientais como os socioeconômicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras.

2.2 – A Constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e seus Objetivos

A partir destas reflexões de modelos de conservações de áreas ambientais que possam ser preservadas propostas são tomadas para a preservação da fauna e flora, no Brasil tendo como maior conquista a promulgação da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a lei é concebida após vários anos de discussões acerca de criação e gestão de unidades de conservações já existentes e propondo critérios para as diversas áreas de manejo e preservação.

A catalogação e proteção de espaços ainda não cultivados em áreas de domínio nacional é um importante instrumento para a efetividade ou garantia do direito à terra, principalmente na tentativa de reverter um cenário de degradação exacerbada e ao mesmo tempo torna o meio ambiente ecologicamente equilibrado como estabelecido no art. 225 da Constituição de 1988 que se concretiza com a instituição legal do SNUC.

No Art. 6º, inciso III do SNUC o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi o órgão responsável pela implementação da lei, e atualmente o responsável pela administração e execução desta Política Nacional de Unidades

de Conservação da Natureza e as atribuições do SNUC são de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, criado pela Lei Nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

A criação de áreas protegidas tem sido uma alternativa viável no sentido de amenizar o êxodo rural, estímulo ao trabalho e permanência das famílias na floresta respeitando seus limites e impedindo a implantação de culturas degradantes, como a pecuária ou até mesmo a agricultura desordenada (COSTA, A., 2009).

As unidades de conservação são classificadas em diversas categorias de acordo com o bioma ou aspectos que as mesmas possuem dividindo-se em dois grupos de acordo com o SNUC, sendo: Unidades de Proteção Integral como é o caso de Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, já as Unidades de Uso Sustentável são caracterizadas da seguinte forma: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Schenini (2004) faz uma caracterização das categorias das unidades de conservação:

As categorias possuem características específicas, sendo que existem assimilações quanto a alguns critérios. Nas Estações Ecológicas e nas Reservas Biológicas, por exemplo, é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico. Estas duas unidades, juntamente com o Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável são de posse e domínio público. Já o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre, podem ser constituídos por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários e, as Áreas de Proteção Ambiental e de Relevante Interesse Ecológico podem ser criadas em terras públicas ou privadas. A única unidade de conservação que deve obrigatoriamente ser caracterizada como área privada é, como o próprio nome define, a Reserva Particular do Patrimônio Nacional (SCHENINI, p. 4, 2004).

De acordo com os dados do Conselho Nacional de Unidades de Conservação – CNUC e o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2015), nas esferas federais, estaduais e municipais existem 1.940 Unidades de Conservação das categorias de proteção integral e de uso sustentável. A política de criação de áreas de conservação cresceu nos últimos anos, esses espaços se consolidaram com a normativa instituída pelo SNUC.

A tabela abaixo permite a visualização dos dados com melhor precisão entre categorias, esferas administrativas e quantidade.

Tabela 01 - Consolidação das Unidades de Conservação

TIPO / CATEGORIA	ESFERA			TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	
PROTEÇÃO INTEGRAL				
Estação Ecológica	32	58	01	91
Monumento Natural	03	28	11	42
Parque Nacional / Estadual / Municipal	71	195	95	361
Refúgio de Vida Silvestre	07	24	01	32
Reserva Biológica	30	24	06	60
<i>Total Proteção Integral</i>	143	329	114	586
USO SUSTENTÁVEL				
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	65	39	00	104
Reserva Extrativista	62	28	00	90
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	02	29	05	36
Reserva de Fauna	00	00	00	00
Área de Proteção Ambiental	32	185	77	294
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	24	08	48
RPPN	634	147	01	782
<i>Total Uso Sustentável</i>	811	452	91	1.354
<i>Total Geral de Unidades de Conservação</i>				
	954	781	205	1.940

Fonte: CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc

Atualizada em: 17/02/2015

Acesso em: 07/10/2015 - <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados>

As Unidades de Proteção Integral – UPI, caracterizam-se pelo objetivo puramente de preservação da natureza, ficando pautável apenas o uso indireto e racional das suas funções naturais e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável - UCUS, distinguir-se pelo uso coerente de uma parcela dos seus recursos naturais, visando compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável, mantendo a harmonia entre a natureza e o homem que se instituiu-se historicamente neste ambiente, como é o caso de populações tradicionais.

Essa característica da presença humana em áreas protegidas ocorrem somente nas unidades de conservação de uso sustentável⁹ principalmente nas Reservas Extrativistas – RESEX, pois, na áreas de proteção integral só são admitidos essas presença para fins de estudos e proteção contra invasões ou contravenções de uso degradante pelo homem.

⁹ As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. Mais informações: <https://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>

Nas UCUS, esses atores geralmente ocupam a áreas há várias gerações e não dispõe de registro legal de propriedade privada individual da terra, sendo definido apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com o seu uso regulamentado pelos costumes e valores locais.

Essas populações são orientadas a se adequarem a novos modos, haja vista o intuito de se adequarem as exigências de criação dessas reservas, onde os papéis do Estado e das instituições do terceiro setor se ajustam para que interesses se adequem a cada perfil, pois, como afirma Pinton (2007, p. 20) ao recorrer ao processo de reorganização dessas áreas. “as sociedades florestais reorganizaram-se em estruturas importadas pelas agências governamentais e pelas ONGs, mudanças – entre estruturas políticas anteriores e estruturas democráticas novas”. Porém, isso ocorre de acordo com a situação de cada UC, neste caso a de uso sustentável.

Apesar do avanço brasileiro na criação de unidades de proteção integral e de uso sustentável existem inúmeras superações que ainda precisam ser enfrentadas. Uma vez que estas se apresentam como estratégia para a proteção da biodiversidade, e traz à tona questões concernentes às demandas das populações residentes nestas áreas, as reservas de uso sustentáveis são as que mais apresentam problemas, já que o seu interior é habitado por populações tradicionais que se constituíram historicamente, como o caso das áreas dos povos indígenas que além de estarem em áreas protegidas (UC) são regidas por normas próprias de seu grupo étnico.

Além dessa população, Arruda (1997) aponta como exemplos empíricos de populações tradicionais as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais e os grupos extrativistas.

Nesse sentido entre as categorias que pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), as Reservas Extrativistas (RESEX)¹⁰ possibilita a

¹⁰ A RESEX está prevista no art. 18 da Lei nº. 9.985 (BRASIL, 2000). É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais desta UC de Uso Sustentável (UCUS). É uma área de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23

garantia da proteção do meio de vida, da natureza e a cultura as populações tradicionais que lhe compõe. As RESEX constituem um instrumento importante de sobrevivência para as populações tradicionais¹¹, pois, as terras passam a ter legalidade perante aos seus moradores e regula o seu uso ordenado sem que haja a exploração desordenada dos seus recursos.

Porém, concernente a esse debate que envolve a contradição entre racionalidade individual e participação coletiva o estudo de Costa (2014) sobre RESEX aponta que a criação deste tipo de instituição com capacidade de favorecer o equilíbrio na apropriação da natureza pelo homem não tem gerado processos de inclusão e garantia de conservação dos recursos naturais, evidenciando problemas de relação entre Estado, sociedade e provimento de políticas públicas.

Nas unidades sustentáveis grande parte das populações residentes nestes ambientes não reconhecem profundamente a importância da criação das unidades de conservação, para Santos (2007) o universo social do Brasil, que convive numa trama de interesses e conflitos de poder onde nem sempre o bem comum se faz presente gera implicações que impedem a total transformação do significado, uso e manejo do patrimônio natural brasileiro, o autor aborda essa ideia para demonstrar as questões específicas que são diagnosticadas nas áreas de conservação instituídas. Freitas (2008, p. 77) diz que “é necessário realizar um diagnóstico da área da qual se pretende transformar, e é levado em consideração, não apenas o fato de relação ambiental, mas o social”. Assim, ações que possibilite promover a compreensão da importância de efetivação da instituição das áreas protegidas constituem o objetivo maior do SNUC, dessa forma um trabalho com os esclarecimentos do valor político, social e ambiental acerca da criação das unidades precisam ser difundidos nestas áreas.

O SNUC define os critérios para criação, implementação e gestão de unidades de conservação, as mesmas como mencionadas anteriormente são divididas em dois grupos caracterizados da seguinte maneira e objetivos: as Unidades de Proteção Integral – UPI, que visa a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e as Unidades de Uso Sustentável– US, com o intuito de compatibilizar a

desta mesma lei e em regulamento específico sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

¹¹ Nos últimos anos, se tem produzido todo um debate acadêmico sobre esta categoria analítica; para uma introdução a tais discussões, dentre outros autores, ver SIMONIAN (2007; 2005).

conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (SNUC, art. 7º, § 1º e 2º).

As unidades de conservação que constituem o SNUC são divididas em âmbito federal, estadual e municipal.

As categorias de unidade de conservação integrantes do grupo de proteção integral e de uso sustentável possuem características específicas, sendo definidas de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 02 – Categorias de Unidades de Conservação

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	SIGLA	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	SIGLA
Estação Ecológica	ESEC	Área de Proteção Ambiental	APA
Reserva Biológica	REBIO	Área de Relevante Interesse Ecológico	ARIE
Parque Nacional	PARNA	Floresta Nacional	FLONA
Monumento Natural	MONA	Reserva Extrativista	RESEX
Refúgio da Vida Silvestre	RVS	Reserva de Fauna	REFA
*****	*****	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS
*****	*****	Reserva Particular do Patrimônio Natural	RPPN

Fonte: Lei 9985/2000 - Art. 8º e 14º.

Entre as funções que regem o SNUC, e de acordo com sua finalidade, o que se observa são as iniciativas de parcerias com agrupamentos que possibilitam a participação popular e a consolidação de propostas que incentivam o sentimento mutuo de preservação e proteção dessas áreas, principalmente na gestão dessas unidades propiciando uma aproximação entre os órgãos do Estado e os movimentos sociais, ONGs, iniciativas privadas e a sociedade civil em geral. “A relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente ganha força com a criação de mecanismos que ampliam a participação da sociedade na gestão do Sistema” (SOUZA, 2011, p. 9). Os objetivos das unidades de proteção tanto integral quanto de uso sustentável são definidos de acordo com a redação do SNUC, sendo:

Grupo das Unidades de Proteção Integral

Art. 9º - A *Estação Ecológica* tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

Art. 10°. A *Reserva Biológica* tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Art. 11°. O *Parque Nacional* tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 12°. O *Monumento Natural* tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

Art. 13°. O *Refúgio de Vida Silvestre* tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Grupo das Unidades de Uso Sustentável

Art. 15°. A *Área de Proteção Ambiental* é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Art. 16°. A *Área de Relevante Interesse Ecológico* é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

Art. 17°. A *Floresta Nacional* é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos

recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Art. 18. A *Reserva Extrativista* é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 19. A *Reserva de Fauna* é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

Art. 20. A *Reserva de Desenvolvimento Sustentável* é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Art. 21. A *Reserva Particular do Patrimônio Natural* é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

A lei 9.988/00 dispõe de objetivos que propiciem uma gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com interesses ligados a preservação da biodiversidade e fiscalização ambiental do território nacional, da melhoria de condições de vida das populações tradicionais que habitam as unidades sustentáveis e o desenvolvimento de pesquisas e estudos ambientais, preservando os recursos naturais e a vida nos ambientes protegidos para que atuais e novas gerações possam desfrutar desses espaços.

Essas unidades são importantes para a preservação dos biomas nacionais a partir da premissa de instituição legal de leis que amparam a integridade dessas áreas, O SNUC propicia normas de manejo e fiscalização dessas áreas.

Com essas iniciativas ações são desenvolvidas e garantidas, como estudos, pesquisas científicas, o equilíbrio ecológico, a preservação da fauna e flora, promovendo a permanência

das populações tradicionais que residem nas unidades de uso sustentável, a partir do uso racional dos recursos naturais.

O SNUC ultrapassa uma década e meia de sua criação e contribuiu para o aumento considerável das áreas de proteção ambiental tanto integral quanto de uso sustentável, porém, alguns fatores são insatisfatórios, como o pouco recurso para gestão dessas áreas, políticas públicas voltadas às populações residentes nas unidades, fiscalização - haja vista a caça predatória e a venda ilegal de madeira, entre outras que não acompanham o ritmo do aumento das áreas protegidas.

Estudos observam algumas contradições em relação à criação de algumas áreas de proteção ambiental do SNUC, por haver semelhanças nos dispostos de seus objetivos, apesar destas unidades serem encontradas nos mais diversos biomas brasileiros, Pádua (2011) põe em pauta estas distinções do sistema nacional.

[...] segundo a Lei do SNUC, categorias de manejo divididas em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As de uso indireto dos recursos naturais, são cinco, sendo elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre e sete categorias de uso direto dos recursos naturais, que são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Muitas dessas categorias de manejo têm objetivos bem similares, como as Reservas Biológicas com as Estações Ecológicas, as Reservas Extrativistas com as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico com os Refúgios de Vida Silvestre. Outras são de domínio privado, como as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, embora estas últimas tenham caráter de perpetuidade (PÁDUA, p. 25, 2011).

As denominações utilizadas pelas áreas de conservação criadas dificultam o entendimento e o objetivo comum de cada unidade principalmente da opinião pública. Algumas situações negativas que se discute são as finalidades que ocorrem durante a criação de algumas áreas tais como explicita Pádua (2011), o Estado fornece enormes áreas a pequenos grupos humanos, para que eles façam, com caráter exclusivo, sua exploração pretensamente “Sustentável”. Essas são situações que geram polêmicas nos debates em relação às unidades de uso sustentável como as Reservas Extrativistas – RESEX e as Florestas Nacionais - FLONAS.

Apesar das dificuldades e fragilidades da lei do SNUC vale ressaltar as conquistas e avanços que ela proporcionou à preservação da biodiversidade no país, pois, antes da sua promulgação a preservação de áreas ambientais se consolidava por meio de outras leis específicas como o Código Florestal e da Lei de Proteção da Fauna. Com o SNUC se consolidou uma única lei todas as outras que ficavam pulverizadas pelos organismos de proteção ambiental, citando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Na lei a participação de atores da sociedade e órgão de proteção e preservação do meio ambiente teve maior oportunidade na participação das discussões acerca das unidades de conservação, as unidades de proteção integral é obrigatório que se estabeleça conselhos consultivos e nas de uso sustentável os conselhos deliberativos que ajudam a gestão dessas áreas.

Pelo fator geográfico e dos diversos biomas existentes no território brasileiro onde se encontram as UC, o IBAMA órgão até meados de 2007 responsável pelo gerenciamento dessas unidades não conseguia exercer com êxito suas tarefas e obrigações, O SNUC apesar de apresentar incoerências em seu corpo ganhou positivamente sua aplicação após a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, órgão responsável também pela gestão das UC.

Para Araújo (2008) a lei do SNUC implica na participação dos diversos setores da sociedade e das populações existentes nestas áreas nas tomadas de decisões e preservação das UC, pois, “O Sistema trouxe avanços importantes no que se refere à participação das comunidades nas áreas ambientais existentes, principalmente, pela constituição de órgãos gestores como os conselhos e a aplicação nas próprias UC de parte dos recursos gerados”.

A questão da sustentabilidade pressupõe uma revisão de valores, haja vista que, de acordo com a forma como o sujeito se identifica com o meio, são atribuídos diferentes significados.

São notórias as mudanças no quadro ambiental brasileiro¹², porém, outras medidas precisam ser tomadas para que haja de fato ações práticas na preservação da biodiversidade e

¹² Ver Base Científica das Mudanças Climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho I do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas. 2014.

amenização dos efeitos catastróficos da natureza implicados por meio da ação do homem e suas técnicas degradantes sem compromisso com a reponsabilidade global. Tais atitudes, como, políticas de monitoramentos das áreas protegidas, penalizações eficazes aos praticantes de práticas predatórias, formações política das populações das UC, entre outros métodos que possibilite salvaguarda as áreas de preservação ambiental.

2.3 – Populações Tradicionais: As comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho

Para iniciar este debate é necessário que se adentre ao significado do termo *populações tradicionais*, pois, normalmente se aplica a nomenclatura para o conjunto de pessoas que vivem em uma determinada área por décadas e tem práticas em comum que são determinadas pelo seu modo de vida e suas relações com a natureza.

Essa categoria já está disseminada nas ciências sociais e ambientais, porém, algumas dificuldades ainda são encontradas no termo “populações tradicionais” como destaca Santilli (2005).

Ainda que alguns antropólogos apontem as dificuldades geradas pela forte tendência à associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico e considerem o conceito “problemático” em face da forma diversificada e desigual com que os segmentos sociais se inserem na Amazônia socioambiental, a categoria “populações tradicionais” tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica. (SANTILLI, 2005, p. 124-125).

As definições são bastante vastas e transpassam os campos de definição de nomenclatura formal, do debate acadêmico/científico ou dos aspectos jurídicos para esses povos, Léna (2002) faz considerações aos diferentes campos desses indivíduos e que são necessários na construção de políticas públicas específicas.

A categoria “populações tradicionais” formada por vários grupos humanos (quilombolas, ribeirinhos, jangadeiros, sertanejos, indígenas, etc.) constituem ambiguidades, pois, misturam categorias nativas, sociológicas e políticas. Essas ambiguidades dificultam a definição de políticas adaptadas. Sendo assim, certas populações parecem ter um estatuto bem definido hoje, como é o caso das populações indígenas, dos seringueiros e dos quilombolas, outras nem tanto, como é o caso dos ribeirinhos. São construções elaboradas para fins jurídicos. (LÉNA, 2002, p. 18).

Essas questões são visíveis em diversas práticas principalmente das entidades governamentais que adotam as políticas públicas para essas populações, mas não podemos cair no superficialismo de imaginar que tudo ocorreu naturalmente, a percepção que devemos ter, encontra-se na ótica de processos históricos conquistados por essas organizações sociais. Isso ocorreu gradativamente, porém, acentuou-se em um determinado momento da evolução da crise ambiental.

A origem dessas populações no Brasil iniciou com a colonização portuguesa a partir do século XVI, existe um debate que incluem os povos indígenas como populações tradicionais, não que estes não se enquadrem neste conceito, porém, como explicita Cunha e Almeida (2001) ao afirmar que as populações indígenas são tradicionais apenas para defini-las acabam à incluindo num conceito vago pelo fato dos indígenas terem afinidade contatual com a natureza e suas práticas serem de baixo impacto ao ecossistema que habitam, assim o autor continua:

A separação repousa sobre uma distinção legal fundamental: os direitos territoriais indígenas não são qualificados em termos de conservação, mesmo quando se verifica que as terras indígenas figuram como "ilhas" de conservação ambiental em contextos de acelerada devastação. Para realçar essa especificidade da legislação brasileira que separa os povos indígenas das "populações tradicionais" não os incluiremos nesta categoria, e estaremos usando, quando necessário, a expressão "populações indígenas e tradicionais". (CUNHA & ALMEIDA, 2001, p.184).

Geralmente as comunidades tradicionais reúnem pequenos produtores que desenvolvem suas atividades de maneira independentes ou em comunato e que geram pouco lucro, tais como agricultura familiar, coleta de frutos, pesca artesanal, artesanato, etc.

As caracterizações das populações tradicionais é o fato delas apresentarem um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados especialmente para a subsistência. Estas populações fazem o uso intensivo da mão-de-obra familiar e de tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos historicamente acumulados, que geralmente são de base sustentável, pois, geram baixo danos ao meio ambiente e que podem ser reversíveis. Para Diegues e Arruda (2001) essas questões acima citadas são características das práticas dessas populações, no entanto, o auto reconhecimento de pertencimento é o que define estes grupos sociais.

Na concepção de Almeida (2005), não se pode definir o conceito de população tradicional sem antes considerar o papel da territorialidade que se estabelece enquanto

categoria de identificação, defesa e força. Ainda, de acordo com Little (2002, p.03) a territorialidade pode ser definida como “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu, território”. A definição deste autor reflete de maneira marcante a relação de envolvimento a apropriação destas populações para com o ambiente imediato.

Considerando essas caracterizações das populações tradicionais o *lôcus* específico desta pesquisa foi a RESEX Ipaú-Anilzinho que é composta por 06 (seis) comunidades¹³, sendo destas 03 (três) categorizadas como comunidades tradicionais e 03 (três) comunidades não tradicionais definidas da seguinte maneira:

Tabela 03 – Comunidades Tradicionais e Não Tradicionais

COMUNIDADES TRADICIONAIS	
NOME	PERFIL DA POPULAÇÃO
Vila de Joana Peres	Extrativistas, Pescadores Artesanais e Remanescentes de Quilombolas
Comunidade de Xininga	Extrativistas e Pescadores Artesanais
Vila Anilzinho	Remanescentes de Quilombolas
COMUNIDADES NÃO TRADICIONAIS	
NOME	PERFIL DA POPULAÇÃO
Comunidade de Espírito Santo	Posseiros
Comunidade Fé em Deus	Assentados de Reforma Agrária
Comunidade de Lucas	Posseiros

O debate sobre essas populações tem assumido grande envergadura graças a contribuição de pesquisadores como Diegues (1996), que define “populações tradicionais” como sendo aquelas comunidades que estabelecem um tipo de organização econômica e social que gera reduzida acumulação de capital, além disso, tem como característica marcante a não vinculação da produção com a força de trabalho assalariado.

Os saberes e as práticas dos habitantes que compõe as comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho apresenta-se ainda com pouca relevância ao se tratar do modelo econômico que as comunidades possuem, pois, os produtos da floresta, as práticas de agricultura familiar, criação de animais de pequeno porte, dentre outras atividades que não são vista com

¹³ [...] apenas as comunidades Joana Peres, Anilzinho e Xininga são reconhecidas como populações extrativistas tradicionais, sendo que os habitantes de Joana Peres e Anilzinho se auto reconhecem como quilombolas (descendentes de africanos), enquanto os habitantes de Xininga possuem um modo de vida tipicamente ribeirinho. Já as comunidades Espírito Santo, Fé em Deus e Lucas são constituídas por migrantes recém-chegados de outros municípios paraenses e do País, cujas formas de uso e de apropriação do território se contrapõem aos modos de vida das populações ali historicamente situadas. (FIGUEIREDO, 2014, p. 26).

importância para o mercado e consequentemente o capital local, não agrega valor de produto para essas populações. Porém, o mercado externo se apropria dessas práticas e saberes comercializando e tornando-os altamente lucrativos, carecendo uma política de regulação e valorização comercial por parte do Estado para reverter essas situações como cita Silva (2008).

Esses conhecimentos, enquanto “bens intangíveis”, ganham cada vez mais importância nas sociedades industriais e pós-industriais que vêm neles um amplo potencial de exploração econômica, especialmente na área de biotecnologia, mas que, ao mesmo tempo, não reconhecem os direitos associados desses povos. Nesse sentido, torna-se necessário uma regulação e proteção jurídica desses valores e populações por parte do Estado, dentro de uma visão ampliada de direito socioambiental (SILVA, 2008, p. 05).

Fatos dessa natureza são visíveis no cotidiano e nas práticas de consumo, mas pergunta-se como mudar esse quadro? Talvez a necessidade de agregar valores e conhecimentos dessas atividades são fatores que alicerçaram a criação desses espaços de proteção ambiental haja vista a proposta de sustentabilidade dessas populações, daí, vê-se a importância do associativismo¹⁴ dessas populações tradicionais como alternativa para se enquadrar em um novo modelo de geração de renda.

As ações e políticas voltadas para as populações rurais não trata das especificidades desses grupos como afirma Costa (2014):

A Amazônia tem representado um laboratório de políticas desenvolvimentistas desastrosas onde os principais prejudicados são as populações tradicionais, moradores das áreas rurais. Parte dos projetos e ações desenvolvimentistas, nesta região, concebe as pessoas como objeto e não como participantes e agentes de construção da realidade. Em contraponto a esse fato, tem se observado importantes manifestações por parte das populações rurais que vem exigindo ações do Estado capazes de atender algumas de suas especificidades fundamentais. (COSTA, p. 28, 2014).

A visão de sujeito ativo e o conhecimento de sua condição enquanto ator de uma dada realidade são aspectos que podem reverter essa situação, Gohn (2010) ressalta a importância da emancipação dos sujeitos frente ao processo de globalização que exclui e impõe sua ideologia dominante, para que se possa contornar este quadro, a autora afirma que:

¹⁴ A expressão associativismo designa, por um lado à prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns.

A análise da emancipação remete-nos ao campo dos problemas sociais, dos conflitos, lutas, violência, assim como campo de sonhos, dos desejos, da busca de uma outra sociedade possível.

Podemos analisar a emancipação tanto como processo individual, focalizando os indivíduos propriamente ditos ou como processo social, como conjunto de práticas, ideias e relações que abrangem a sociedade (GOHN, 2010, p. 56).

As populações locais, cada vez mais vêm tomando parte nas questões relacionadas a sua sobrevivência, porém, ainda se faz necessária maior veiculação de informações, instrumentalização e formação de recursos humanos capazes de tomar para si projetos e ações (COSTA, 1998). A apropriação do conhecimento formal pode representar uma via de acesso à mudança de concepção das populações locais com relação ao meio ambiente e o papel do ser humano neste contexto. Sem a formação adequada torna-se muito difícil desenvolver atividades capazes de agregar valores sem que para isso haja intenso processo de degradação.

Nessa reflexão quem suporta a carga de sustentar o mercado e tem a perda desses bens naturais que externamente agregam valor e gera lucro pros empresários são os povos tradicionais. Com essa falta de articulação com o mercado exterior as tensões pela apropriação e exploração das áreas naturais começam a ficar cada vez mais visíveis. No Brasil a carência de políticas públicas para lidar com as práticas de conservação dos biomas nem sempre respeitam as populações tradicionais fazendo com que as mesma tornem-se invisíveis aos olhos do Estado como afirma Arruda (1997):

As populações tradicionais são discriminadas por sua identidade sociocultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande quanto pelo modelo de conservação ambiental vigente. Assim, paradoxalmente acabam por desenvolver uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo como o substituto dos antigos grileiros e passando a desenvolver práticas predatórias do meio ambiente como único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência (ARRUDA, 1997, p. 90).

Nestes aspectos medidas e políticas públicas necessitam serem discutidas para que conflitos e tensões acerca das populações tradicionais sejam conciliados e que de forma justa e menos degradantes possam se obter resultados favoráveis à preservação do meio ambiente e as populações residentes nestas áreas.

Diversas situações são estudadas para que se possa pelo menos amenizar a problemática das populações residente nas unidades de conservação, pois, a criação de reservas extrativistas destinadas a um grupo de pessoas que historicamente habitam essas

terras se chocam com as modalidades de desenvolvimento do sistema capitalista, as populações residentes utilizam o ambiente com finalidades que se baseiam nas práticas de subsistência onde Costa (2014) afirma que:

Estas populações tidas como tradicionais tem conseguido, ao longo de gerações, sobreviverem com o uso daquilo que o meio ambiente oferece por construírem um processo educativo baseado no conhecimento integrado de crenças e práticas que se perpetuam não só pela necessidade de sobrevivência, mas também pela compreensão a cerca dos limites da floresta. [...] Esses grupos são populações indígenas que habitam a floresta milenarmente; quilombolas que fizeram da floresta local de resistência, contestação e sobrevivência; ribeirinhos, caboclos e extrativistas que fazem rio e da floresta lugar de morada, fonte de renda e sobrevivência. (COSTA, p. 89, 2014).

Em direção oposta, estas áreas por vezes não são usadas como deveria, na Amazônia principalmente houve a aquisição de extensões de terras por parte de empresários, fazendeiros ou latifundiários que constroem chácaras, criam gados, executam caça e pesca predatória, e acabam por implantar as culturas de exploração natural que caminha por outras vias, onde a “lógica perversa do acúmulo de capital gera conflitos de interesses junto a estes povos e ignora tais especificidades relegando-os a obstáculos frente os interesses mercadológicos.” (COSTA, 2014).

Como apresentado anteriormente ressalta-se que populações *não tradicionais* presentes nestas áreas de proteção ambiental com bastante força de organização informal, sendo que suas ações não tem nenhuma preocupação com o equilíbrio ecológico, muito menos sustentável em relação às comunidades tradicionais. Estas populações visam apenas obter lucro com a extração de produtos da floresta sem a mínima preocupação com a degradação ambiental, Benatti (2008) diferencia as populações das áreas de proteção da seguinte maneira:

As populações humanas em UC são as populações tradicionais e as não tradicionais. Estas são os fazendeiros, os veranistas, os comerciantes, os servidores públicos, os empresários, os empregados, os donos de empresas de beneficiamento de produtos extrativos, os madeireiros etc. Aquelas são os caboclos, os ribeirinhos, os caiçaras, os pescadores artesanais e os grupos extrativistas (BENATTI, 2008, p. 2).

Na RESEX Ipaú-Anilzinho existem preocupações com essas populações não tradicionais, pois, de acordo com a lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹⁵ em seu Art. 18º diz que:

“A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

Sendo assim, ao sustentar-se em argumentos jurídicos, as populações consideradas não tradicionais que habitam as áreas de reserva devem ser expropriadas, e segundo estudos de Figueiredo (2014) realizado na RESEX Ipaú-Anilzinho, existe um início de mediação apresentada para esta problemática como o autor afirma, que “Frente a essa situação, o ICMBio, juntamente com o Ministério Público Federal (MPF), tem procurado discutir e negociar a saída desses grupos não tradicionais da área da RESEX através de um processo de desapropriação por indenização”¹⁶.

Na RESEX observa-se que as atividades econômicas, sociais e culturais que as populações tradicionais desenvolvem têm como base importante a unidade familiar, doméstica ou em relações de parentesco. Outro fator a se destacar caracteriza-se pela não caracterização de lucros por meio da exploração dos recursos das áreas de preservação, tendo apenas suas atividades voltadas para a subsistência.

Reafirmando, Figueiredo (2014) apresenta os seguintes dados sobre as práticas das populações da Ipaú-Anilzinho:

As populações tradicionais desenvolvem atividades como a pesca (comercial e de subsistência), a caça de animais silvestres, a coleta de produtos da floresta (seringa, óleos de andiroba, frutos, madeira, dentre outros) e a agricultura de subsistência, que assumem um papel mais central ou secundário dentro do calendário da produção familiar a partir de uma série de (re) arranjos relacionados às condições ecológicas, econômicas e sociais de seu meio ambiente. (FIGUEIREDO, 2014, p. 27).

Com isso, apresentou-se uma breve caracterização conceitual de populações tradicionais e um perfil das comunidades da RESEX em questão. É possível afirmar que, as

¹⁵ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

¹⁶ (FIGUEIREDO, 2014, p. 26-27).

populações tradicionais por conta de suas estratégias de sobrevivência, têm um baixo padrão de consumo e pouca densidade populacional, se comparado às sociedades urbano-industriais, talvez esta especificidade seja responsável pelo seu nível de consciência ambiental, tendo em vista que seu raio de exploração de recursos naturais é limitado, e torna-se crucial o uso sustentável dos recursos naturais.

SEÇÃO III

“Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1983, p. 149)

3 – A CRISE DO CAPITAL E SEUS MECANISMOS DE SUPERAÇÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Nesta seção, será abordado o debate em torno da crise do capitalismo e os mecanismos que o sistema utiliza para superação desta crise e para facilitar o entendimento numa ordem lógica serão apresentadas breves transformações ocorridas no capitalismo e suas influências sobre o papel social da educação.

Dentre o campo educacional, diversas políticas públicas são implementadas e nesse contexto os estudos e debates serão afinados para o campo de uma política educacional tendo abordagem do panorama educacional em unidades de conservação que aplica um olhar específico afinado com o campo de investigação.

A seção encontra-se dividido em tópicos onde se busca relatar acerca da crise estrutural do capitalismo, em seguida pondera-se sobre o banco mundial e o seu papel no contexto da crise no capitalismo, e para concluir adentrar-se-á na discussão da educação como solução para os problemas do capital e a visibilidade da educação em áreas protegidas enquanto política pública, sendo que a metodologia utilizada pautou-se na revisão bibliográfica, visando estruturar as reflexões do texto com embasamento teórico qualitativo, proporcionando assim, uma melhor compreensão.

3.1 – Considerações sobre o Mecanismo de Superação da Crise do Capital e suas Influências na Educação

A crise que abalou o capitalismo nos anos de 1970 pode se considerar não mais como uma crise conjuntural, mas sim estrutural. Para Paniago (p.3, 2008) “o capitalismo, desde que adquiriu sua maturidade no séc. XX vive acometido periodicamente por crises”, esta “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 1998) estimulou principalmente nos anos de 1980 e 1990 um leque de transformações sócio- históricas que afetou as diversas formas de estrutura e organização social.

Por ser um sistema que não tem limites para a sua expansão, o sistema de metabolismo social do capital configurou-se como um sistema, em última instância ontologicamente incontrolável. A incontrolabilidade é consequência de suas próprias fraturas, que estão presentes desde o início no seu sistema, sendo encontrada no interior dos microcosmos que constituem as células básicas do seu sistema societal. (ANTUNES, p. 25-26, 2009).

Nesse contexto o capitalismo buscou vários meios de manutenção do padrão de acumulação. Neste sentido é que se introduz a implementação de um extenso processo de reestruturação do capital tentando recuperar o seu ciclo produtivo, o que afetou fortemente as relações sociais e o mundo do trabalho.

Diferentes formas de análises são levantadas para a crise do capitalismo no âmbito mundial, ocorrida em meados dos anos 70 aos anos 80, a história apresenta um período que demarca a queda do modelo socialista quando ocorreram as revoluções no leste europeu, o fim da União Soviética e a Queda do Muro de Berlim, assim, o período foi caracterizado como o fim das ideologias socialistas, das classes sociais e da sociedade do trabalho, resultado das forças dos mecanismos do mercado, consequentemente, esse poderio do mercado tornou-se responsável pela crise geral do processo civilizatório, marcado pelo colapso do socialismo real¹⁷ e pelo esgotamento do mais bem sucedido período de acumulação capitalista¹⁸.

¹⁷ Ver FERNANDES, Luis. *O enigma do socialismo real*. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2001.

¹⁸ [...] o socialismo nunca colapsou, foi usurpado. Este é um facto histórico que está a ser negado. O que colapsou na Europa de Leste, em 1990, e na União Soviética, em 1991, foi o socialismo de mercado dos regimes revisionistas e não o socialismo marxista da ditadura do proletariado. E todos sabem que o socialismo de mercado e o revisionismo são ideologia e prática burguesas em traje marxista. (GUHA, Moni, *O colapso do socialismo*, 1993).
Em: <http://www.revolutionarydemocracy.org/archive/guha.htm>

Para Antunes (2001) “o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas”. Comparando a crise capitalista dos anos anteriores aos dias atuais, percebe-se que a problemática político-econômica manifesta-se tanto no desemprego em massa, quanto na queda na acumulação do capital.

O capitalismo atualmente apresenta-se de forma estrutural e não conjuntural como nas décadas de 80 e 90 (MÉSZÁROS, 2002), vale-se ressaltar que o capitalismo esta sempre em crise e utiliza mecanismo para superar este colapso, fato este que a crise dos anos 70 criou mecanismo para superação da crise dos anos 30. Portanto, a atual crise não é resultado das interferências do estado neoliberal.

As crises capitalistas têm a mesma gênese estrutural, porém, cada uma traz sua materialidade específica, o movimento cíclico de acumulação do capital vem alterando-se ao longo do tempo e espaço, Harvey (2011, p. 61) afirma que “A sobrevivência do capitalismo depende da permanente superação ou neutralização dessa barreira potencial a acumulação sustentada”.

Pode-se dizer que a crise estrutural atual diferencia-se das crises anteriores por não apresentar intervalos cíclicos entre expansão e recessão, o que predomina é a eclosão de riscos cada vez mais frequentes e contínuas, que não trazem soluções.

Tratando-se, portanto de uma crise da própria realização do valor, a lógica destrutiva que se acentua em nossos dias. [...] O sistema de capital não pode mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias como mecanismo que lhe é intrínseco. Isso porque o capital não considera valor de uso (que remete a esfera das necessidades) e valor de troca (esfera de valorização do valor) de forma separada, mas, ao contrário, subordinando radicalmente o primeiro ao segundo. (MESZAROS, 2011, p. 12).

Com a separação entre a produção voltada para o atendimento humano, ou para a auto-reprodução do capital intensificam-se as consequências destrutivas, das quais colocam em risco o futuro da humanidade no que se refere à precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza. (MESZAROS, 2011) afirma que:

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no

século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais- que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” e “trabalho atípico”, formas que auxiliam entre a super-exploração e a própria auto-exploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. (MESZAROS, p. 13, 2011).

O Banco Mundial (BM) é uma agência do sistema das Nações Unidas, fundado em 1944, num propósito de recompor os países devastados durante a Segunda Guerra Mundial. Em seu corpo o BM tem como função o financiamento e empréstimos a países emergentes para garantir o combate a pobreza e as desigualdades sociais. O BM atua na lógica do capital e Segundo Offe, o,

"Estado Capitalista protege e sanciona instituições e relações sociais que, por sua vez, constituem o requisito institucional para a dominação de classes do capital: existe uma e somente uma estratégia geral de ação do Estado, qual seja a de criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca" (OFFE, 1985, p.125).

Assim, o BM impõe algumas mudanças políticas na estrutura dos órgãos e instituições que trazem diretamente as consequências neoliberais como: criação de áreas de livre comércio, privatizações, e outras questões inerentes ao seu escopo que estão ligados diretamente à economia do país.

As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. (LIBÂNEO & OLIVEIRA, p. 606,1998).

Desse modo, os países com mais elevados recursos financeiros, possuem total autonomia para modificar regras e vetar propostas de países financeiramente mais pobres. Essa intervenção é justificada pelo BM como uma forma de ajudar os países periféricos a estruturar a sua economia, estabelecendo um padrão de desenvolvimento neoliberal.

Como estratégia o BM vê na educação a possibilidade de equilibrar a situação dos países emergentes, contrabalanceando os ajustes econômicos que a política neoliberal apresenta. Ou seja, a educação passa a ser estratégica na reorganização estrutural do capital com um novo padrão de visibilidade.

[...] a educação básica emerge enquanto instrumento responsável de um país. A educação básica é, pois, apresentada como elemento propulsor da

economia, haja vista que esta atualmente se embasa no conhecimento técnico-científico. Esse nível da educação complementada com a qualificação profissional seria o responsável pela dinâmica de inclusão/exclusão dos indivíduos no mercado de trabalho, assim como no processo de produção e socialização da riqueza. (NETO. [et al], p. 57, 2002).

Assim podemos ultimar que o processo de reforma educacional conduzido pelo BM é a resposta do capital à crise estrutural da década de 1970, por meio da atuação de instituições internacionais. Isso somente foi possível, a partir das propostas idealizadas pelo BM que se mostram em sintonia com às exigências básicas do capital em crise. Segundo Mészáros (2005).

A educação institucionalizada, especialmente, nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade [...]. (MÉSZÁROS, 2005, p. 36)

Com isso, algumas reformas educacionais indicadas pelo Banco Mundial constituem-se em dois campos: O primeiro voltado para uma educação racional e eficiente, capaz de reduzir os custos, o que implica na divisão de responsabilidades entre o Estado e a sociedade. O segundo, centrado na qualidade do ensino em função do diagnóstico apresentado pelo Banco acerca dos principais problemas da educação.

Assim, Freres (2008) afirma que:

A disseminação dos mecanismos ideológicos utilizados pelo capital para a sua manutenção enquanto sistema vigente busca convencer multidões, e a escola vem contribuindo para a inculcação dessas idéias nas mentes do maior número possível de indivíduos. Para perceber tal lógica, é necessário ter consciência de que os homens coletivamente – e não individualmente, como se a sociedade fosse uma soma de partes – é que são responsáveis, conscientemente ou não, pela sua história. Vale ressaltar que a escola, a serviço do capital, intenta afastar a possibilidade de se transmitir tal compreensão sobre a história da humanidade. (FRERES, [et al], 2008, p. 6).

Observa-se que o Banco Mundial ao longo de sua ação reformulou, readaptou e alterou as formas de atuação no sistema capitalista. Nota-se que estas se modificam de acordo com as circunstâncias e necessidades históricas do capital, sendo, portanto sujeito de diretrizes e intervenções em diversos setores dos países periféricos, cumprindo atualmente estratégico papel para a sobrevivência do capital em crise.

3.2 – O Papel da Educação como Mecanismo de Superação da Crise

Não há como negar que a educação como um todo é estruturada no capitalismo para cumprir objetivos que contemplem as condições necessárias à manutenção e ao desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes e baseada na exploração dos trabalhadores. No contexto atual vivido pela sociedade, a escola possui funções sinônimas, tanto para qualificar minimamente a mão-de-obra quanto para reproduzir a visão de mundo imposta pela classe dominante.

É nesse contexto que a educação básica e a qualificação profissional assumem papéis cada vez mais relevantes no interior da dinâmica social e econômica. A defesa da escolaridade de nível básico – fato que se observa nas páginas de jornais e nos discursos das autoridades em nível mundial – esta ligada ao estabelecimento das disposições necessárias à criação das competências técnico- comportamentais requeridas dos trabalhadores hoje na sociedade tecnológica. (NETO [et al], p.57, 2002).

Diante dessa afirmativa, percebe-se que toda e qualquer transformação que se pretenda na sociedade, enquanto emancipação política das classes menos favorecidas e consequentemente ao desenvolvimento humano, deve se levar em consideração o rompimento com o modelo educacional que perpetua uma concepção determinista de sociedade ou então prevalecerá o discurso estratégico de que a educação formal é a que deve ser buscada, suprimindo um discurso mercadológico em que o profissional que não acompanha as transformações e o processo de reestruturação produtiva estará à mercê do mercado de trabalho, o que de fato se confirma pela ordem política instaurada como nos alerta Mészáros (2005).

Com isso, os mais aptos intelectualmente continuarão justificando o produto de uma educação que está atrelada ao modo de produção, e os desmerecidos desse processo continuam a quem dessa qualidade de vida, pois, se contribuem para o movimento econômico e cultural desta sociedade, também merecem um melhor tratamento em sua valorização histórica e educativa, que a evolução histórica classista. De posse desse argumento, pode-se dizer que:

[...] o papel da educação é soberano tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, p. 65, 2005).

É esse papel revolucionário da educação que chama o indivíduo à criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente é que se considera como um dos aspectos fundamentais para romper com a lógica economicista empregada no mundo do trabalho da qual a educação torna-se mediadora da realização concreta desse tipo de sociedade do capital.

Mészáros (2005) nos fornece indicadores que nos possibilitam a refletir a respeito da superação da lógica do capital, ao defender a necessidade de uma ação consciente dentro do processo histórico, afirmando que:

Conseqüentemente a necessária intervenção consciente no processo histórico, de superar a alienação por meio de um novo metabolismo reprodutivo social dos “produtores livremente associados” e esses tipos de ação estrategicamente sustentada não pode ser apenas uma questão de negação, não importa quão radical (idem, p.59).

Nesta perspectiva parte-se para o entendimento do capitalismo, sendo também um produto histórico, não pode ser visto sempre tendo uma validade atemporal, pois há que se enxergarem alternativas diante do falso consenso de que a ordem estabelecida pelo capital não pode ser alterada.

Com uma sociedade dividida em classes, o processo educativo é tido de maneira heterogênea, sendo um para os filhos dos trabalhadores e outro para os detentores do poder econômico, diferenciando sua finalidade a partir dos interesses dos que possuem maior poder aquisitivo em detrimento dos demais.

Sendo assim, os documentos expedidos pelo BM seguindo as diretrizes para a área da educação, é justificado pelo desenvolvimento tecnológico e pela possibilidade de crescimento econômico, cujos objetivos destinados a estes investimentos superam a intenção de integrar as classes trabalhadoras às atividades produtivas em menor tempo com um menor número de gastos.

Para o capitalista, a aplicação mais útil do capital é aquela que lhe rende, com igual segurança, o maior ganho. Esta aplicação não é sempre a mais útil para a sociedade (MARX, 1996, p.46), a transformação lógica que o capital trás passa a ficar claro com a proposta de mercadorização de bens e serviços, pondo inclusive o ser humano neste plano a partir da exploração de seu intelecto e sua força de trabalho sem estar preocupado com sua formação integral e humana. Todos estes processos reforçam apenas algo que já encontrava-se presente na essência do modelo de sistema vigente, o “capitalismo”.

O sistema educacional público é atingido diretamente pela crise do modelo de expansão das instituições escolares que se vê desorganizada por meio das mudanças que vem ocorrendo durante os últimos anos, com a finalidade de atender as demandas impostas para solucionar os problemas que agravam a crise estrutural do capital.

3.3 – Por uma Transformação Social: As Políticas Públicas Educacionais

Inicia-se este tópico mencionando a teoria crítica que se apresenta no início do século com debates a partir das concepções de Karl Marx, onde as relações aparecem de forma histórica e que as verdades não são absolutas. Essa proposição da abordagem científico-filosófica baseada na concepção dialética deve-se à ideia de que a existência dos fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento demanda da presença de mecanismos que regem o processo de evolução da realidade.

[...] Vale ter presente que a busca consciente de uma postura materialista histórica na construção do conhecimento não se limita a apreensão de um conjunto de categorias e conceitos. É preciso superar a abstratividade inicial dando-lhe concretude. Esse movimento é um movimento, prático, empírico. Há, pois, a exigência necessária de uma concepção de realidade um método capaz de desvendar as leis fundamentais que estruturam um problema que se investiga, da exposição orgânica dos avanços no conhecimento e de novas sínteses no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, p. 86, 1994).

Sendo assim, entende-se que a sociedade e o pensamento estarão em constantes transformações. O que numa visão do materialismo dialético, a negação desses mecanismos pode significar a mudança do resultado dessas lutas, permanência de opressores e oprimidos, numa inversão e dilatação de poder. Todas as atividades que constituem a sociedade no conjunto de suas relações podem ser superadas através da crítica, possibilitando o refletir e o avaliar das ações permitindo a atuação para a transformação.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...]. Mas o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado. (TRIVIÑOS, p. 51, 1987).

No campo das contradições e as transformações históricas dos homens em seus diversos campos de conflitos gerados pelos interesses de classes e sabendo que mediante a está circunstância as classes por si só reproduzem os seu interesse promovidos por ações concretas da classe que a subordina.

É nesse sentido que acampamos essa teoria, que parte da crítica à sociedade capitalista, e que por definição leva a uma ruptura em relação à natureza pelo modelo em que a sociedade se estabelece e paralelamente a definição da cultura nas relações com o meio de produção, que faz com que o individuo se exima dessas ações rompendo com a sua responsabilidade pelos fatos que são notórios dos efeitos antrópicos à natureza.

Para a teoria crítica não existe possibilidade nenhuma de se gerar conhecimento a não ser para emancipar, ou seja, se não houver esse intuito o conhecimento deixa de ter sentido de realização humana. Esta teoria define-se na tentativa de se construir um campo mais consistente de pesquisa interdisciplinar tendo o campo da dialética como elemento central dessa construção.

No centro do debate desta teoria pressupõe que não devemos ver as relações estabelecidas como estáticas, imutáveis e já definidas, fatos estes que estão visíveis pelo senso comum, à postura a ser adotada deve ter o claro envolvimento do pesquisador com uma concepção de mundo capaz de expor as determinações de um problema e propor mecanismo para uma prática que altere e transforme uma dada realidade que historicamente se faz problemática “Ou ainda, tomar a educação como alavanca da transformação da realidade” (FREIRE, 1982, p. 146), vislumbrando a possibilidade de ação em sociedade pra mudar o status dessa própria sociedade, redefinindo as condições de relação da nossa própria natureza humana.

Dentre uma imensa diversidade de políticas públicas, estivemos abordando de maneira específica as Educacionais, que pertencem ao grupo das Políticas Públicas Sociais e que se fazem presente através da Legislação Educacional. As Políticas Públicas Educacionais são de responsabilidade do Estado (para tanto, em seguida realizaremos uma breve reflexão acerca da autonomia Estatal) através de organismos políticos e entidades da Sociedade Civil, assim se estabelece um processo que culmina com as decisões, que derivam na legislação. Dentre vários autores, destacamos Souza (2003), para quem as políticas públicas podem ser definidas como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, p. 13, 2003).

É bem verdade que a história do Brasil, se constitui com as políticas públicas sendo definidas de formas bastante diferentes, já que são um elemento de normatização do Estado e que envolvem interesses políticos de diversos segmentos. No entanto é preciso enfatizar que o povo deve ser o grande condutor da criação das políticas públicas, já que ele melhor do que ninguém conhece seus anseios, objetivos e valores.

Na análise de Azevedo (2003) temos três tipos de políticas públicas, as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. Assim como o próprio nome diz as Políticas Públicas redistributivas consistem em redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (AZEVEDO, 2003, p. 38).

Na apreciação deste tema apresenta-se a perspectiva histórica da crise do capital que não sendo mais conjuntural, vem a ser estrutural. Com isso, as grandes potências econômicas elaboraram meios de deter a crise e um dos meios encontrados fora a educação, moldada na lógica mercadológica. Com isso, a agência internacional como o banco mundial age como forma de compensar a pobreza dos países em desenvolvimentos, e vê que por meio da educação pode encontrar um mecanismo de reestruturação da economia e do acúmulo de capital.

Em um segundo momento, após citar a atuação do banco mundial na educação, expõe-se a lógica da educação para solução da crise do capital de uma forma mais clara. Entendendo que a educação, que é diferenciada para a burguesia e a classe trabalhadora, foi camuflada com o intuito de formar indivíduos para atuarem no mercado de trabalho, em posturas diferentes (MÉSZÁROS, 2002). Enquanto alguns assumem a postura de dominantes, outros são dominados. Então, com isso, se vê na educação “a cura para o mal da crise”, por esta atuar na formação de novas forças produtivas, enquanto se sabe que o real motivo é transformá-la em mais uma mercadoria.

Investigar as contribuições de um dos processos formativos em EA, que é fruto da atual política de expansão e emancipação do conceito, da relevância e da práxis da EA,

constitui-se uma temática de extrema relevância, a medida, que nos leva por caminhos macros, que envolvem a Política Nacional de EA e principalmente todo o processo histórico que a constitui, para que possamos visualizar alguns dos entraves que ainda vivenciamos e trabalhar para ultrapassá-los.

3.4 – Breve Panorama Educacional em Unidades de Conservação

As questões relacionadas às políticas públicas no Brasil exigem a compreensão a respeito das contradições que permeiam a organização social e o modo pelo qual os indivíduos passam a fazer parte do processo produtivo, por meio da inserção através de políticas públicas sociais.

Vive-se um momento de transição para um paradigma em que a sustentabilidade deve ser o eixo da nova sociedade. Um mundo onde a interdependência entre o ser humano e seu entorno, assim como a inter-relação entre o local, o regional e o global são premissas básicas.

Apenas reconhecer a gravidade dos problemas ambientais, como resultado de um processo educativo, pouco avança na construção da sustentabilidade. Sendo assim, a ação que me parece prevalecer ainda nos ambientes educativos restringe-se apenas à difusão da percepção sobre a gravidade dos problemas ambientais e suas consequências para o meio ambiente. Essa perspectiva não é suficiente para uma educação ambiental que se pretenda crítica, capaz de intervir no processo de transformações socioambientais em prol da superação da crise ambiental da atualidade. (GUIMARÃES, p. 15-16, 2011).

A educação brasileira vem sendo construída a partir de avanços e retrocessos, sempre encampando a luta pela democratização, universalização e qualidade no ensino. As políticas educacionais criadas e implantadas pelo governo nem sempre estão acessíveis ou adequadas às realidades das populações residentes em UC. Em 2005 foi instaurado a 3ª e atual edição do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA que contou com consulta pública em 22 estados do Brasil organizado por educadores ambientais com o propósito de consolidar diretrizes e ações para atividades de cunho educacional no sentido de contribuir nos debates acerca das questões ambientais no enfoque proposto para a educação ambiental nos diversos âmbitos da sociedade.

De acordo com o documento (ProNEA, 2005) foram previstas três componentes em seu corpo: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação: Educação ambiental por meio do ensino formal; Educação no processo de gestão ambiental; Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais; Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais; Articulação e integração comunitária; Articulação intra e interinstitucional; Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados. Este documento é norteador para atos que estejam presentes ações de educação ambiental – EA.

A grande exigência de rever atitudes e pensamentos em relação à EA nas escolas faz com que os professor/educadores se desdobrem para absorver informações em relação a estas necessidades tão essenciais nos dias atuais.

[...] a perspectiva que os professores construíram do seu papel enquanto educadores assume particular importância. Assim, as metodologias e práticas de sala de aula adaptadas pelos professores serão consequência do seu posicionamento epistêmico e paradigmático face ao papel educativo da escola e do seu próprio papel. Educar para a sustentabilidade é um dos principais desafios com que os professores se debatem neste início de século (FIGUEIREDO, p. 4, 2006).

Apesar do ProNEA documento este formulado e debatido como diretrizes da EA sua aplicação efetiva está longe de ser implantada nas áreas de proteção do SNUC como afirma Valenti (2012) em uma pesquisa realizada sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas em UC.

O uso do ProNEA como documento de referência é pouco difundido no contexto das unidades de conservação. Apenas 29% das 56 UCs da nossa amostra responderam que têm o ProNEA como base de suas práticas de educação ambiental”. Isso demonstra que não existe práticas afirmativas do uso do programa nas áreas de proteção ambiental (VALENTI, p. 273, 2012).

De fato, as políticas implementadas pelo Estado ainda caminham com passos curtos para contemplar os anseios das camadas mais carentes da sociedade tanto da área urbana como da rural.

Ao longo dos tempos, várias tem sido as denúncias e críticas com relação à maneira deficiente com que o Estado vem realizando as obrigações definidas pela Legislação Nacional de Educação, bem como as metas almejadas pelo PNE. [...] No que se refere às áreas rurais, tem aumentado gradativamente as cobranças das populações residentes nesses locais por mudanças e transformações, uma vez que estas pessoas, mesmo que de modo limitado,

vem construindo entendimento e compreensão de seus problemas dentro da estrutura social. (COSTA, p. 29, 2014).

Ao longo da última década do século XX e início do século XXI, observou-se no Brasil que mesmo com o discurso da democratização da educação, as estatísticas de evasão, reprovação e números de matrículas escolares dos filhos da classe trabalhadora tem sido os piores possíveis.

A escola real frequentada pelos filhos dos trabalhadores desde cedo se encarrega de mostrar a estes alunos que escolarização de qualidade é um bem acessível a poucos. Soares (1986), ao criticar o quanto que a escola deveria ser para o povo e se mostra contra o povo, considera que:

[...] o fracasso escolar dos alunos pertencentes às camadas populares, comprovado pelos altos índices de repetência e evasão, mostra que, vem ocorrendo uma progressiva democratização do acesso à escola. Nossa escola tem se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolar, tem tido o grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las (SOARES, p. 5-6, 1986).

São necessárias intervenções no campo pedagógico no sentido de proporcionar uma interface entre os conhecimentos adotados pelo currículo formal e saberes cotidianos desses sujeitos, assim a [...] construção do saber pedagógico deve-se dar pela troca de experiências de vida, constituindo ações em parceria e formando professores-pesquisadores da prática, que busquem dar unidade aos saberes fragmentados e fundar uma comunidade científica (MARQUES, 1999, p.15).

Por muito tempo, a negação da educação as classes subalternas tem sido um fato bastante comum na história da educação brasileira, especialmente por se tratar de uma maneira de manter o povo sob a condição da ignorância e da exploração (ARROYO, 1999). A conquista e a implementação de políticas educacionais capazes de atender às demandas da população tem sido poucas e sempre alicerçadas sob muita luta e reivindicação.

Ainda nesse sentido, a reflexão de Paiva (1987) enfatiza que:

A mobilização brasileira em favor da educação do povo, ao longo de nossa história, parece realmente ligar-se às tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas sócio-econômicas, fora ou dentro da ordem vigente entre nós. Os impedimentos criados ao voto do analfabeto estão na raiz das tentativas de transformar a sociedade através da educação, sempre que se acreditou ser possível a conquista do poder político

através de eleições. Mas a educação também passou a ser vista como instrumento de mudança das estruturas da sociedade e de tomada de poder, quando a diferença ideológica se configurou com nitidez entre nós e os grupos contrários à ordem vigente (PAIVA, p. 297, 1987).

A educação é um direito de todos e um dever do Estado, rege a Constituição Federal de 1988, no art. 205, o que significa dizer que a ele compete à tarefa de assegurar que a formação educacional formal seja proporcionada a todos àqueles que dela necessitam, de maneira que possa ser desenvolvida com mais dinamismo. Espera-se que o processo educativo seja capaz de abranger a diversidade e pluralidade de sujeitos e comunidades que dependem das ações.

Atualmente as discussões voltadas para a inexistência de políticas eficazes às populações humildes trazem à agenda a problemática vivenciada pela educação no meio rural. Se no meio urbano onde, teoricamente, existe um ambiente favorável, as possibilidades de materialização de ações educativas não acontecem, no meio rural as probabilidades acabam sendo mais remotas. Na zona rural, tudo parece ser muito mais difícil e esbarra na ausência de compromissos com a população residente nestas áreas.

É fato corriqueiro as escolas da zona rural da Região Norte (e algumas vezes da periferia urbana) funcionarem em barracões cobertos com palha, piso de chão batido e em residências domiciliares (CANALI, 2007). Nestes casos, as atividades pedagógicas confundem-se com os afazeres domésticos¹⁹, tornando-se bastante difícil o aprendizado.

Segundo Caldart (2004), “construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para a atuação em diferentes espaços educativos”, desta forma podemos perceber a interação e importância que a educação do campo possibilita ao se trabalhar pareado a educação ambiental, uma vez que a escola é o “espaço” que deve induzir a reflexão e problematização das relações da sociedade e natureza.

A educação ambiental deve se firmar em métodos e técnicas estratégicas que serão definidas de acordo com as especificidades das áreas e de suas populações na qual está inserida, cabendo à escola o papel de identificar o modelo que será atribuído a educação ambiental, haja vista os diversos biomas e pluralidades que as UC estão localizadas como

¹⁹ Em algumas comunidades rurais na região norte do Brasil, ainda é comum a escola funcionar na sala de residências familiares, de modo que o cotidiano familiar acaba interferindo no processo pedagógico.

menção Loureiro (2007) ao retratar a diversidade dos espaços das áreas de proteção, alegando que:

[...] é um campo que, por sua dinâmica, não pode ser concebido de modo linear. E, para ser compreendido, as análises, reflexões e práticas não devem estar pautadas em instrumentais metodológicos reducionistas, visto que ferem a inerente complexidade da “questão ambiental”. (LOUREIRO, p. 29, 2007).

Na escola a educação ambiental não pode ser vista apenas do ponto de vista ecológico ou ligados a percepções de práticas ligadas apenas ao ambiente local, mas sim de uma visão geral que possa se obter as interligações das ações do homem sobre a natureza e como isso afeta o ambiente global, fazendo com que os conteúdos sejam melhor assimilados pelos educandos. Para Penteado (2007):

O principal cuidado consiste em se caminhar do conhecimento inicial do aluno para um conhecimento mais elaborado, que não se detenha no nível teórico, mas que seja traduzido numa ação ou uma prática participativa, vivida dentro ou a partir da escola, enriquecedora deste conhecimento e propiciadora do espírito cívico – através da consideração do “outro” que estas situações implicam – e do desenvolvimento da cidadania – vivência de direitos e deveres – através da consciência ambiental que se está construindo (PENTEADO, p. 69, 2007).

Nestes aspectos, a produção de conhecimento deve ser amplamente interligado para contemplar as relações do meio natural com o social, preservando a harmonia entre as ações humanas e naturais. No que tange o discurso da educação ambiental a mesma deve ser pautada em desenvolver indivíduos conscientes, habilidosos e críticos nos assuntos das atuais transformações que vem ocorrendo a partir das relações econômicas que visam a amplitude capitalista em detrimento de interesses recíprocos.

Ao conceber o processo de ensino-aprendizagem da escola, não se podem observar os indivíduos viventes nas UC com o mesmo olhar dos indivíduos das áreas urbanas, pois, seus modos de vida e relações se distinguem a partir do meio em que estão inseridos.

A partir da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/04/2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, passou-se a refletir o modo pelo qual os professores atuam em salas de aulas nas escolas do meio rural, Henriques (2007), afirma que “Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos” que a partir

dessas premissa possam se identificarem como sujeitos partícipes das relações sociais e buscarem a sua própria identidade enquanto sujeitos do campo.

Essas definições das políticas educacionais para a escola do campo se configuram como espaços de diálogos e discursões em relação ao ensino da cidade que subvertia a educação nas áreas rurais. Portanto a ação educacional deve se dispor a rediscutir o olhar que se tem dos indivíduos das áreas de proteção ambiental, bem como os residentes nas demais áreas rurais, propondo a reversão do quadro no qual o homem é superior à natureza sem preocupar-se com a harmonização do meio e consequentemente a degradação da vida.

Vale ressaltar que a educação ambiental na escola do campo deve abranger os diversos aspectos que permeia a interação e o contato direto ou o indireto dos indivíduos com o ambiente, pois, como menciona Loureiro (2004) ao definir os desígnios de uma escola transformadora, que deve:

[...] estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado. [...] Assim posto, privilegiar somente um dos aspectos que formam a nossa espécie (seja o ético, o estético, o sensível, o prático, o comportamental, o político ou o econômico, enfim, separar o social do ecológico e o todo das partes) é reducionismo, o que pouco contribui para uma visão da educação integradora e complexa do mundo (LOUREIRO, p. 73, 2007).

O ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) possui uma série de diretrizes e ações que visam orientar as ações educacionais ambientais tanto nas escolas quanto instituições afins, porém, não existem estudos que tenham investigado se as/os educadoras/es ambientais que desenvolvem atividades em unidades de conservação de fato se baseiam no ProNEA e nas premissas nele defendidas e em que medida os programas de educação ambiental em unidades de conservação que o tomam por referência se diferenciam dos que não o consideram (VALENTI, p. 271, 2012).

Apesar do avanço como a criação de leis que regulamentam a preservação do ambiente e a proteção dessas áreas existem muitos problemas a serem superados, como planos de manejo adequados e específicos para cada UC, políticas de educação (educação do campo) que preserve os saberes das populações tradicionais, geração de emprego e renda e agregação de valores dos produtos da floresta, práticas de preservação e conservação da natureza, entre outros que mantenha o equilíbrio entre as espécies.

Porém, muito se tem a fazer como Santos (2007) expõe que:

Neste sentido todas as UC de uso sustentável são influenciadas pela escassez de ações e projetos políticos voltados para os grupos sociais tradicionais. Apesar de existir leis que contemplem o uso social da natureza por esses grupos, há um predomínio de concepções que descartam a legitimidade e a essencialidade dos saberes tradicionais e, portanto, da nossa sociodiversidade. (SANTOS, p. 130, 2007).

Novos olhares necessitam serem direcionados para as UC, e que na prática sejam concretizados os objetivos propostos pelas leis de preservação dessas áreas e o respeito às populações viventes nestas unidades. Logicamente este processo não acontece de maneira simplista, e sim pela possibilidade de um processo de lutas.

SEÇÃO IV

“Em pesquisa social, portanto, não é proibitivo aos marxistas assumir procedimentos próprios do chamado “Método Qualitativo”, já que o termo “qualitativo” não é um adjetivo ao materialismo dialético, mas uma indicação do reconhecimento da importância da análise e do uso de procedimentos não quantitativos, mas deve-se, sempre, em função da coerência pretendida, deixar clara a perspectiva a partir da qual se entende o termo “qualitativo”, qualificando-o”. (ARAÚJO, 2012, p. 18).

4 – A RESEX IPAÚ-ANILZINHO E OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta seção será apresentada a área onde a pesquisa teve seu lócus, e situando-se no município de Baião no nordeste paraense. A caracterização da RESEX Ipaú-Anilzinho e as comunidades que a compõe serão exibidas de forma descritiva para o entendimento daquela região.

Visa colocar em pauta a opção teórica do trabalho que é embasada pela teoria crítica bem como as questões que norteiam a pesquisa, propiciando desenvolver os dados da problemática que esta sendo discutida.

Em seguida apresentaremos os fundamentos teórico-metodológicos a fim de demonstrar, diante da realidade, o posicionamento epistemológico desta pesquisa. Apresentamos a dialética de Marx e seu método de interpretação da realidade. Elucidaremos como esse método contribui para a análise e compreensão do nosso objeto de estudo.

Os instrumentos da produção de dados e os incurso da pesquisa serão delineados nesta seção, que serão norteados pelos aportes teórico-metodológicos que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho. O método será exposto e embasado teoricamente para sustentar as categorias analíticas da pesquisa.

4.1 – A Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho no município de Baião/PA

O município de Baião ($02^{\circ}47'26''\text{O}$ - $49^{\circ}40'18''\text{S}$) localiza-se no nordeste paraense e compõe a microrregião de Cametá, com extensão territorial de 3.758,297 km² com população de 36.882 habitantes de acordo com estudo censitário do IBGE (2010), os dados elaborados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (2014) com base nos índices censitários, no ano de 2013 a população já estimava em 41.232²⁰ habitantes. Baião situa-se a 204 quilômetros de Belém (capital do estado do Pará) e é atendida por via rodoviária através da Alça Viária, através da PA-150, além da alternativa do sistema rodo-fluvial. Dados do Censo (2010) a população quando distribuída em área urbana encontra-se em um nível bastante balanceado com relação ao quantitativo de habitantes, sendo: 18.555 habitantes residentes na área urbana e 18327 na área rural.

O estudo tem por base a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho localizada no município de Baião/PA, foi criada por meio do Decreto Presidencial de 14 de junho de 2005, com uma área de 55.834,24 hectares onde a população estima-se em 600 famílias que estão distribuídos em seis comunidades: Anilzinho, Espírito Santo, Fé em Deus, Joana Peres, Lucas e Xininga.

MAPA 03: Localização das Comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho.



Fonte: Imagem ilustrativa vetorizada e criada em CorelDRAW X7 pelo autor (2016).
Localização Geográfica das Comunidades da RESEX.
RESEX Ipaú-Anilzinho: CNUC (2011).

²⁰ Fonte: IDESP (2014).

A criação da RESEX Ipaú-Anilzinho não se deu de forma simples, mas sim do anseio da luta dos moradores daquela região, para Figueredo e Barros (2015) a efetivação de sua criação foi em:

[...] resposta à mobilização social liderada pelos moradores da região de Anilzinho para manter a sua organização econômica e política, a sua estrutura familiar, em meio aos conflitos fundiários que se potencializaram nas terras de uso comum do grupo a partir da década de 1970, em decorrência da implementação de grandes projetos de colonização na Amazônia brasileira, que então favoreceram a entrada de agentes e interesses externos ao sistema extrativista. (FIGUEREDO & BARROS, 194-195, 2015).

Os municípios da região tocantina foram fortemente afetados após o processo de construção da Hidrelétrica de Tucuruí, logo seus modos de vida tiveram impactos consideráveis principalmente pelos moradores das áreas ribeirinhas que sentiram a redução do pescado na região, Rodrigues (2012) afirma que “inúmeros foram os impactos ambientais que advieram sobre os ribeirinhos, dentre os quais a escassez de pescado, prejudicando-lhes os modos tradicionais de existência, como a identidade de pescadores-extrativistas”. Os impactos da instalação da hidrelétrica na região são vastos, Almeida (2010) descreve que “Entre os impactos provocados pela barragem, há registros de inundação de vasta extensão de floresta [...], não indenização de famílias deslocadas pela obra, redução do pescado e poluição, erosão do leito e das margens do rio e elevado índice de malária”.

Os movimentos do campesinato na região marcam a luta dos trabalhadores rurais em especial do município de Baião, com o conflito do Anilzinho, este que foi o marco que deu força para a criação da RESEX na região, Almeida (2010) cita este acontecimento de luta do campo na região.

[...] o movimento do Anilzinho se constitui como um marco recente do campesinato do Baixo Tocantins. O movimento que aconteceu no município de Baião foi o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores alinhados politicamente como o "novo sindicalismo". Esse conflito ocorreu em 1979, numa região denominada Anilzinho, situada às margens de um rio do mesmo nome. Constituiu um fato importante no processo de adesão da Igreja Católica local à luta pela terra que já iniciara em diversas regiões do Brasil e sobre a qual a Igreja Católica manifestou publicamente, por meio do documento "Igreja e problemas da terra" (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1980). (ALMEIDA, p. 295, 2010).

A igreja católica representada na região pela Prelazia de Cametá teve grande influência na mediação do conflito do Anilzinho que após vários encontros cria a Lei do

Anilzinho, assim podemos citar um trecho de uma entrevista do Pe. Thiago Poels que atuava na região por meio da igreja católica, e historiciza oralmente o início deste acontecimento.

“A região do Anilzinho, município de Baião, era rica em castanhais, a terra era devoluta e muita gente tinha interesse em ficar com estas terras, tinha uma família de Baião, queria arrendar esta terra para explorar a castanha, os moradores do Anilzinho viajaram para Belém para pedir ao Governador que os castanhais ficassem para o povo de Baião. Assim sendo o governo baixou um decreto que saiu no Diário Oficial, reservando esta região para o povo de Baião.

Com a abertura da estrada Transcametá, apareceram grileiros do sul dos pais, com interesse de se apropriar desta região, lá existiam algumas pequenas propriedades à beira do rio Anilzinho e Ipaú, tinha alguns estabelecimento de comércio para a compra de castanha, as terras eram devolutas e a maior parte estava dentro do decreto.

Apareceu um homem chamado Tião, querendo ocupar toda área, e não conseguiu porque o povo começou a resistir, então vendeu a área para um fazendeiro do sul, que deixou como capataz o Gustavo, que foi pedir apoio da juíza de Tucuruí, que mandou dois caminhões e dois jeeps com soldados, armados de fuzis e metralhadoras que começaram a caçar os homens que estavam trabalhando através de ameaças embarcaram todos os homens nos caminhões e levaram para Tucuruí.

Soltaram todos na rua, alguns comeram até casca de bananas. Derrubaram as casas, destruíram as plantações, as mulheres fugiram de suas casas, atravessaram igarapés à noite, uma estava de parto e adoeceu e continua sofrendo as consequências desta doença até hoje.

Sr. Dálico que tinha uma venda na beira da estrada, teve sua casa derrubada por duas vezes, e as plantações dos agricultores foram destruídas.

Os posseiros que me procuraram para resolver o problema orientei que organizassem o local para a reunião, construíssem um barracão para podermos discutir os problemas.

Se realizou o primeiro encontro em Anilzinho, enfrentamos dificuldades financeiras, mas saiu o encontro, o povo ajudou, pescaram-se uns 300 kg de peixes, e como conclusão do encontro saiu a LEI DE ANILZINHO.” (apud Plano de Manejo da RESEX Ipaú-Anilzinho, p. 13 – Não Publicado).

Este movimento reunia diversas entidades e atores da região que tinham interesse em resolver tal conflito, em culminância dessas discussões, regras de convivência e de manutenção da área em questão originou o documento, que de acordo com informações da Igreja Católica (CNBB, 1980), foram realizados (11) onze encontros anuais culminando com a elaboração da Lei de Anilzinho pelos camponeses e assessoria da Igreja Católica.

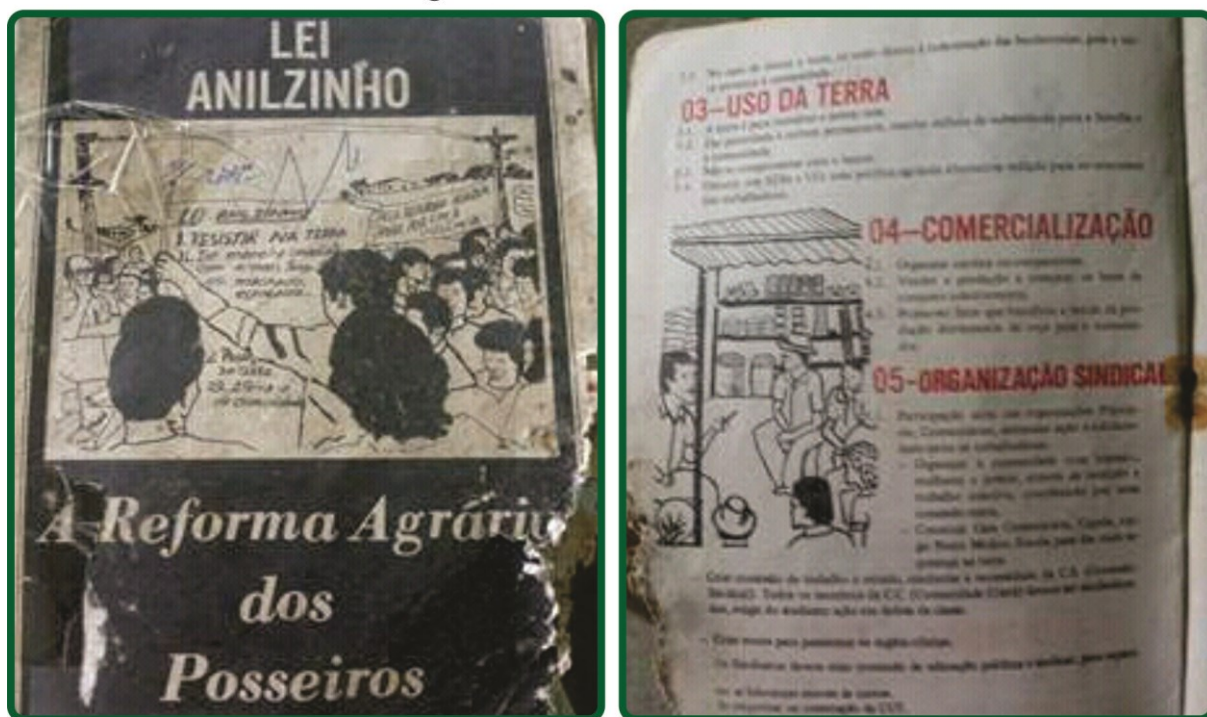
Eis que abaixo está alguns trechos da Lei do Anilzinho:

Nós camponeses da região Tocantina (Baião, Tucuruí, Marabá, Mocajuba, Cametá e Oeiras do Pará), reunimos nos dias 10 e 11 de julho de 1980, na comunidade de Anilzinho-Baião, em encontro que teve como tema: Terra

para quem trabalha nela, depois de termos analisado a realidade em que nos encontramos: grilagem em massa e violenta e as mais diversas formas de opressão cometidas pelas autoridades, deixando-nos em completo abandono, resolvemos tomar as seguintes resoluções: 1. Resistir na terra; 2. A terra é da comunidade; 3. A terra é para trabalhar nela [...]; 4. Fazer demarcação da área sem esperar pelo governo; 5. Defender a terra com armas se for preciso, machado terçado, espingarda, etc. reagir ao ataque da grilagem; 6. Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas [...] imprensa [...]; 7. Fazer oposição sindical e política. Troca de delegado sindical pelego [...]; 08. [...] Criar comissão de terra; 09. Constituir casa comunitária ou capela e exigir posto médico [...] para dar mais segurança na terra; 10. Organizar a comunidade [...] através de trabalho coletivo; 11. Criar um fundo de manutenção dos encontros; 12. Lutar pela reforma agrária radical e imediata (Lei de Anilzinho, apud. FIGUEREDO, 2014).

É evidente o caráter combativo e de luta pela posse da terra das populações que participaram da formulação da lei, inclusive se necessário o confronto armado, além disso, o trabalho coletivo foi pautado, passando a ter características ideológicas de mudanças que possibilitam desprender-se de uma teia de imposição e símbolos conflituosos naquela região. O estabelecimento da lei permitiu o desenvolvendo de princípios que visavam estabelecer uma coerência de comportamento dos moradores, imprimindo um novo modo de pensar, refletir e agir de acordo com seus interesses pela terra.

Imagem 01: Livro “Lei do Anilzinho”



Fonte: <http://www.museuvirtualtucurui.com.br/lei-anilzinho/>.

Apesar disso, a instalação de fazendas e grilagem de terra na área permanecia e os conflitos agrários eram evidentes envolvendo fazendeiros, latifundiários, madeireiros e as

populações residentes nestas áreas. Estes fatos acabaram por continuar o ciclo de um clima de insegurança nos moradores, fazendo com que muitos deixassem suas propriedades com medo das ameaças ou represálias.

Com isso, a comunidade de Anilzinho iniciou um debate que pudesse garantir a posse das terras para as populações locais. De acordo com Figueiredo (2014):

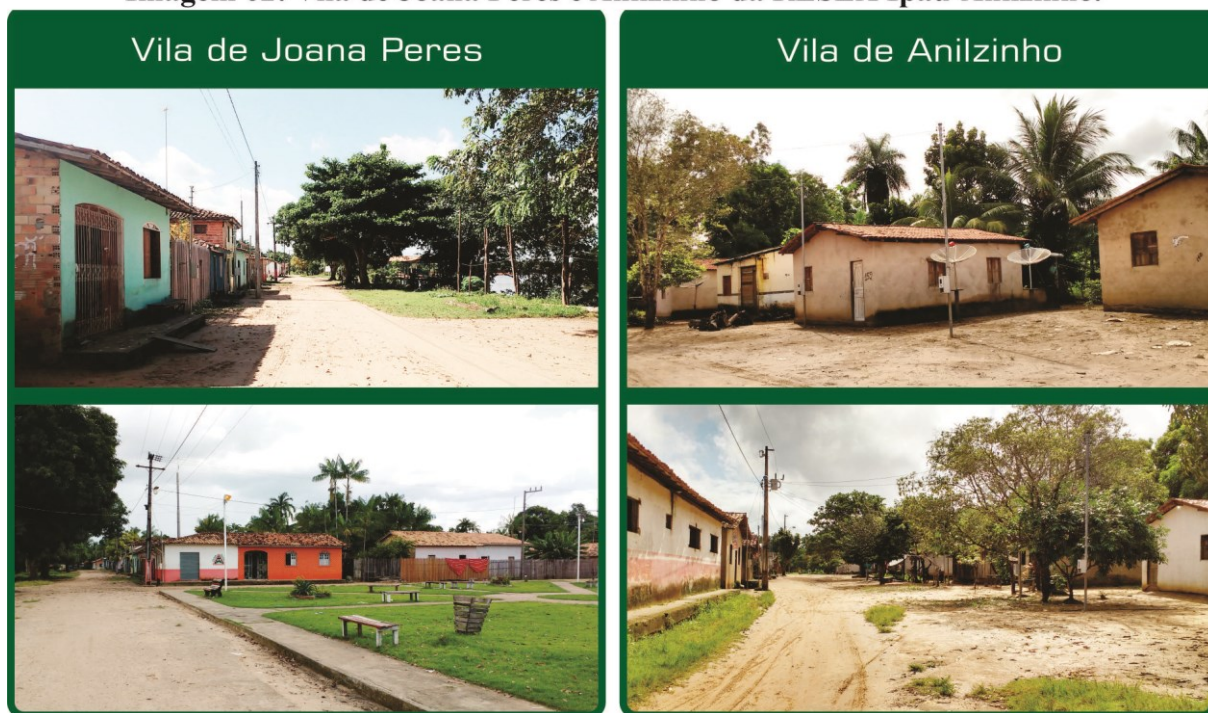
A proposta de criação de Ipaú-Anilzinho foi apresentada na data de 30 de junho de 2001 por diversas lideranças, associações e sindicatos de trabalhadores rurais durante a reunião do Fórum Agrário da região de Tucuui, junto a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Marabá. Somado a isto, declarações de apoio à criação da Reserva foram proferidas pela Prefeitura e Câmara Municipal de Baião, como, também, por outras diversas organizações da região tocaninense ligadas aos movimentos sociais no campo. (FIGUEIREDO, 2014, p. 22).

Frente a esse objetivo, os moradores da área do Anilzinho iniciaram o processo de organização frente aos demais órgãos governamentais que pudessem viabilizar a criação de uma área de uso sustentável. Com os estudos e visitas técnicas para viabilização da criação da reserva foi detectado que somente a área de Anilzinho não era suficiente enquanto espaço territorial, surgindo a proposta de integração do 2º Distrito de Baião (Joana Peres) para compor a reserva que após diálogos e reuniões foi incorporada a proposta.

Este fato se afirma em Figueiredo (2014, p. 22) corroborando que “Em um primeiro momento, essa área seguiria do rio Ipaú ao rio Anilzinho, englobando apenas as terras do grupo de moradores de Anilzinho. Em um segundo momento, subindo o rio Anilzinho, essa área passaria englobar as terras dos moradores de Joana Peres”. Com a primeira delimitação por meio dos rios é que temos a definição originária do nome da RESEX, e que apesar de mais tarde houvesse a junção com Joana Peres não modificou a nomenclatura permanecendo Ipaú-Anilznho.

As comunidades de Joana Peres e Anilzinho foram selecionadas para compor a base do estudo de campo dessa pesquisa por serem consideradas as que mais integram o ideário de lutas sociais do campo e os berços da criação da RESEX Ipaú-Anilzinho. A seguir podemos visualizar imagens das comunidades.

Imagem 02: Vila de Joana Peres e Anilzinho da RESEX Ipaú-Anilzinho.



Fonte: Acervo do Autor (2016).

A compreensão sobre o impacto causado pela implantação da reserva traz como uma de suas implicações a emergência de compreender o processo educativo como elemento capaz de auxiliar a construção de sustentabilidade para os cidadãos. Deixando claro segundo Cavalcanti (1999) que:

A sustentabilidade vai muito mais longe do que se pretende ao qualificá-la simplesmente como atributo de um tipo de desenvolvimento. É um projeto de sociedade alicerçado na consciência crítica do que existe e um propósito estratégico como processo de construção do futuro. (CAVALCANTI, 1999, p. 15)

Nesses termos Costa (2014) também afirma que:

Na medida em que as populações começam a se apropriar dos conhecimentos e informações gerados pelo processo educativo, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador. Uma vez articulados conhecimentos e informações com demandas e perspectivas locais, cria-se a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. O fenômeno educacional a partir de um paradigma sustentável constrói e permite uma perspectiva de ação holística que relaciona o ser humano, a natureza e o universo, tomando como referência compreensão de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é a sociedade humana. (COSTA, p. 374, 2014).

Dessa forma deverá ser proporcionado um novo modelo de reflexão a cerca de como acontecerá o processo de gestão da UC em atividades que dependem de todos os entes envolvidos nesta relação, pois, como afirma Santos (2007, p. 73) “Planejar e gerir espaços compreende o educar, portanto, o pensar e agir coletivamente, a educação não acontece na individualidade”, corroborando-se na educação a nível comunitário e participativo. Esta afirmação é perceptível pelo fato da necessidade de participação das diversas instituições e sujeitos que compõem essas áreas.

2.3 – A contribuição da Teoria Crítica para a Pesquisa em EA

Sustentando-se nas análises de kopnin (1978) a ciência ao assumir outro valor e um novo papel utiliza-se de um sistema de linguagem de caráter artificial. Nesse sentido, observa-se que a ciência ao adquirir novas características na sua superficialidade linguística, pelo acúmulo de conhecimentos produzido teoricamente, produz, outras, racionalidades que possibilitam organização de novos dados experimentais e outros resultados.

Para filósofos do século XVII e XVIII, Francis Bacon (1561-1626); Galileu Galilei (1564-1642); René Descartes (1596-1650); Immanuel Kant (1724-1804), a ciência ao proceder de tal forma ganha uma condição que não mais irá atender pela lógica da filosofia universal. Então, a história da filosofia se depara com a construção de uma nova racionalidade que não mais terá um caráter universal, pois o foco que se renova esta pautada na busca do homem em dominar a natureza. Nessa condição a filosofia e a ciência enveredam por caminhos diferentes e os conhecimentos filosóficos de caráter universal têm, agora, como objeto a construção de um método que possa dominar a natureza.

Nesse interim a ciência adquire o caráter de ciências naturais pela qual o conhecimento tem haver com a produção de métodos de constatação, por exemplo: em Bacon - o indutivo, em Descartes – o intuitivo dedutivo, Galileu – o indutivo, dedutivo e quantitativo matemático. Pois, o modelo de ciências nesses parâmetros procura fazer constante reformulação de si, encontrar novos métodos, novas propostas de adaptar o real (CHIBENI, 2006). Assim, sintetiza-se uma postura de compartimentalizar em partes, os objetos, para que, se possa apreendê-lo num sistema de soma e resultado de todas as partes.

Nesse sentido, pode-se inferir que antes da ciência construir uma teoria do conhecimento, ela, precisa está organizada e sustentada não em um conjunto de teorias, mas numa lógica com código próprio pra conversar consigo mesma. Esta, logicamente, se sustenta como meio e apreensão da estrutura que envolve uma determinada construção de pensamento, e com isso cria seu código linguístico dentro da lógica formal.

Apreendido essa condição Kopnin (1978) faz referência a Lenin e como ele demonstra a toda filosofia a construção de uma lógica revolucionária. Para isso propôs a dialética como lógica e teoria do conhecimento recorrendo-se a herança filosófica da dialética em Aristóteles, Kant, Hegel, e fundamentalmente Engles e Marx. Assim, Lenin, parte da mais importante conquista do pensamento filosófico sustentada na prática pela teoria do pensamento materialista.

O fundamento do pensamento de Lenin, segundo Lukács (1974) é que para Lenin a lógica que se deve compreender a partir desse momento não é a lógica das formas exteriores do pensamento, como se propõe a lógica formal, mas a lógica do desenvolvimento dos conteúdos do pensamento. A lógica dialética. Nesta, as leis do ser coincidem com as leis do conteúdo do pensamento e dessa forma a ciência tem evidencia na verdade objetiva. Nesse sentido, Lenin, propõe um método do conhecimento e não um método da lógica formal.

Então, enquanto método dialético a lógica que se busca construir esta sustentada na capacidade que a constituição do cérebro humano tem de apreender o reflexo dos objetos que se concretiza no movimento do pensamento pelas determinações e causas implícitas a mera percepção dos sentidos (LEFEBVRE, 1969). Sendo, então, o conhecimento o reflexo de uma criação pensada, da interação do subjetivo em direção à apreensão objetiva, um novo pensamento em uma forma e uma dialética que só podem ser comprovadas quando o reflexo apreendido conduz a uma dialética na história dos fenômenos.

Nesse sentido o pensamento que se propaga por uma lógica formal só tem razão dialética nos conteúdos históricos. (MARX, 1975). Pela lógica da dialética histórica as contradições refletem a superação da natureza pelo homem não pelo envolvimento, mas pelo desenvolvimento que suas capacidades físico mentais é capaz de apreender os objetos e produzir ações modificando e criando novos objetos e novos conhecimentos a partir dos já existentes. Segundo Marx (1975), a natureza humana “supõe a necessidade de um homem

ativo na construção de si mesmo, da natureza ou de sua história, de um homem envolvido num processo contínuo e infinito de construção de si mesmo”.

Essa proposição que subjas uma visão de mundo e ao mesmo tempo uma práxis humana em permanente atividade de transformação traz para o campo conceitual da educação Ambiental a apreensão do caráter material da prática educativa a perspectiva crítica baseada em uma relação contraditória do desenvolvimento humano e da natureza. Saviani (2007) faz a seguinte explicitação.

[...] (“des-envolvimento”). Significa, pois, literalmente, negação do envolvimento. Designa originalmente a relação do homem com a natureza em que ele nega seu envolvimento natural, realizando a possibilidade que ela contém. Trata-se, pois, de uma negação dialética, isto é, a natureza é ao mesmo tempo negada e conservada, superada e incorporada. Dado que o homem é ele próprio um ser natural, o desenvolvimento apresenta-se como um processo contraditório pelo qual o homem transforma a si mesmo transformando a natureza. Etimologicamente o desenvolvimento coincide com o processo de humanização da natureza e do próprio homem. (SAVIANI, p.94, 2007).

Por essa explicação torna-se evidente de que a educação Ambiental não pode ser compreendida como uma característica do espaço onde o homem vive, porém, o resultado de um constante movimento contraditório que historicamente e ontologicamente se revela como espaço de sobrevivência humana.

Para uma efetiva preocupação que culmine em medidas concretas, a Educação Ambiental crítica mergulha num senso de realidade que em muito questiona os modelos e propostas, principalmente de viés capitalista, e vem revisitar seus conceitos, propondo análises mais aprofundadas a fim de nos proporcionar caminhos coerentes e concretamente responsáveis. (NUNES, 2012 p. 54).

Dado que o homem é ao mesmo tempo natureza e homem e por relação inversa natureza humanizada, a compreensão sobre o que venha a ser a educação Ambiental crítica requer a compreensão de como o homem concebe seus espaços de transformação. Em Marx (1985) a gênese do caráter prático se remete a gênese do caráter teórico:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina,

como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o a proveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, p. 149-150, 1985).

Quanto a essa comparação e distinção feita por Marx podemos inferir que a educação dos homens não é por natureza um processo reprodutor e inconsciente, pelo contrário, é um processo criador e transformador, que requer, não só, uma intervenção prática na natureza, porém uma intervenção na própria formulação de sua consciência enquanto prática e fim e enquanto meio é processo de realizar a sua criação.

Por esse entendimento observa-se que a educação não é só um processo subjetivo, mas subjetivo e objetivo materializados na atividade do trabalho que vai mudar não só a natureza, mas a relação do homem consigo mesmo e com a educação.

Por esta explicitação a vida do homem esta envolvida por um processo dialético indeterminado, o qual a relações humanas simplificadas no campo das produções humanas ganham contornos inda mais complexificados e desumanizantes ao serem sintetizadas no modo mais degradante que o homem construiu para se relacionar com a natureza, o modo de produção capitalista. Nunes (2012, p. 55) afirma que “Os objetivos da Educação Ambiental crítica se dão em formulações teóricas e ações práticas que visam à transformação social diante da impossibilidade da manutenção do sistema capitalista”. Dai as atenções se voltam para o movimento imprimido por uma racionalidade que insiste em separar o homem da sua natureza e vem produzindo uma crise que pode resultar em uma perspectiva não anunciada por Marx que se assenta tanto na destruição da natureza como do homem. Segundo Marx (1975):

A história de todas as sociedades que existem até nossos dias têm sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido em uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (MARX, p.59, 1975).

É claro que deve se reconhecer que Marx concentrou seus estudos na compreensão da sociedade capitalista, porém é pela continuação desta sociedade que se inaugura a crise que

adentra ao campo da educação Ambiental Crítica. Dai pode-se dizer que a natureza dessa abordagem baseada na concepção dialética deve-se à ideia de que a existência dos fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento não se dá por um processo natural, mas por mecanismos que regem o processo de evolução da realidade. Numa visão dialética, a negação desses mecanismos pode significar a mudança de resultados, ou seja, todas as atividades que constituem a sociedade capitalista no conjunto de suas relações podem ser superadas.

Dentro de uma perspectiva marxista (e principalmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tomou mercadoria, em que há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. (DIEGUES, P.44, 1993).

No campo das contradições e das transformações históricas dos homens em seus diversos campos de conflitos gerados pelos interesses de classes se assenta a questão ambiental. Então é nesse sentido, que acampamos essa teoria, que parte da crítica à sociedade capitalista, e que por definição leva a uma ruptura em relação à natureza pelo modelo em que a sociedade se estabelece.

Para a teoria crítica não existe possibilidade nenhuma de se gerar conhecimento a não ser para emancipar, ou seja, se não haver esse intuito o conhecimento deixa de ter sentido de realização humana (HABERMAS, 1975).

O autor continua afirmando que:

Somente quando a filosofia descobre no curso dialético da história os traços da violência deformantes de um diálogo continuamente tentado, leva avante o progresso do gênero humano rumo à emancipação. (...)A unidade do conhecimento com o interesse verifica-se numa dialética que reconstrua o elemento reprimido a partir dos traços históricos do diálogo proibido (HABERMAS, 1975, p. 300).

Esta teoria define-se na tentativa de se construir um campo mais consistente de pesquisa interdisciplinar tendo o campo da dialética como elemento dessa construção. No centro do debate desta teoria pressupõe que não devemos ver as relações estabelecidas como estáticas, imutáveis e já definidas, fatos estes que estão visíveis pelo senso comum, à postura a ser adotada deve ter o claro envolvimento do pesquisador com uma concepção de mundo capaz de expor as determinações de um problema e propor mecanismo para uma prática que altere e transforme uma dada realidade que historicamente se faz problemática, vislumbrando

a possibilidade de ação em sociedade pra mudar o status dessa própria sociedade, redefinindo as condições de relação da nossa própria natureza humana.

2.4 – Metodologia da Pesquisa e Instrumentos de Produção de Dados

Concordando com o pensamento de Jacobi (2003) o grande desafio que se delineia é o de formular uma educação ambiental que seja ao mesmo tempo crítica e inovadora, assim a EA passa a ser um ato político voltado para a transformação social. A pesquisa que se esta propondo tem como objetivo investigar as ações de educação ambiental enquanto política pública no contexto da unidade de conservação que se relacionam com a gestão de área de preservação e sua contribuição com o desenvolvimento local das comunidades.

A partir da definição do problema de pesquisa optou-se por utilizar o materialismo histórico-dialético como perspectiva teórica onde o pesquisador participante constrói suas relações com o objeto de pesquisa.

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa e ainda que as investigações qualitativas em educação tenham sido aos poucos reconhecidas, essa possui uma longa e enriquecedora tradição, essas características permitem aos investigadores qualitativos compreender os seus métodos no contexto histórico.

A apropriação do método aponta a inclusão do pesquisador com uma nova concepção da realidade que visualiza um determinado problema e passa a desenvolver alternativas que transforme a visão da realidade, nisso Frigotto (1994) expõe que:

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, p. 81, 1994).

No campo da EA busca-se superar algumas situações que estão perpetuadas por discursos passados que não condizem com a verdadeira realidade que é extirpada por uma falsa verdade, Kosik (1995) apresenta essa situação de subjetividade que transpassa o realismo, onde “O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao

mesmo tempo um processo do curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência”. Ainda pensando essa situação, nos diz Gramsci (1979, p. 07), “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens na sociedade desempenham funções de intelectuais”.

Ao optar por essa base teórica este estudo se fundamenta no materialismo histórico-dialético por objetivar como afirma Kosik (2002), ultrapassar o senso-comum da realidade social para se chegar a realidade concreta. Ao definir o problema comunga-se com Frigotto (1994) de que “[...] quando iniciamos uma pesquisa não nos situamos num patamar “zero” de conhecimento; pelo contrário, partimos de condições já dadas, existentes, e de uma prática anterior, nossa e de outros, que gerou a necessidade da pesquisa ao problematizar-se”.

Sabe-se que antes de partir para pesquisa de campo o investigador deve apresentar algumas habilidades necessárias para a condução de uma boa pesquisa, dentre estas merece destaque à necessidade de o pesquisador ter uma clara noção das questões que estão sendo estudadas e, para isto, a pesquisa bibliográfica torna-se fundamental (YIN, 2001). Todos estes processos serão fundamentais para possíveis (re)elaborações de procedimentos ao longo da pesquisa e contato com o *locus* de investigação, que neste caso se ancorar em área ambiental protegida.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa será considerado o método crítico dialético, por meio da reflexão entre as ações das pesquisas realizadas em unidades de conservação como os tratados, políticas, leis e suas reais aplicações das exigências por meio do Estado e os habitantes dessa área de proteção ambiental.

Segundo Martins (1994) “A Validade da prova científica é fundamental na lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos e explicitam as relações entre homem-natureza, entre reflexão-ação e entre teoria-prática”, isso citando ao mencionar o método crítico-dialético, pressupondo situações que são analisadas a partir do que se propõe e o que se é efetivado na prática.

Nessa pesquisa enfatiza-se a intencionalidade dos atos humanos e o “mundo vivido” pelos sujeitos, privilegiando as percepções dos atores (MAZZOTI & GEWANDSNAIDER, 1998). As impressões analisados servirão de base para a construção de uma compreensão da realidade, procurando aproximar-se ao máximo do sentimento dos atores.

Deste, partiu-se para uma nova etapa de produção de dados que ocorrem em duas comunidades que compõe a RESEX: Joana Peres (49°44'55.8"O - 3°00'57.2"S) e Anilzinho (49°74'97.4"O - 3°22'65"2S) e com integrantes que foram escolhidos durante o processo da pesquisa como os seus informantes. Este contato expõe que fatores fazem com que criação da RESEX não esteja suprimindo necessidades e perspectivas das populações que vivem nesse local.

Quanto aos informantes, utilizou-se a entrevista semi-estruturada para novas informações, já que esta consiste não só de pré-elaboração de questionamentos e respostas, mas entrar em contato com a percepção social dos sujeitos, elaborando novos questionamentos durante um “amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p.146), o que demanda para o campo teórico do pesquisador relação com as questões que se pretende investigar.

Desta forma “[...] descrever como a coisa em si se manifesta” na dinâmica de conflito apresentada pela RESEX, evidenciado por lideranças locais, professores, sindicatos, organizações e associações “[...] e como ao mesmo tempo [...] se esconde” na sociabilidade apresentada por estes atores, no sentido de que para o método esse caminho só tem uma finalidade “[...] atingir sua essência” (KOSIK, 1976, p.16) do fenômeno que se busca analisar.

Assim feita estas etapas, iniciou-se a sistematização dos dados e escolha das informações que comporá a análise de conteúdo que irá compor outra parte desta pesquisa, nesta, as entrevistas dos sujeitos “suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc.” (FRANCO, 2008, p.25), se entrelaçam com a análise de documentos e o campo teórico na perspectiva dos elementos qualificadores para a realidade sócio-educacional na reserva.

Quanta a esta escolha de análise trata-se de um processo que “descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discursos, procurando ver o que está por detrás das palavras” (SEVERINO, 2007, p.122) objetivando alcançar a problemática que se investiga.

Houve também a realização da pesquisa bibliográfica, pois, este tipo de análise apresenta meios que auxiliam no diagnóstico das definições dos problemas já conhecidos,

bem como oferece mecanismos que vislumbram desmistificar novas possibilidades de situações que ainda não se concretizaram.

Conforme Andrade (1997) uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de monografias, dissertações, etc. A metodologia permite que a análise do tema seja percebida sob um novo enfoque, produzindo perspectivas de conclusões que ainda não foram ponderadas.

Por base inicial construiu-se fichamentos e seleções de materiais já publicados, constituído principalmente de livros, dissertações, revistas, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet com temáticas e informações relacionadas à pesquisa (GIL, 1991). Como explica Amaral (2007):

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, p. 1, 2007).

A revisão periódica da literatura teve papel fundamental no trabalho de pesquisa, pois, tratou-se da demarcação dos objetivos dentro do contexto da qual a abordagem estava inserida, nestes aspectos ressalta-se que a pesquisa poderá ampliar novas formas de se vê a realidade das populações das áreas protegidas a partir de suas relações e práticas possibilitando propor alternativas de mudanças que possibilitem uma melhor convivência entre homem e natureza.

4.4 – O Método Marxista e as Categorias de Análises

Ao nos propormos adotar o método marxista para concretizar os embasamentos teórico-metodológicos para materialização deste trabalho, não se esperou que apenas por si ele respondesse as questões pré-elaboradas, mas sim indicar o direcionamento a ser seguindo, permitindo que haja algumas ações controladas. A opção por esse método é a posição adotada por este pesquisador neste campo de pesquisa, demonstrando a possibilidade de compreender uma determinada realidade pela ótica materialista em pesquisas na área ambiental. Com isso será exposto elementos de uma realidade específica e as diversas visões de mundo que contribuem para a transformação social de uma determinada população (MARTINS, 2006).

Compreendemos que o método nos permite adentrar caminhos que mantem em ordem e direcionam as ações desenvolvidas. Para Vieira (2007) “Consiste num caminho que pode levar a outros caminhos, alcançando o fim proposto e também os vários fins não indicados”, caracterizando-se como um dos elementos centrais da própria construção do conhecimento.

Os fundamentos do método nortearam a pesquisa de modo que consideramos seus elementos composto pela dialética, historicidade, materialismo e a totalidade. A fundamentação deste método nos permitiu a reflexão dos incursos ambientais que delimitamos ao longo deste trabalho, como: a crise ambiental, a constituição dos espaços de proteção ambiental, bem como seus processos da instituição da educação ambiental como mediadora de ações nessas áreas para a construção da sustentabilidade ambiental envolvendo comunidades tradicionais e o poder público que gerem esses espaços.

Tomamos as ações do ICMBio como objeto de investigação e assim analisamos como o órgão engloba os marcos legais da política de educação ambiental, os conhecimentos e anseios das populações tradicionais da reserva e de que maneira isso contribui para a gestão da unidade de conservação, haja visto a luta pela sua instituição legal da reserva sem perder de vista o caráter sustentável. Dessa forma ilustramos a utilização do método materialista-histórico dialético da seguinte forma:

Imagem 03: Representação da utilização do Método Materialista-Histórico Dialético.



Fonte: Ilustração do Autor (2016).

O método materialista dialético esta presente em diversas ciências, porém, se apresenta de maneiras diferentes dependendo do objeto que ele é utilizado. Pires (1997, p. 83) afirma que “discutir os paradigmas de interpretação da realidade [...] exige a localização da relação sujeito-objeto como a questão central”, o método da dialética marxista se opõe a dialética idealista de Friedrich Hegel que Alves (2010) caracteriza da seguinte maneira:

Para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento, que, por sua riqueza e complexidade, pode compor tanto a pedra quanto os extremamente variados reinos animal e vegetal, e produzir efeitos surpreendentes como a luz, o som, a emoção e a consciência. O materialismo contrapõe-se ao idealismo, cujo elemento primordial é a idéia, o pensamento ou o espírito. (ALVES, 2010, p 01).

Parte-se do pressuposto que a dialética trata da lógica contraditória de uma etapa que gera outra etapa e ao mesmo tempo negando a etapa anterior, isso ocorre em ações contínuas de superação e criação renovada de uma nova etapa. Segundo Nóbrega (2005), Hegel sustenta a idéia de que um princípio não basta em si mesmo, pois, carrega em si a contradição e a luta de opostos. Esse processo de superação-renovação é o que Hegel chama de processo de explicitação.

Para Marx a ideia da dialética idealista de Hegel é uma ilusão que se mantém apenas no plano abstrato e não traduz a concretização material das relações práticas do ser humano, e afirma que “a exterioridade do pensamento abstrato [...] a natureza é-lhe exterior, é a perda de si próprio; e ele concebe-a também como algo externo, como pensamento abstrato, mas pensamento abstrato alienado” (MARX, 1993, p. 242). Ou seja, o indivíduo é produto das condições materiais que estão imbricados nas condições de sua existência tidas a partir do desenvolvimento das forças produtivas e não da razão defendido no plano ideal de Hegel.

Neste sentido o trabalho é direcionado por meio do método materialista histórico dialético tendo em vista a distinção das ações dimensionais empíricas da pesquisa e o plano abstrato do que se tem do objeto de pesquisa (EMPÍRICO – REAL APARENTE), contudo, visualiza-se o início da análise da pesquisa assim:

Os discursos ambientais dos entrevistados;

A visão institucional do ICMBio;

As ações realizadas pelo ICMBio na RESEX;

As políticas de educação ambiental;

A partir daí, surge a necessidade da conceituação e análise para abstração do alcance das respostas dos objetivos. Nessa situação elencamos as partes específicas do conjunto das informações onde se apresentam as inserções da temática ambiental das ações investigadas.

Com isso abordamos as seguintes categorias analíticas na pesquisa: Relação Homem-Natureza, Mediação e Educação Ambiental. Com a escolha dessas categorias vislumbramos o que posteriormente apresentamos nas conclusões, considerando a dialética como categoria de análise que pensa a realidade das populações da reserva como uma contradição e assim afirmar que a história não é produzida de forma linear e coerente, mas de forma conflituosa, tanto em âmbito socioambiental, econômico e intelectual dessas populações.

SEÇÃO V

“A educação ambiental não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas como se as sociais fossem a negação direta destas, recaindo no dualismo, mas sim a todas as relações que nos situam no planeta e que se dão em sociedade – dimensão inerente à nossa condição como espécie” (LOUREIRO, 2004, p. 79).

5 – A RESEX IPAÚ-ANILZINHO: REALIDADE AMBIENTAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Nesta quinta e última seção, descrevemos de forma objetiva as considerações que permeiam e integram o objeto da pesquisa, apresentamos o órgão gestor da RESEX, no caso o ICMBio e os sujeitos que integraram a pesquisa.

A Educação Ambiental foi evidenciada e embasada teoricamente, pois, consideramos a educação fora do contexto escolar, neste caso a educação informal e não formal no intuito de identificar como ocorre a relação do homem com a natureza e suas implicações de caráter formativo como mecanismo mediador para gestão compartilhada nesta unidade conservação.

Realizou-se a partir das informações coletadas a análise dos dados e apresentamos os resultados para compreender o atual cenário da RESEX a partir do fenômeno educacional, interligando as relações sociais e a participação do Estado. Apresentamos contrapontos realizados neste processo para se compreender de fato como vem se desdobrando as expectativas da criação da reserva de proteção ambiental a partir da visão das populações existentes nesta UC.

Por fim, apresentamos as considerações finais com alguns apontamentos que podem contribuir para a gestão da RESEX e refletir sobre a educação ambiental como prática de transformação social a partir do meio em que se vive.

5.1 – Do ICMBio aos Sujeitos da Pesquisa

A resposta para a preservação da fauna e flora no Brasil teve como maior conquista a promulgação da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a lei foi concebida após vários anos de discussões acerca de criação e gestão de unidades de conservações já existentes e propondo critério para as diversas áreas de manejo e preservação.

A catalogação e proteção de espaços ainda não cultivados em áreas de domínio nacional é um importante instrumento para a efetividade ou garantia do direito de todos inclusive das gerações futuras ao meio ambiente ecologicamente equilibrado estabelecido no art. 225 da Constituição de 1988 que se concretiza com a instituição legal da SNUC.

De acordo com o Art. 6º, inciso III do SNUC torna o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA como órgão responsável pela implementação da lei, atualmente o responsável pela administração e execução da Política Nacional de Unidades de Conservação da Natureza atribuições do SNUC é de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007.

A partir disso o ICMBio nasce como uma autarquia, isso não se deu de forma pacífica como podemos visualizar na citação seguinte:

Houve grande mobilização contra a medida, tanto no âmbito das instituições governamentais quanto em setores da sociedade civil. Os servidores do IBAMA entraram em greve e centenas de pessoas e entidades assinaram um manifesto contrário à referida Medida Provisória, sob o argumento de que ela “prejudica a Educação Ambiental brasileira” (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013, p. 59).

Milaré (2009), afirma que o Governo Federal interveio no IBAMA e retirou algumas de suas principais atribuições, repassando-as ao ICMBio, que “recebeu a missão de cuidar do patrimônio ambiental natural, especialmente das florestas (com ênfase na Floresta Amazônica), tendo como alvo principal a biodiversidade e o patrimônio genético”.

A estrutura de organização do ICMBio visou oferecer suporte de logística e maior gerenciamento das unidades de conservação. A autarquia se desenhou por meio de um núcleo operacional que estabelece o molde da instituição “O início da proposição de uma nova modelagem organizacional para o ICMBio é, portanto, definir seu núcleo operacional, que no

caso são: Unidades de Conservação, Centros de Pesquisa e Conservação e Coordenações Regionais” (MELO e MARTINS, 2009). A RESEX Ipaú-Anilzinho é coordenado por um analista ambiental que esta sob orientação da Coordenação Regional 04 (CR4) que fica localizada na cidade de Belém/PA.

A Coordenação Regional as seguintes atribuições definidas pela Portaria de criação:

- I. Atuar na melhoria da qualidade da gestão das unidades descentralizadas do Instituto, com observância das diretrizes definidas no planejamento estratégico deste;
- II. Promover articulação e integração das unidades descentralizadas localizadas na sua circunscrição territorial;
- III. Apoiar o planejamento, a execução e o monitoramento de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto, dentro de sua circunscrição territorial;
- IV. Atuar como interlocutora entre as unidades descentralizadas e a sede do Instituto, quanto à divulgação de informações e diretrizes deste e resultados obtidos por aquelas.

As informações sobre o gerenciamento e as ações da reserva foram cedidas pelo Analista Ambiental do ICMBio que exerce a função de chefia por parte do poder público. A RESEX Ipaú-Anilzinho dispõe como citado anteriormente apenas de 01 (um) Analista Ambiental (concursado) e 01 (um) Estagiário (Bolsista). No tocante as ações desenvolvidas pela chefia da UC são desenvolvidas em parceria com outras instituições de acordo com a proposição da atividade, cito: o IBAMA e o SENAR²¹. No tocante o ICMBio desenvolve suas ações no que lhe compete na reserva e as demandas que fogem de sua área de atuação é levada até os demais órgão competentes.

Com uma breve exposição do órgão público gestor da reserva, apresentaremos os sujeitos da pesquisa que foram primordiais para o entendimento empírico das questões norteadoras do trabalho e que por meio das informações (orais) prestadas possibilitaram o cruzamento de dados para o desfecho desta pesquisa.

²¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Mais informações: <http://www.senar.org.br/>

Como a reserva possui lei específica - SNUC, as atividades de pesquisas científicas, visitas, coleta de material biológico, entre outros, é necessário que o interessado realize a solicitação de autorização para o fim que se pretende exercer na UC, o ICMBio tem o controle sistematizado para essas solicitações por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBio²². Esta pesquisa se enquadra na categoria de opção de Autorização para Atividades com Finalidade Didática no Âmbito do Ensino Superior, sob o número de autorização 52376-1 de acordo o documento emitido que se encontra anexa no apêndice deste trabalho.

Em campo realizamos 04 (quatro) incursões nas comunidades da RESEX Ipaú-Anilzinho, estas tiveram por finalidade a aproximação e reconhecimento do *lôcus* da pesquisa e consequentemente quando definidos os informantes a captação das informações necessárias. Além do envolvimento nas comunidades da reserva, houve também a coleta de dados e contatos em outros espaços externos da RESEX para que pudéssemos compreender melhor a dinâmica das populações da UC, bem como obter informações das lideranças e entidades que apresentam maior participação na construção da gestão daquela área. Coletamos informações na Prefeitura Municipal de Baião (PMB) por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), na Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Juventude (SEDEJU) e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Baião.

Com posse de informações, a localização de lideranças e estada na reserva ficou mais clara, proporcionado uma melhor relação no momento em que fizemos uso do questionário semiestruturado para as entrevistas e a coleta dos dados empíricos.

A partir dessa etapa apresentaremos as análises das entrevistas que foram realizadas com 07 (sete) informantes divididos da seguinte forma por nome fictícios e comunidades/Órgão:

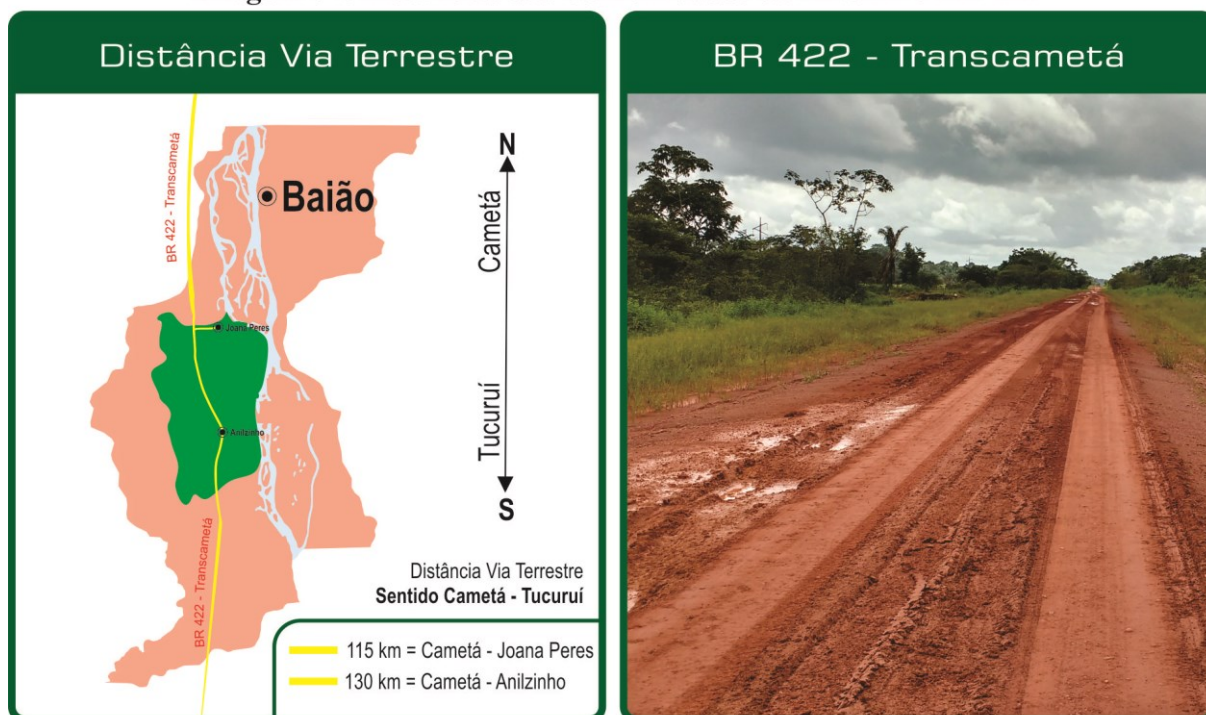
E 01	Entrevistado 01	Chefe da RESEX Ipaú-Anilzinho (ICMBio)
E 02	Entrevistado 02	Vila de Joana Peres
E 03	Entrevistado 03	Vila de Joana Peres
E 04	Entrevistado 04	Vila de Joana Peres
E 05	Entrevistado 05	Vila de Anilzinho
E 06	Entrevistado 06	Vila de Anilzinho
E 07	Entrevistado 07	Vila de Anilzinho

²² Endereço Eletrônico: www.icmbio.gov.br/sisbio.

Corroboramos que apesar das buscas por informações e conversas informais realizadas fora da reserva, as entrevistas foram realizadas na própria localidade do entrevistado, ainda, ressaltamos que o Chefe da Reserva também foi entrevistado no interior da UC exatamente na Vila de Anilzinho, apesar de termos tido encontro com o analista ambiental no escritório do ICMBio que se localiza na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) no Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), onde coletamos informações detalhadas dos trabalhos do órgão para gestão da UC.

As viagens realizadas para a reserva se deram todas via terrestre por meio da BR 422 (Transcametá) em veículos do tipo motocicleta, saindo sempre do município de Cametá/PA em sentido a cidade de Tucuruí/PA, as viagens durante o período chuvoso duraram cerca de 4h e 30min à 5h de tempo devido às condições da estrada que não possui pavimentação asfáltica sendo esta, portanto estrada de chão.

Imagem 04: Distâncias das Comunidades da RESEX e BR 422



Fontes: Imagem ilustrativa vetorizada e criada em CorelDRAW X7 pelo autor (2016).

RESEX Ipaú-Anilzinho: CNUC (2011).

Foto: BR 422 (Transcametá) - Acervo do Autor (2016).

Em período de menos chuva as viagens levaram em torno de 4h de tempo. Saindo da sede do município de Cametá até a entrada do ramal da Vila de Joana Peres em Baião a distância estimada é de 110 km e mais 05 km da BR 422 até a sede da vila que se localiza as margens do rio Tocantins que totaliza 115 km, o acesso à vila também pode ser realizado por

via fluvial saindo do município de Baião, porém, o tempo do percurso é maior, portanto, por uma questão de logística optou-se pelo acesso terrestre. Para o acesso a Vila de Anilzinho pela Transcmetá a distância estima-se em 130 km, a vila se encontra nas margens da própria rodovia.

Para que possamos compreender os entrevistados primeiro é imprescindível que conheçamos o perfil de cada informante. Os sujeitos entrevistado apresentam os seguintes perfis:

E 01 é solteiro, e reside na cidade de Belém/PA. Atualmente é analista ambiental do ICMBio concursado. Possui graduação em Turismo, Especialização em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação e Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, como atua em sua área de formação o mesmo possui facilidade em discuti alguns assuntos pertinentes a RESEX.

E 02 têm 50 (cinquenta) anos de idade, vive em união estável tendo 05 (cinco) filhos, possui apenas a 4ª série do ensino fundamental e tem como atividade principal a pesca artesanal, realizar coleta de frutos, sementes e produtos da floresta. Além disso tem plantio de roça de mandioca, milho, arroz e cria animais de pequeno porte como forma de subsistência familiar. Nasceu e residente na RESEX na comunidade de Joana Peres.

E 03 têm 55 (cinquenta e cinco) anos, é casado e possui 09 (nove) filhos, reside desde 2004 na reserva na comunidade de Joana Peres. Declarou não possuir escolarização formal, porém, domina a escrita e consegue lê pequenas frases. Sua atividade principal é declarada como agroextrativista, porém, realiza a prática da pesca artesanal como forma de complementar a alimentação familiar, é militante de partido de esquerda e milita no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Baião.

E 04 têm 54 (cinquenta e quatro) anos, vive em união estável tendo 03 (três) filhos, reside na reserva desde seu nascimento na comunidade de Joana Peres. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Sua atividade principal é o agroextrativismo e como forma de complementação de subsistência tem plantio de roça de mandioca, milho e arroz. Atualmente é vice presidente da Associação dos Moradores e Mini-Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho do Polo Norte das Comunidades: Vila de Joana Peres e Xininga (ASSORIANORTE).

E 05 têm 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, é casado tendo 08 (oito) filhos, possui apenas a 4ª série do ensino fundamental e tem como atividade principal a pesca artesanal, além de realizar coleta de frutos, sementes e produtos da floresta. Reside na reserva à 35 anos na comunidade de Anilzinho.

E 06 têm 66 (sessenta e seis) anos de idade, vive em união estável tendo 05 (cinco) filhos, possui apenas a 4ª série do ensino fundamental e tem como atividade principal o agroextrativismo, realizando coleta de frutos, sementes e produtos da floresta. Possui plantio de roça de mandioca, milho, arroz e cria animais de pequeno porte como forma de subsistência familiar, além de um pequeno cultivo de pimenta-do-reino. É residente da RESEX na comunidade de Anilzinho à 45 (quarenta e cinco) anos.

E 07 têm 24 (vinte e quatro) anos de idade, é solteiro e tem 01 (um) filho, reside na reserva desde seu nascimento na comunidade de Anilzinho. Possui o Ensino Médio Completo na modalidade normal (magistério). Sua atividade principal é a pesca artesanal. É um jovem bastante atuante na comunidade de Anilzinho e nas ações da reserva. É responsável pela comissão gestora do Telecentro da Vila.

Este grupo de pessoas escolhidos para fornecer informações é bastante participativo nas ações da reserva e possui grande expressão enquanto lideranças comunitárias, categorizando assim um grupo representativo da população em estudo. Como pudemos perceber a maioria dos entrevistados é casado ou vive em união estável, nota-se que o grau de instrução formal é bastante baixo, porém, suas práticas vêm de tradição familiar e possui um forte meio de transmissão de experiência e saberes contraído.

5.2 – As Ações Desenvolvidas pelo ICMBio e os Espaços de Sociabilidade da Educação Ambiental Não Forma e Informal

Para deixar esclarecido em que objetos a análise será balizada, apresentaremos o cronograma de atividades e ações que o ICMBio realizou durante o período temporal dos anos de 2015 à maio de 2016. Isso se faz importante para que possamos qualificar como o órgão atual no que se refere a gestão da reserva, deixamos claro que qualitativamente as pronuncias

de possíveis ações realizadas por parte do ICMBio nas falas dos entrevistados foram descartadas.

Os dados foram obtidos via solicitação formal que conta a partir do momento em que foi apresentado a proposta de pesquisa para o chefe imediato da RESEX, bem como o formulário de autorização para realizar a pesquisa na UC.

Tabela 04 – Atividades de Campo – Ano 2015

Chefia da RESEX Ipaú-Anilzinho

PERÍODO	OBJETIVO
26 a 31/01/2015	Fiscalização - Pesca Predatória.
23 a 27/02/2015	Fiscalização - Pesca Predatória.
23 a 26/03/2015	Reunião com MPF Tucuruí.
30/03 a 04/04/2015	Renovação do Conselho Deliberativo – 1ª Atividade.
09 a 17/04/2015	Apoio à Caravana de MFC na RESEX Arióca-Pruanã.
21 a 24/04/2015	Renovação do Conselho Deliberativo – 2ª Atividade.
27 a 30/04/2015	9ª Reunião Ordinária do CD – Baião.
18 a 22/05/2015	Reunião com a ELETRONORTE.
27 a 29/05/2015	Vistoria para Autorização Direta.
08 a 12/06/2015	Instalação de Novas Placas.
17 a 21/06/2015	I Seminário de Gestão Ambiental.
29/06 a 06/07/2015	Fiscalização – Desmatamento, Exploração Ilegal de Madeira.
10 a 14/08/2015	Atendimento Comunitário Mensal.
08 e 09/09/2015	Levantamento de Dados.
14 a 17/09/2015	Atendimento Comunitário.
05 a 09/10/2015	Fiscalização – PRODES.
19 a 23/10/2015	Atendimento Comunitário.
09 a 13/11/2015	Mobilização para 10ª Reunião Ordinária CD.
23 a 28/11/2015	Fiscalização – Desmatamento, Exploração Ilegal de Madeira Fiscalização – PRODES.
04 a 08/12/2015	Fiscalização – Combate à Pesca Predatória (Defeso).
07 a 11/12/2015	10ª Reunião Ordinária do CD.

Fonte: ICMBio – Escritório CPNOR – Analista Ambiental da RESEX Ipaú-Anilzinho (2015).

Tabela 05 – Atividades de Campo – Ano 2016**Chefia da RESEX Ipaú-Anilzinho**

PERÍODO	OBJETIVO
18 a 22/01/2016	Realizar levantamento de Bens Patrimoniais/Apreendidos da RESEX Ipaú-Anilzinho, mantidos no Antigo Escritório Regional do IBAMA em Tucuruí.
28/01 a 01/02/2016	Realizar Operação de Fiscalização “Xininga I” para Combater a Pesca Predatória no Entorno/Interior da RESEX Ipaú-Anilzinho.
03 a 07/03/2016	Realizar Operação de Fiscalização "Xininga II" para Combater a Pesca Predatória no Entorno/Interior da RESEX Ipaú-Anilzinho.
09 a 11/03/2016	Participar de Reunião na Comunidade de Anilzinho (RESEX Ipaú-Anilzinho) para o encaminhamento de Demanda Administrativa.
14 a 18/03/2016	Participar de Reuniões Técnicas para o encaminhamento de Demandas Administrativas da RESEX Ipaú-Anilzinho junto a Coordenadorias do ICMBio-SEDE e Representantes Ministeriais.
21 a 25/03/2016	Realizar Instalação de Placas de Sinalização no Interior da RESEX Ipaú-Anilzinho.
27/03 a 02/04/2016	Realizar Ação de Sensibilização Ambiental para Boas Práticas de Manejo na RESEX Ipaú-Anilzinho. Realização do Curso de Horticultura/Olericultura orgânica na Vila de Joana Peres.
18 a 22/04/2016	Realizar Atendimento Comunitário Mensal da RESEX Ipaú-Anilzinho.
09 a 13/05/2016	Realizar atendimento comunitário mensal da RESEX Ipaú-Anilzinho. Realização do 1º Curso de Inclusão Digital Rural no Telecentro do Anilzinho.

Fonte: ICMBio – Escritório CPNOR – Analista Ambiental da RESEX Ipaú-Anilzinho (2016).

O trabalho traz em seu bojo a temática *educação ambiental*, porém, não se trata de uma educação ambiental formal geralmente visualizada no seio escolar, trata-se da percepção de uma educação ambiental não-formal e informal que esta implícita nas ações e atividades que o ICMBio desenvolveu no recorte temporal anteriormente mencionado.

Para que possamos refletir sobre esse tipo de educação, apresentamos alguns conceitos do termo mencionado. Para dar suporte a este debate autores como Brandão (2007); Gohn (2008; 2010), Freire (1996) e outros autores alimentarão esta base. Quando falamos em educação vários conceitos entram em cena, dos quais se irá delimitar em três grupos sendo estas:

A Educação Formal - que predomina sob o regime escolar mantido pelo governo nos mais diversos níveis de ensino;

Educação Não-Formal - que geralmente são encontrados nos segmentos de organização da sociedade civil organizada, diversos grupos ou coletivos, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais - ONG's;

Educação Informal - na qual não necessariamente necessita de espaço específico para ocorrer, aparecendo no convívio familiar, no grupo de amigos, igrejas, etc., porém, a educação informal é confundida com a não formal por não terem metodologias a serem seguidas.

Embasado por Afonso (1989 apud SIMSON, 2001, p.9) temos a seguinte distinção:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que essa não seja a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem de cada grupo concreto. (1989, p. 78)

Ainda nestes aspectos Gohn (2010) apresenta algumas definições que reafirma os conceitos da educação informal da não formal:

[...] a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto que se vincula sua crença religiosa [...] a educação informal não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados[...] é

um processo permanente e não organizado. A educação não formal tem outros atributos: ela não é organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma sua cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (GOHN, 2010, p.17-20).

Neste sentido as organizações são caracterizadas de acordo com seus interesses e suas lutas travadas nos pressupostos de coletividade. A educação fora do contexto escolar no Brasil ainda é recente, principalmente quando se trata de educação não formal no qual se busca um novo campo de discussão em relação à educação fora da escola, atingindo processos educativos fruto da cooperação de um determinado grupo social. Segundo Gohn (2008, p. 7) a educação não formal “[...] aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade”. Ao se falar de educação não se trata apenas do contexto escolar e sim da formação do homem integral que perpassa a relação escolar. Assim Fernandes e Park (2007) corrobora que:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência (prévia) e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação não formal, embora obedeça a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não-fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação aos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (FERNANDES & PARK, 2007, p. 131).

Ainda segundo Brandão (2007), ao ressaltar o espaço onde ocorre o processo educacional afirma que:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2007, p. 9).

Atualmente esse pensamento de ver a escola como único espaço de saber se desconstrói a partir da visão em que se aprende em diversos espaços que propriamente dita não se trata da escola, pois, tanto na escola quanto na família se discute ou procura-se uma maneira mais eficaz de se ensinar. Ainda em Brandão (2007) apresenta-se a seguinte afirmação que “Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas” (BRANDÃO 2007, p. 10). O papel da escola não pode se opor a conhecimentos, hábitos e costumes que o aluno já traz consigo da

convivência em sociedade e sim fazer com esses aprendizados sejam respeitados e preservados como identidade do indivíduo.

No campo do conhecimento científico, o professor deve levar em consideração o conhecimento que o educando já traz consigo (FREIRE, 1996), isso faz com que as relações não formais cresçam de maneira exorbitante por estar cheia de ações que auxiliam de forma concreta na vida do indivíduo, podendo ele aplicar seus conhecimentos sempre que necessário, já que as novas exigências do mundo globalizado perpetra com que o ser humano busque novas soluções para sua emancipação. Segundo Gohn (2008):

É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendido, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. As ações interativas entre indivíduos são fundamentais para aquisição de novos saberes e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm (GOHN, 2008, p. 103-104).

Sueli Caro (2009) especifica a importância da educação não formal para uma educação social:

O que ocorre na educação não-formal, normalmente vem embasado no que se chama *educação social*, que por preferência é conteúdo e objeto da pedagogia social. Entende-se aqui a Educação Social como o processo das relações proporcionadas na estrutura da educação não-formal (CARO, 2009, p.153).

Segundo Gohn (2008, p. 7) a educação não formal “[...] aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade”. Ao se falar de educação não se trata apenas do contexto escolar e sim da sua apresentação implícita nos diversos espaços sociais. A educação que aparece em vários segmentos da sociedade é disseminada no interior e nas práticas dessas organizações, proporcionando um aprendizado que infere no cumprimento de metas que os grupos sociais traçam. Freire (1996) em Pedagogia da Autonomia retrata a intervenção do sujeito na sociedade por meio da educação.

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que se aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta (FREIRE, 1996, p. 122 – 123).

Com base nessas fundamentações é que partimos do princípio das ações desenvolvidas pelo ICMBio como práticas de Educação Ambiental. Ao termos a possibilitar de expor essas reflexões acerca das apropriações e debates realizados em um determinado processo, apresentam-se algumas inquietações que estão presentes para a construção de uma base teórica que foi reestabelecida por meio de uma ruptura e quebra de conceitos antes estabelecidos. Neste momento pondera-se a ânsia para refletir acerca da pesquisa desenvolvida por meio dos debates que circulam as questões ambientais.

5.3 – A Gestão do ICMBio na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho e suas contribuições para o desenvolvimento local da RESEX

Deste ponto partimos para a análise do material coletado, onde optou-se pela organização as principais reflexões para a compreensão do nosso objeto de pesquisa em categorias e subcategorias analíticas que serão apresentadas em quadro específico e dissertado posteriormente com sustentação teórica das informações empíricas.

As categorias analisadas na seguinte ordem: *Relação Homem-Natureza, Mediação e Educação Ambiental*.

A interação homem-natureza do ponto de vista das relações sociais é tida para por Reigota (2002, p. 14) a partir do momento “onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas” que garantem promover a existência humana e que promovem as transformações do ambiente natural.

Entendendo a complexidade de cada categoria utilizamos subcategorias para demonstrar o que está por de trás das informações captadas. Ao nos deter na interpretação de conteúdo trazemos a citação de Oliveira (2008) que apresenta a importância minuciosa do autor nas informações captadas.

O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros (OLIVEIRA, 2008 p.570).

As entrevistas tiveram um tratamento especial e repetitivo para que as diversas impressões fossem detectadas e interpretadas no seu sentido implícito que foi postergado pelos informantes. Na primeira categoria da Relação Homem-Natureza identificamos como a instituição da RESEX foi concebida e posteriormente avaliada de acordo com as perspectivas que seus atores tinha em relação a sua criação. Com o aporte da categoria, as subcategorias indicam o sentido que as impressões são interpretadas.

5.3.1 – RESEX para que? Cumprindo seus objetivos

Para compreendermos o processo objetivo da constituição da RESEX passamos a analisar tematicamente o material produzido. Consideramos a reflexão dos informantes sobre aspectos que estão presentes nas práticas dos indivíduos da reserva e as relações que compõem as atividades de subsistência nessas ações desenvolvidas da qual a mesma passa por uma ressignificação no cenário atual, onde deve se romper com o modelo tradicional e conservacionista que reduz as análises ambientais a apenas conservação da natureza, deixando de refletir a totalidade do ambiente imediato para uma perspectiva teórica crítica e transformadora daquele ambiente social.

01 – Análise da Temática: Cumprimento dos Objetivos da RESEX Ipaú-Anilzinho

Registro	Subcategorias Empíricas	Categoria Empírica
“com a criação da nossa reserva muita coisa tem chegado pra cá, tá vindo os curso com do governo federal, as casa que chegou aqui veio em boa hora por que tinha companheiro vivendo em casa de palha, de madeira [...] e ai os madeireiros também não vem, eles entram, mais não era como antes [...] agente protege mais a natureza e tem o apoio do ICMBio [...] esse curso que tá acontecendo aqui pro pessoal é muito bom, porque eles aprendem coisas que vão usar na vida” (E 07).	Ações beneficentes que a criação da RESEX trouxe para as populações locais. Proteção da Extração Ilegal de Madeira. Preservação Ambiental.	Cumprimento dos Objetivos da RESEX Ipaú-Anilzinho
“[...] O que contribuiu hoje... muito pouco, mas foi na área das residências... do INCRA de assentamento melhorou na área das residências que hoje nós temos aqui noventa por cento das casas são tudo construído de alvenaria”. (E 03).	Políticas de Habitação.	
“Olha, nós discutiu muito a criação da reserva pra gente cuidar da terra, em certa parte tá sendo bom porque os madeireiros tem receio de entrar na terra, mais com relação daquilo que agente pensava em	Políticas de Habitação e Ações do ICMBio. Proteção da Extração Ilegal de Madeira.	

trazer de bom ainda não chegou muito, mais olha, pelo menos agente se sente seguro [...] o que tá vindo de bom é as casa que veio e as coisa que o ICMBio trás pras comunidades”. (E 04).		
---	--	--

Fonte: Autor (2016).

No quadro apresentamos um demonstrativo de informações que se fizeram permanente nas falas dos entrevistados, as informações ao serem indagados sobre a ação de constituição da RESEX ipaú-Anilzinho girava sempre nos assuntos da política de habitação do governo federal que foi instituída por meio do INCRA. Segundo informações, a maioria das casas das Vilas de Joana Peres e Anilzinho eram de madeira ou pau-a-pique²³ coberto com palha.

Figueiredo (2010, p. 64) diz que: [...] grande parte das moradias das comunidades da reserva – exceto a comunidade do Xininga – são habitações padronizadas de alvenaria com telhas de fibrocimento ou de barro construídas pelo INCRA no período de 2006-2009 através do crédito habitacional do “Projeto Casa”. Tendo este sido considerado como o principal ato que a criação da reserva trouxe para a população local.

Em relação à proteção dos espaços ambientais na visão dos entrevistados a diminuição da extração e comércio ilegal de madeira diminuiu bastante na região. A área de Anilzinho é caracterizada pelas grandes áreas de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), fazendo com que os olhares pra extração dessas madeiras fosse intenso, no Plano de Manejo da reserva que até o presente momento não foi aprovado e posto em prática, já se discutia a proteção de madeiras que predominam na área.

A proposta de criação da Reserva Extrativista de Anilzinho, defendida pelos moradores locais serviria como barreira para impedir o avanço desenfreado das madeiras na área. Uma proteção às reservas de castanha-do-pará, bacuri e as lagoas marginais do rio Tocantins, bem como, melhorar de vida as populações que moram a bastante tempo na área e que conservam uma boa parte de suas atividades com o extrativismo. (CNPT/IBAMA, 2008).

No final do mês de novembro de 2015, o ICMBio devido ao grande numero de denuncias sobre a extração ilegal de madeira na área da reserva e sua área de amortecimento (entorno) realizou uma Ação de fiscalização para coibir o desmatamento e exploração ilegal de madeira que contou com o apoio do Exército Brasileiro, IBAMA, Polícia Federal,

²³ Tipo de construção com barro. É um sistema construtivo que usa madeira, ou bambu e cipó para a armação da estrutura das paredes. É feita uma armação com sarrafos de madeira ou varas, cujos espaços vazios são preenchidos com barro ou argila umedecida.

Secretaria de Meio Ambiente de Baião e o Ministério Público. Na ação foram apreendidos máquinas e veículos, além do fechamento e destruição de madeireiras ilegais que atuavam na área.

Imagem 05: Apreensão de Madeira e Fechamento de Serrarias Ilegais.



Fonte: Rodrigo Figueiredo (2015).

Em relatos do chefe da RESEX e de moradores da área, a ação ocorreu de forma tensa por parte dos órgãos públicos e a população que reside próximo às serrarias, pois, diversas famílias tinham como principal forma de subsistência familiar os empregos gerados pelas madeireiras.

Para debater trazemos um trecho que apresenta perfeitamente a necessidade humana de produzir primeiramente a sua vida material, assim, com as palavras de Marx e Engels (2008) refletimos, que:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto de toda a história é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX & ENGELS, 1987, p.39).

Neste episódio podemos analisar a inversão de papéis e valores: em um espaço o Estado cumprindo seu papel enquanto órgão fiscalizador, e naquele momento cumpre sua função e aplica a lei no que diz respeito a legislação ambiental, em outro, os proprietários de madeiras (que neste caso exercendo atividades irregulares), e aqui podemos identificar como representante do capital por meio do processo de produção de mercadoria (o patrão) e numa terceira via os trabalhadores, estes que vendem sua força de trabalho para o capital e em troca recebem valores pelo trabalho desempenhado, na maioria das situações esses trabalhadores não possuem outros meios de sobrevivência e tem aquela atividade com única capaz de manter o sustento familiar.

Para Ribeiro (2008), o capital não está preocupado com o bem estar daquelas populações, o que lhe interessa é o lucro, e se apropriando da necessidade humana transpassa ações que invertem o papel do estado deixando em uma situação desconfortável perante aqueles trabalhadores:

O capital encarna, cada vez mais, uma forma social formidável, capaz de promover o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e da produção. No entanto, todas essas potencialidades não estão serviço das necessidades sociais. O objetivo da produção capitalista não é aumentar a riqueza social mas sim produzir lucro (Ribeiro, 2008, p. 132).

Neste círculo, o poder público ao apreender máquinas, caminhões, madeira e fecharem as serrarias, acabam de forma indireta deixando os indivíduos que atuavam naquele espaço possivelmente “sem nenhum” outro meio de sustento financeiro. Ao conceber o que ocorre, essas pessoas não reconhecem que o Estado esta cumprindo seu papel, pois, seus ganhos ficam condenados com a extinção daquela atividade local. Podemos vislumbrar claramente o poder que o capital tem na influencia da formação social e ideológica desses indivíduos, subvertendo o correto pelo irregular, onde “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência.” (MARX, 1983, p. 17).

Com relação ao que diz respeito à preservação ambiental e a venda ilegal de madeira da reserva, é notório a preocupação dos informantes, porém, como afirma o entrevistado E 03 sobre a indagação da consciência ambiental que os moradores tem sobre os objetivos de proteção ambiental dessa área ele afirma “Eu creio que por onde eu já passei falta essa conscientização, na maioria do nosso pessoal” (E 03). Quando o ator cita essa passagem fica

visível a impressão que apesar de terem conhecimento da preservação ambiental os moradores se omitem nos fatos dessa natureza. Isso se dá hipoteticamente quando as relações econômicas estão presentes. Podemos notar essa contradição na fala de outro informante que descrevemos a seguir:

“O pessoal aqui eles sabem que não pode derrubar mais as arvores pra vender pra madeireiro, eles fazem as coisa e não pensam no futuro... olha, será que o “cara” num tem a consciência que se um pé de bacuri por ano pode produzir tantos quilos de polpa e ele vende a dez... vinte reais o quilo e vamos supor que um pé produz vinte quilos por ano, olha lá quanto ele vai lucrar [para e pensa]... hum, ele ganha no mínimo duzentos reais por pé, isso quando o bacuri não dá mais frutos. Aí ele vai e corta uma árvore dessa e vende por cem, duzentos reais... meu Deus! [exclama] será que ele não vê que todo ano o bacuri produz e ele tem o dinheirinho no bolso, será que ele não pensa que vai acabar? Mais não, ele prefere aquele dinheirinho na hora e num demora muito ele já tá “liso”, isso que eu não entendo!” (E 02).

Fica claro que ainda existem práticas anteriores com a venda de madeiras ilegais e pelo imediatismo de se adquirir lucro com essas ações, os preceitos da conservação e de desenvolver outro tipo de prática de geração de renda ainda se encontram tímidas nas práticas de alguns moradores. Para Carvalho e Cavalcante (2012), a falta de políticas públicas para geração de renda e práticas sustentáveis quando não oferecidas, podem ser a causa dessas atividades predatórias:

O problema é que a falta de apoio a essas atividades, menos rentáveis diante novas práticas econômicas, converge à busca de alternativas para garantir a sobrevivência, o que acaba indo de encontro com as verdadeiras propostas de uma Reserva Extrativista [...] não se pode controlar as práticas predatórias, sem a ação de uma política pública que tenha seriedade diante das ações instituídas dentro da Reserva. (CARVALHO & CAVALCANTE, 2012, p. 52-53).

O Plano de Manejo da RESEX poderia ser uma via de solução para coibir algumas atividades e direcionaria qual a melhor alternativa no desenvolvimento de novas práticas econômicas de cunho sustentável de geração de renda.

A análise da problemática ambiental nesse modelo tradicional gera o reducionismo na abordagem dessas questões. Segundo Leff (2001), deve-se combater alguns “efeitos ideológicos” esses efeitos o autor trata como “reducionismo ecologista e funcionalismo sistêmico”, presente na abordagem positivista do ser fazer ciência.

5.3.2 – A presença do ICMBio: Perspectivas da População da Reserva

Seguindo nossas inferências analíticas iremos expor a expectativa das populações da RESEX enquanto a presença do órgão público gestor da UC, para contra argumentar traremos a fala do ICMBio representado pelo chefe da reserva. Contudo, embasaremos teoricamente os deveres de cada sujeito, pois, o respaldo jurídico esta presente nessa relação, dessa forma manteremos a imparcialidade enquanto pesquisador e traremos a tona o posicionamento da instituição e das populações locais.

02 – Análise da Temática: A competência do ICMBio e as Expectativas da População

Registro	Subcategorias Empíricas	Categoria Empírica
[...] quando eu assumi, em 2014, a RESEX estava no pior momento institucional e comunitário. Institucional, devido à fragilidade econômica que o país já enfrentava, e, hoje, piorou, isso incide na limitação de recursos e, isso, automaticamente, né, aí, isso incide na limitação de nossas ações, além, de outros problemas estruturais que é principalmente a falta de recursos humanos que é só uma pessoa que trabalha aqui na RESEX, ou seja, o Gestor, a gente tem um servidor que é cedido do IMPA que trabalha com a gente e da apoio nas atividades operacionais, principalmente, na fiscalização, e, principalmente, pela falta de transporte que a gente não tem veículo próprio pra exercer nossas atividades, então, a gente depende da agenda da CR4 que fica lá em Belém, e, essa, mesma CR4, ela, tem demanda para 30 unidades. (E 01).	Recursos Financeiros Limitados (Falta de Dinheiro para realizar ações) Falta de Pessoal para trabalhar na RESEX pelo ICMBio (Recursos Humanos) Dificuldades de Locomoção (falta de transporte)	A competência do ICMBio e as Expectativas da População
[...] o que eu sei é que tirando dessas duas reuniões que eles fizeram “trazeno” esse conhecimento o resto praticamente está parado... porque qual é a expectativa nossa? Vamos dizer minha né... é que o ICMBIO ele tinha que dar ou dar ou... eu não sei nem como dizer... a respeito dos latifundiários da unidade né... se era ele ou se é a associação mãe junto com ele que faz esse papel acontecer dentro do INCRA... nessa área aí ele sendo o órgão do governo, ele tá só como gestor de fiscalização... só pra fiscalizar ele não tá incentivando alguma outra atividade... no meu ponto de vista né... os dois eventos que eles tiveram eu me cadastrei, mas não participe... eu não fui lá participar... é difícil da gente... mas olhando assim na geral, a gente ver que em cima do que a gente espera acontecer, não está acontecendo. (E 03). O ICMBio em si ele é muito negativo aqui por isso, ele é um órgão gestor mais é pra atuar como parceiro, parceria... A função do	Ausência de Realização da sua Função	

ICMBio, como é o ICMBio... é, é... essa sigla dele significa, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade e que com isso chega até a inferi a imagem de uma pessoa que foi muito grande né, que foi Chico Mendes, pela atuação deles muito negativa dentro da nossa comunidade, que eles... a parte deles aqui dentro é fiscalização e o controle do desmatamento... essa função eles não tavam fazendo, tavam fazendo outras questões, assumindo até mesmo, éééé... não... demandando alguns poderes, delegando alguns poderes aqui dentro da comunidade que isso não vem, não vem suprir nada positivo a favor deles e nem nosso também, que vem ferir algumas pessoas aqui dentro, ou se não muitas na verdade [...] nem aqui quase eles vinham, era só de passagem mesmo, chegavam aqui e com meia hora já tavam saindo e indo embora. (E 04)	Frustração em relação a competência do dever do ICMBio	A competência do ICMBio e as Expectativas da População
--	---	---

Fonte: Autor (2016).

Ao Iniciar nossa análise podemos perceber que as subcategorias empíricas apresentadas na fala do E 01, constitui-se basicamente nas dificuldades que o órgão vem tendo para garantir a realização de atividades na reserva, temos: a falta de recursos que impedem a promoção de atividades que demandam gastos com orçamento; o insuficiente número de pessoal que possa garantir um acompanhamento permanente na UC (considerando que a área possui 5.816,10 hectares e uma diversidade geográfica que dificulta o acesso as comunidades), ou seja, apenas um analista ambiental que assume diversas funções na RESEX e um bolsista cedido que acompanha as ações quando necessário; o escritório do ICMBio funciona na cidade de Belém e o deslocamento para a reserva é feita de maneira esporádica e pontual devido a carência de transportes (aquático e terrestre).

Nossa avaliação segue um posicionamento de que o órgão possui competências a serem desenvolvidas, porém, suas limitações devem ser consideradas. É bastante clara a informação do E 01 quando refleti sobre os problemas institucionais que o órgão esta passando com a falta de recurso.

Apesar das dificuldades, segundo o chefe da reserva a instituição cumpre seu papel no que é possível, e as parcerias com demais órgão é necessária pra que as atividades ocorram. Porém, esta fragilidade que o ICMBio apresenta, abre caminho para permanencia de fazendeiros e latifundiários na UC, pois, como o órgão não consegue executar permanentemente as diretrizes do SNUC o sentimento de impotência das populações

tradicionais é evidente; no que compete a execução das penalidades pra quem comete crimes ambientais a presença do IBAMA é a mais pertinente, nos estudos de Brito e Barreto (2006) sobre a eficácia de aplicação das leis ambientais pelo IBAMA “Há indícios de que a persistência dos problemas ambientais resulte da alta impunidade. Por exemplo, apenas 2% dos infratores foram criminalmente punidos em uma amostra de 55 casos judiciais contra infração ambiental no setor florestal no Pará entre 2000 e 2003”.

Quando um morador foi indagado sobre a efetivação na prática do dever de fiscalização pelo ICMBio das áreas que estão em posse de fazendeiros a resposta foi a seguinte:

Não! Porque é o seguinte... nós não tinha terra... a terra toda era dos latifundiários e essa mesma área que se diz que é reserva... ela continua nas mão dos latifundiários, o governo até agora não moveu um dedo para dizer “tal tempo vai ter essa negociação e a gente vai pagar o fulano para que essa terra seja entregue pros extrativismo”... na época que tem a castanha, nos tira a castanha, mas é ilegal pra nós, porque a terra é do fazendeiro. (Entrevistado E 03).

Existe uma falta de entendimento entre o real papel do ICMBio no que diz respeito a fiscalização e a gestão da unidade. Trazemos um trecho que demonstra claramente a postura do Chefe da RESEX:

[...] aqui a gente é o Gestor, é isso também que eu procuro deixar claro para as pessoas, que o Gestor não é a pessoa que manda que eu como representante do ICMBIO tenho poder sobre essa área, pensaram enganado, que a gente tem um limite, por exemplo, eu não sou fiscal, não sou fiscal ambiental, então, eu, não posso gerar auto de infração, fazer multa, o máximo que eu vô poder fazer, é, se chega a denuncia até a mim eu vô passar para os responsáveis, então, são esses órgãos que estão agindo. (E 01).

O grande impasse que se apresenta é na falta de definição da finalidade sobre “Fiscalização”, pois, uma das atribuições do Analista Ambiental é de prestar assistência e consultoria, dar pareceres e atuar no sentido de que a legislação relativa ao meio ambiente seja cumprida. De acordo com a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN²⁴ do ICMBio, a atuação do Analista Ambiental segue os seguintes critérios:

São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das

²⁴ <http://www.icmbio.gov.br/cggp/paginas/gestao/cargos.php>

políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:

I – regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;

II – monitoramento ambiental;

III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental;

IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;

V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e

VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.

No entendimento do chefe da RESEX a fiscalização compete apenas no sentido de acompanhar, receber e informar a denuncia das irregularidades ocorridas no interior e área de amortecimento da UC, sendo, portanto a execução e aplicação da penalidade de âmbito de outros órgãos como o IBAMA. No entendimento das populações locais essa função deve ser do ICMBio. Este impasse é causa de instabilidades entre as partes, dificultando assim o processo de gestão.

No Brasil a política ambiental ainda é frágil e não consegue efetivar de fato medidas que visam barrar os danos causados ao meio ambiente, Irigaray (2011), traz a tona esse debate e afirma que:

Essa contradição se exterioriza na desestruturação dos órgãos ambientais e na falta de vontade política para implementar uma gestão eficiente do meio ambiente, fazendo com que a impunidade, nos casos de infrações ambientais, continue sendo a regra: as multas aplicadas pelos órgãos ambientais não são pagas e poucos poluidores são responsabilizados civil e criminalmente pelos danos que causam. (Irigaray, 2011, p. 166).

É necessário que haja de fato uma gestão compartilhada na reserva para que as ações surtem efeitos práticos, a falta de esclarecimento sobre o papel do ICMBio esbarra em diversas questões que vão da falta de compromisso dos moradores da RESEX em participar das discussões de gestão da UC até o quantitativo limitado de recursos humanos e financeiros do órgão gestor. Arruda (1999) já apontava esses problemas que não são recentes, diversos os fatores dificultam a implantação de políticas eficazes para as áreas protegidas.

[...] pressões de grupos econômicos e, de outro lado, das populações locais mais organizadas, somadas às dificuldades financeiras, operacionais e políticas de fiscalização e manejo dessas áreas, fazem com que a legislação, em parte ou totalmente, não seja cumprida. (ARRUDA, 1999, p. 85).

Nas diretrizes que o plano de manejo ainda não aprovado da RESEX Ipaú-Anilzinho dispõe sobre a fiscalização é que:

“Cada extrativista é um fiscal da Reserva, cabendo a qualquer um a obrigação de denunciar ao ICMBio, IBAMA, Delegacia Especializada em Meio Ambiente-DEMA e ao Batalhão de Polícia Ambiental ou outro órgão competente as irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno da Reserva”. (CNPT/IBAMA, 2008).

Isso exige unicamente o ICMBio da responsabilidade em fiscalizar o imenso espaço da UC, trazendo assim condições para que a gestão da reserva possa realmente se efetivar na prática. Não será possível a efetivação de resultados com a omissão dos indivíduos na gestão da RESEX, pois, estes estão imbricados diretamente neste processo, suas práxis constituem um importante mecanismo de concretização da efetivação do espaço da unidade de conservação.

Não faremos juízo de competência nessa análise sobre a presença do ICMBio e seus deveres na gestão da reserva, nem tampouco elucidar que as populações tradicionais apontam via senso comum que o órgão é totalmente ausente da RESEX. Vale ponderar que a impressão que os atores expuseram girou em torno do caráter de fiscalização de crimes ambientais praticados na UC, na expropriação de fazendeiros e assentamento das populações não tradicionais que corre a passos lentos mais que de acordo com o SNUC²⁵ isso deve acontecer, e quando iniciar este processo certamente irá gerar uma série de conflitos entre as partes que terá competência para executar a legislação e as populações não tradicionais que deverão deixar a área via processo de indenização de suas benfeitorias.

Em relação a presença do ICMBio na gestão da RESEX, apontamos anteriormente o quadro de atividades da chefia na UC e nas análises seguintes as demais ações que o ICMBio desenvolve será evidenciado e nesse aporte é que consideramos não emitir juízo sobre a gestão do órgão na área.

5.3.3 – Construindo Caminhos para a Gestão da RESEX

Contamos com diversas estratégias para gestão de UC no Brasil, apresentamos uma visão em relação às instituições responsáveis por tecer caminhos pra gestão compartilhada e

²⁵ Art. 18 [...] § 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

outras no que diz respeito à estruturação prática na gestão de RESEXs, em primeira situação nos aportamos em que apresenta Silva e Simonian (2013):

No âmbito dessa sustentabilidade institucional, dois instrumentos de gestão são capitais: o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo, ambos essenciais à consolidação das RESEX, as quais precisam de segurança fundiária, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, cultural e econômico. Por serem essenciais dentro do estágio atual de desenvolvimento do Estado Nacional brasileiro, acredita-se que enquanto não forem instituídas essas duas ferramentas de gestão, pouco ou quase nada será mudado no *status quo* vigentes nessas Reservas. (SILVA & SIMONIAN, 2013, p. 05).

Esses dois instrumentos devem ser consolidados para que a UC tenha diretrizes que irão auxiliar a gestão da área. O Plano de Manejo²⁶ é um dos instrumentos que consiste nas regras que a RESEX deverá partilhar e o Conselho Deliberativo que é o órgão colegiado máximo contendo representantes de diversos segmentos que compõe de alguma forma participação nas atividades da reserva.

A RESEX deve ter uma estrutura de gestão compartilhada que, por conseguinte congrega o órgão de gestão pública, no caso o ICMBio, a associação mãe da reserva e por fim o Conselho Deliberativo. Silva e Simonian (2013) ainda afirmam que as RESEXs:

Precisamente, elas precisam apresentar sustentabilidade institucional, entendida esta como uma duradoura estrutura racional-legal, capaz de oferecer as condições formais de existência das RESEX dentro do Estado Nação brasileiro. Neste contexto, é de destacar-se o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo. (SILVA & SIMONIAN, 2013, p. 08).

Para a gestão das Reservas Extrativistas, o SNUC (BRASIL, 2000) prevê a constituição do Conselho Deliberativo. Esse conselho deve ser presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Com isso tecemos algumas informações sobre a situação de gestão da RESEX Ipaú-Anilzinho. Sobre o Plano de Manejo da RESEX é de conhecimento como mencionado anteriormente que o mesmo não foi publicado por falta de informações necessárias na sua constituição, portanto, um dos mais importantes instrumentos de gestão e de direcionamento

²⁶ O plano de manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social.

da UC não existe formalmente, inviabilizando diversas práticas que devam ser por ele orientada.

A Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Extrativistas Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista do Anilzinho (ATREPREA) era até então a associação mãe da RESEX e continha em sua formação os representantes das comunidades que compunham a UC. A entidade foi fundada no dia 29 de Fevereiro de 2004²⁷ e tinha por finalidade a defesa e busca do desenvolvimento sustentável para os trabalhadores e trabalhadoras rurais da RESEX.

Em 2007 e 2008 a ATREPREA assinou junto ao IBAMA um Termo de Ajustamento de Conduta das Comunidades Extrativistas, pois, como o plano de manejo ainda estava em processo de construção esse termo direcionava as atividades permitidas na área. Posteriormente este termo seria substituído pelo Plano de Manejo.

Uma das mais importante ações da associação foi o programa de habitação realizado com o governo federal por meio do INCRA que garantiu a construção de casa em alvenaria nas vilas de Joana Peres e Anilzinho, devido problemas de gestão e prestação de contas da associação com o INCRA que culminou na inadimplência da entidade, deixando-a suspensa de contratar com o poder público enquanto não sanar as pendências existentes. Além disso, descontentamentos na diretoria não permitiram a renovação do quadro gestor.

Os instrumentos de gestão da reserva atualmente estão condicionados ao ICMBio e o conselho deliberativo, com isso as atividades e ações ficam limitadas. Para melhor visualização dos fatos, seguimos com análise do conteúdo coletado.

03 – Análise da Temática: Gestão da RESEX

Registro	Subcategorias Empíricas	Categoria Empírica
Quando iniciou a RESEX se continuasse naquele ritmo as coisas tavam andando muito bem, porque quando iniciou a RESEX, tinha, tinha cinco entidade incluída, só, né, deixa eu vê se... era o CNS* que cria RESEX, o IBAMA* na época que era na operação da fiscalização, aaa... a associação, a associação mãe ²⁸ da RESEX que era aaa...	Instabilidade na Diretoria da Associação Mãe da RESEX	Gestão da RESEX

²⁷ Dados obtidos por meio dos documentos de fundação da associação.

²⁸ Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Extrativistas Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista do Anilzinho – ATREPREA.

a diretoria né! O INCRA* e o Ministério Público, né! Quer dizer eles tavam junto, né! Ai na gestão do “M”²⁹ que foi o primeiro presidente, eu sei que eles tavam unido aí, trabalharam junto e as coisas aconteceram, mais depois começaram se desabá, né... aí trocou de presidente [...] mais num andou muito bem né! Ai depois dentro da diretoria, aí começaram a se desentender...aí tive um ciúmes já de Anilzinho e Joana Peres né! Ai, aí que desandou né, que o Anilzinho queria tomar a presidência né, do Joana Peres. (E 05).	Instabilidade Institucional Pública	
Por causa da associação mãe, foi, foi uma bralhada tanto né, que chegou ao ponto da gente ir com o “G” em Belém que é o procurador [...] ai ele disse: já que a RESEX tá desandada, não tá tendo um consenso entre Anilzinho e Joana Peres, o Anilzinho quer tomar de conta, né... quer manobrar eles, faz o seguinte, divide a RESEX né: Parte Sul e parte Norte, forma uma associação na parte norte da RESEX e eles faz outra situação pra lá né, pra vê se as coisa andam... aí eles administram uma parte deles lá e vocês administram a parte daqui da norte né. (E 04).	Instabilidade Institucional Pública	Gestão da RESEX
[...] quando a gente pegou a RESEX, e, ela, estava totalmente desorganizada em termos de associação que é preciso para uma RESEX andar porque a RESEX parte desse principio de Gestão compartilhada, então, o ICMBIO é um órgão federal de responsabilidade pela administração da RESEX, mas ele faz essa Gestão, deve em parceria com a comunidade, e, a contrapartida da comunidade, é, essa, organização que tô explicando e quando eu cheguei não existia, encontramos um território partido que se agravou. (E 01)	Inexistência da Associação Mãe	
O órgão ele veio e só criou e jogou nas mãos das nossas pessoas que se viraram, pra se elabora, pra desenvolver aquilo que eles tinham possibilidade de fazer. Mas a outra parte educativa que era pra acontecer, não, não aconteceu. Ultimamente vendo as ultimas documentações que tem aí, era pra vim um professor, era pra vim um engenheiro agrônomo, era pra vim um biólogo, era pra vim um economista também, era pra vim uma nutricionista pra cá que era pra dá esse, esse ensino, essa	Ausência de Assistência Técnica para Cumprimento da Função da RESEX	

²⁹ Nome ocultado representado pela letra “M” como abstenção de responsabilidade, pois, não foi emitida autorização da pessoa para divulgação, a letra representativa foi escolhida de forma aleatória sem ligação alguma com o citado.

* CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis); INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

orientação pro nosso povo do que é meio ambiente, conscientizar ele o que que a reserva significava, o que era pra acontecer dentro da reserva. (E 07)		Gestão da RESEX
--	--	------------------------

Fonte: Autor (2016).

Devidos aos problemas que a associação auferiu isso gerou conflitos entre os membros da diretoria provocando uma instabilidade dentre de seu quadro, impedindo assim que suas atividades tivessem prosseguimento. Para a reserva um dos mais importantes instrumentos representativo formal dos moradores foi usurpado, criando um conflito que se arrasta até a finalização deste trabalho.

Com a intervenção do procurador nas questões relativa aos problemas da associação mãe na reserva outros problemas vieram à tona. Um de caráter organizativo das populações da área que foi o abandono da associação mãe para a ideia de se criar duas novas associações; outra de caráter desagregante, pois, foi sugerido a divisão da unidade em dois polos (Norte e Sul) e cada polo constituir uma entidade representativa. Dentro da RESEX não é proibido à constituição de entidades de representação, porém, a reserva deve ter apenas uma associação que responda pelo “todo” da área, nesse caso uma associação mãe, que até então era a ATREPREA, isso inclusive tira o caráter unitário da palavra Unidade de Conservação.

Ouro problema perceptível é o institucional. Não foi avaliado pelo procurador da república o impacto na gestão da reserva como a divisão em dois polos e criação de duas entidades. O ICMBio não vê com bons olhos o ocorrido e consequentemente não reconhece nenhuma outra associação como representante da reserva em substituição a associação mãe. É visível esta situação na fala do chefe da reserva.

[...] quando a gente pegou a RESEX, e, ela, estava totalmente desorganizada em termos de associação que é preciso para uma RESEX andar, porque a RESEX parte desse princípio de Gestão compartilhada, então, o ICMBIO é um órgão federal de responsabilidade pela administração da RESEX, mas ele faz essa gestão, deve em parceria com a comunidade, e, a contrapartida da comunidade, é, essa, organização que tô explicando e quando eu cheguei não existia, encontramos um território partido que se agravou, primeiro, primeiramente, com a questão da associação mãe que aconteceu no passado, né, essa questão toda de dificuldade financeira, de que tá controlando a associação, aí, eu, não sei te dizer qual foi, especificamente, quais foram os motivos que levaram a isso, a RESEX parou. (E 01).

Fica notório o quanto o ICMBio se fragiliza sem o apoio institucional formal das comunidades para a gestão da unidade. Com a criação imaginária de dois polo foi fundada no dia 18 de fevereiro de 2014 a Associação dos Moradores e Mini-Produtores Rurais da Reserva

Extrativista Ipaú-Anilzinho do Polo Norte das Comunidades: Vila De Joana Peres E Xininga (ASSORIANORTE).

Outro fator que causa esta causando instabilidade institucional com o ICMBio é o movimento da Vila do Anilzinho que se organiza para instituir seu território como área quilombola. Isso se deu a partir de conflitos ideológicos que os moradores da vila tiveram por entender que a vila de Joana Peres foi a que mais se beneficiou com a criação da reserva, fatos estes que vieram crescendo e com os problemas da associação mãe (ATREPREA) e a divisão em polos causou descontentamentos. Voltamos na fala do chefe da área que expõe essa problemática.

[...] surgiu a possibilidade em um grupo que criou esse movimento aqui dentro do Anilzinho tentando a criação de um território quilombola, e, isso, seria uma questão de sobreposição territorial, então, esse mesmo grupo passou a incentivar um movimento de resistência ao ICMBIO porque eles entendem que não querem mais a RESEX, então, pra defender a ideia de um território quilombola, eles, tem que apoiar só aquilo que diz respeito ao território quilombola, então, se deparou com essa instabilidade aí, inclusive, foi até um pouco propício para criar uma instabilidade institucional porque eles passaram a ver essa situação como uma concorrência entre ICMBIO e INCRA, e, não existe isso, as duas políticas tem objetivo incomum, se a gente for comparar, porém, em esferas e domínios diferentes, mas o objetivo comum é sempre garantir o direito das populações tradicionais, principalmente, em relação a garantia do território. (E 01).

Esse conflito de interesses complica de fato a gestão, pois, a partir da instituição da RESEX fica complicado extinguir a área e criar uma área quilombola pelo entendimento que a criação da reserva não beneficiou aquela população como se foi pensado que aconteceria.

Além desses agravantes, temos falas que dão conta ainda da falta de apoio técnico por parte do ICMBio, é perceptível que alguns moradores possuem reflexão crítica da necessidade de diversos profissionais que deveriam dar suporte na contribuição da gestão da reserva. Esse apoio daria conta de estimular novas práticas de caráter ambiental, social e econômico.

Com os fatos apresentado o ICMBio age para reverter o atual quadro instalado na reserva, segundo o chefe da reserva já foi solicitado ao órgão superior uma nova contratação de consultoria para finalizar o plano de manejo da RESEX, com ações sendo realizadas existe um movimento que pretende reativar a ATREPREA e deixa-la adimplente permitindo assim a funcionalidade normal de suas ações e no auxílio de gerir a UC, porém, sem previsão de quando acontecerá. No mais a reserva conta apenas com o Conselho Deliberativo e o ICMBio pras atividades de gestão.

5.3.4 – Os Espaços de Sociabilidade da Educação Ambiental na Reserva Ipaú-Anilzinho

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela lei nº 9.795/99 e visa à regulação da Educação Ambiental a ser desenvolvida no Brasil e possui caráter normativo, o artigo nº 2 da PNEA é claro em afirmar que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Essa caracterização se alinha com o tipo de abordagem da pesquisa em educação ambiental Não Formal e Informal que essa pesquisa se delinea.

Para consolidação da PNEA temos o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRoNEA) que foi pensado e organizado por diversas instituições não governamentais e governamentais na busca de construção de estratégias para consolidar a política educacional específica do meio ambiente.

O PRONEA é resultado de um processo que envolveu as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, as Redes de Educação Ambiental e contou com a participação de cerca de 800 educadores ambientais de todo o país numa Consulta Pública, decorrendo daí a configuração do seu texto final em 2004. Surgiu como fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente. (LEITE, 2013, p. 01).

O governo se baseia nos preceitos de uma sustentabilidade ambiental com base no documento “Nosso Futuro Comum” que nomeia o Relatório de Brundtland (1987), nesse documento o discurso de desenvolvimento sustentável foi emplacado, porém, posteriormente houve grandes discussões sobre o uso do documento como base de estudos do governo por não considerar o modo de produção capitalista que está presente nas questões ambientais.

Partindo para a análise local de como a Política Nacional de Educação Ambiental esta presente na RESEX, recorreremos ao único documento formal formulado para que pudesse traçar diretrizes de ações na UC é o Plano de Manejo³⁰ da RESEX Ipaú-Anilzinho que não foi publicado devido ter algumas questões que precisam ser melhor esclarecido, apesar de não estar em vigor é o documento que direciona alguma ações.

Ao discutir como a PNEA se apresenta nas ações desenvolvidas pelo ICMBio citamos a presença legal para que isso ocorra no Art. 13, Seção III, incisos IV e V que diz: IV - a

³⁰ CNPT/IBAMA. Plano de manejo participativo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (não publicado). MMA/ICMBio/DIUSP, 2008.

sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação e V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação. (BRASIL, 1999); nestes termos toda e qualquer ação que tenha por base propagar, informar, esclarecer e gerir atividades da importância das UC para a sociedade é considerado válido. Assim, o órgão gestor com as aplicações de cursos, oficinas, seminários, programa de intervenção, intercambio social e fiscalização promover mesmo que implicitamente a educação ambiental na RESEX.

No ano de 2006 para fomentar ainda mais a política nacional de educação ambiental o Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio de seu Departamento de Educação Ambiental, do Departamento de Áreas Protegidas, do ICMBio e outros órgão do governo federal, constituíram um Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria Ministerial nº 289/2006, este GT iniciou o processo de elaboração de uma Estratégia de Comunicação em Educação Ambiental - ENCEA³¹, que seria pensado para implementação de políticas públicas de educação ambiental geridas no âmbito do SNUC.

No ano de 2010 foi concluído a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – ENCEA, este documento passa então a integrar as estratégias do PRONEA e possui cinco Diretrizes, não é objeto nosso a análise deste documento, porém, vale ressaltar que devido às estratégias de educação ambiental não formal serem latentes nas UCs e estas ações serem nosso objeto é que mencionamos o documento. Segue, portanto as diretrizes (ENECEA. BRASIL, 2010, grifos nossos);

Diretriz 1: Fortalecimento da ação governamental na formulação e execução de ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do SNUC;

Diretriz 2: Consolidação das formas de participação social nos processos de criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação;

Diretriz 3: Estímulo à inserção das Unidades de Conservação como temática no ensino formal;

Diretriz 4: *Inserção das Unidades de Conservação como temática nos processos educativos não-formais;*

Diretriz 5: Qualificação e ampliação da abordagem da mídia com relação às Unidades de Conservação e estímulo à práticas de comunicação participativa com foco educativo na gestão ambiental.

³¹ Em outubro de 2006, foi publicada a Portaria nº 289, do Ministério do Meio Ambiente, instituindo um Grupo de Trabalho para desenvolver as atividades necessárias à construção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC - Encea, com integrantes do MMA, IBAMA, ICMBio e MEC. (ENCEA. BRASIL, 2010).

Com isso afirmamos de início, que o ICMBio embora com suas limitações financeiras, de pessoas e presencial na RESEX apresenta ações que estão presentes na PNEA por meio de suas estratégias de aplicação da sua política. Quando nos reportamos à educação ambiental, fazemos uma reflexão nos diversos campos que a mesma aparece, tanto nas perspectivas formais, não formais ou informais, consolidando-se num espaço social que abriga diversas práticas de formação dos sujeitos. Diante disso, seguimos com os resultados empíricos que a pesquisa nos proporcionou.

04 – Análise da Temática: Ações de Educação Ambiental na RESEX Ipaú-Anilzinho

Registro	Subcategorias Empíricas	Categoria Empírica
[...] olha, esses cursos e formação que eles traz, o ICMBio sabe?, ele é bom pra gente e principalmente pra nossa juventude, veja bem como agente aprende, ééé... assim, plantar agente sabe plantar, mais não tem aquele conhecimento da sala de aula, aí quando vem um curso desse, agente aprende as coisas melhor. Assim ó, vou te dá uma idéia, se tu planta um pé de melancia, ela vai dá de dez a quinze melancia, com o aprendizado do professor e o ensino de como se tratar, o aumento no ganho das melancias é maior, porque, é, vai dá mais fruta... aí, imagina se tu faz esses curso, o quanto ele vai te ajudar a melhorá nosso trabalho, porque agente vive da terra né. (E 02).	Aprendizado Técnico Relação do Conhecimento Científico e o Popular	Ações de educação ambiental desenvolvidas pelo ICMBio
Pra nós, se esses curso se vigorar e crescer, agente vai tá avaliando aí, porque ele vai aí também trazer um pouco de “evoluimento” pros nossos setores, esses curso pra nós é bom, são os primeiro passo, agente aprende aqui e depois vai e faz lá na pratica. (E 06).	Relação Teoria e Prática	
Sobre o curso no Telecentro de informática, eles aprenderam bastante né, assim ele me relataram né, e, veio influenciar muito, e, trazer um grande interesse do pessoal como se via não acontecer nada até então. E aqui já tá funcionando o Telecentro, já tá tendo curso. (E 07).	Interesse nas Atividades de Informática	
Nós queria que colocasse era assim, professores dentro da sala de aula, pra dá mesmo aula sobre as coisas aqui, pra gente ter mais respeito do que agente discute aqui na reserva, então se viesse de dentro da sala de aula essa educação, as coisas ia facilitar pra todo mundo. (E 04).	Negatividade do Conhecimento que vem de fora da escola	
A escola aqui tem que tê mais melhoramento de ensino, de melhoramento de alimentação na escola, de... desenvolver algumas outras atividades envolvendo meio ambiente que aqui não acontece e mais mesmo na prática da matéria no livro ali, eles trabalham ali,	Ausência da Inclusão da Temática Ambiental no Ensino Escolar	

num cassam buscar a tirar o jovem dali, tentar levar eles até a natureza, explicar pra eles, porque... algumas ações nossas faz que agride a natureza, que mais tarde isso vai ser voltado pra nós porque cada ação tem uma reação, na escola não acontece isso também e essa parte também do popular que era vim, sentar, fazer esse trabalho na escola, com a diretoria da escola pra começar a desenvolver isso também, não aconteceu. (E 05)		Ações de educação ambiental desenvolvidas pelo ICMBio
--	--	--

Fonte: Autor (2016).

De acordo com a amostragem do quadro analítico, percebemos nas falas que as atividades desenvolvidas pelo ICMBio estão carregadas de questões implícitas do conhecimento não formal. As atividades sempre buscam aproximar aquilo que se materializa na realidade da RESEX, dessa forma a teoria busca se alinha com a prática para produzir uma intervenção social. Podemos perceber a educação ambiental, neste caso a não formal, como uma prática política e que não esta provida de nulidades, ela é intencional, pois, os sujeitos dela estão inseridos intrinsecamente devido seu *lôcus* (TOZONI-REIS, 2007), e neste caso, trata-se de uma área de conservação.

Nas ações desenvolvidas, o saber ambiental mesmo que calcado na corrente ecológica pode ser o início da articulação de um conhecimento científico, com o saber popular e o senso comum. Pois, com o exercício dessas práticas poderá ser estabelecido o diálogo desde a discussão conceitual, até os níveis da prática cotidiana desses atores que participaram das atividades do ICMBio. Para Leff (2001):

[...] o pensamento da complexidade e dos princípios da racionalidade ambiental se comprometem e informam (nunca uniformizam) uma multiplicidade de experiências e práticas que adquirem sua concreção no singular de cada cultura e configuram a especificidade do local, e que, a partir de sua diversidade, estruturam esta nova racionalidade (LEFF, 2003, p.148).

Existe a necessidade da quebra de paradigmas, conceitos, ordens e desordens do conceito da educação ambiental, a complexidade (LEFF, 2003) parte dos princípios das práticas que mesmo conservacionistas são necessários na formação desses sujeitos que com a instituição da reserva ocupam outro espaço. Seus saberes devem se reinventar, permitido uma práxis transformadora da sua realidade. Para Layrargues (2004):

Pensar de forma complexa implica fazer com que o agir seja consciente, no sentido de se saber qual o terreno em que nos movemos, o alcance de determinada ação, apresentando coerência entre o que se quer, a base teórica

da qual se parte, onde se quer chegar e quem se beneficia com o processo. Qual enquadramento, pano de fundo ou leitura da realidade há. (LAYRARGUES, 2004, p.12).

Deve-se criar uma nova alternativa de pensamento, com base na racionalidade ambiental onde a articulação do homem e natureza seja intrínseca. Com o empoderamento dessas populações os conhecimentos científicos alinhados com os saberes tradicionais, permitirá a possibilidade de tecer um campo mais crítico-reflexivo em relação ao caráter constitutivo da RESEX, pensando em práticas sustentáveis desses indivíduos.

Na RESEX foram construídos 02 (dois) Telecentros³², 01 (um) na Comunidade de Joana Peres e outro na comunidade de Anilzinho, a gestão destes espaços é compartilhada e deve existir a contrapartida do governo municipal, porém, os conflitos políticos-ideológicos são latentes nas comunidades, ficando evidenciado na fala abaixo:

“Aqui nas comunidades, agente se esbarra muito no conflito de lideranças da pessoa, muitas das vezes que a gente quer fazer um trabalho, mas aí quem esta nos ajudando vem outra pessoa e diz que aquela pessoa não tá legitimado pela comunidade, e se a pessoa for do lado oposto a gente cria um conflito com outras pessoas que é oposição, então, quando vamos gerir a gente fica perdido, nesse sentido, existe esse impasse”. (E 02).

Com os impasses algumas ações ficam complicadas de serem efetuadas, na Vila de Joana Peres não existe consenso para ativação do Telecentro, ao contrário de Anilzinho que depois de vários debates e reuniões elegeu uma comissão gestora e reativou o Telecentro. Com isso foi possível realizar atividades de informática para os moradores de Anilzinho. O curso foi realizado pelo SENAR em parceria com o ICMBio. O chefe da RESEX tem pouco mais de 02 (dois) anos atuando como gestor, nesse curto período tenta mediar soluções para os conflitos existentes e a alternativa utilizada são as diversas ações. Algumas falas apresenta a inquietação do analista:

[...] quando eu cheguei aqui o conselho estava fragilizado, também, nesse sentido, de lá pra cá a gente fez esse esforço, uma outra estratégia,, nesse sentido, de reorganizar esse território foi organizar um seminário de Gestão Ambiental que aconteceu em junho do ano passado³³, a gente realizou o primeiro *Seminário de Gestão ambiental*

³² O telecentro é um Ponto de Inclusão Digital – PID, sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O objetivo do telecentro é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos. Mais informações: <http://www.mc.gov.br/telecentros>.

³³ Junho/2015.

dentro dos dez anos da RESEX, foi a primeira vez, nesse sentido, que a gente chamou a população para expor o cenário que se encontrava a RESEX, Ipaú – Anilzinho, e, a partir daí procurar tratar estratégias para poder superar as dificuldades existentes (E 01).

[...] a gente começou com o *Curso de Horticultura/Olericultura*, algumas ações que a gente desenvolveu durante esses dois anos, horticultura e o curso aqui no Telecentro, a partir daí não vai parar [...]. (E 01).

De acordo com o analista, a melhor prática de mediação encontrada se configura nas propostas de atividades que agregam as comunidades e com a o alinhamento dessas ações para contribuir na gestão da RESEX, pondo em prática a reflexão do Homem com a Natureza e o estabelecimento de medidas que propicia a aplicação da PNEA por meio das estratégias de ações educativas ambientais não formais implicas nas atividades que podem ser uma via alternativa da gestão compartilhada.

Imagem 06: Ações Realizadas pelo ICMBio



Fonte: Rodrigo Figueiredo (2015) / ICMBio (2016).

Foi perceptível também a preocupação da relação que a escola deve ter com a UC, pois, este espaço como formador de opinião é “detentor” de conhecimentos formais e deve auxiliar também na efetivação dos saberes tradicionais que, por conseguinte podem ser operacionalizados em seu espaço. Saviani (2005) discute o importante papel da educação como prática mediadora.

[...] a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse). (SAVIANI, 2005, p.263).

As análises apresentam fatores que apontam para a ausência da capacidade metodológica e empenho político (SAVIANI, 2005) da escola, esses apontamentos são notórios na fala do interlocutor ao citar a prática educativa dos professores da reserva, existe a dualidade entre teoria e a prática, apresentando a partir da visão que os fatos relacionados ao meio socioambiental deram destaque à dimensão da teoria, em detrimento de uma prática efetiva. Ou seja, a escola ainda esta ligada na perspectiva das atividades e intervenção da educação ambiental em períodos pontuais sem relação da dicotomia das práticas e ações ambientais, deixando em segundo plano o processo teórico-prático do educador ambiental. Com o processo de aquisição de conhecimentos tácitos mediado pelo professor os indivíduos potencializam “instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social” (SAVIANI, 2006, p. 71).

Tratando-se dos ambientes em que a educação não formal é exercida, diversos cenários tornam-se palco de desenvolvimento desses elementos de aprendizagem segundo Gohn (2008) em sua obra Educação Não-Formal e Cultura Política:

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não-formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas organizações Não-Governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessa com a comunidade educativa etc. (GOHN, 2008, p. 101).

Nesse sentido existem outras vias que materializam a formação de sujeitos críticos capazes de lidarem com situações do cotidiano de maneira participativa³⁴ preocupados com a situação social do qual se encontram, torna-os seres espontâneos e participativos.

³⁴ Entende-se por participação, o envolvimento ativo, consciente, responsável e qualificado de informações de acordo com o campo de atuação dos indivíduos.

As impressões exposta das ações do ICMBio foram externadas e debatidas, apesar da RESEX Ipaú-Anilzinho ter mais de uma década de instituição, nos últimos anos é que foi perceptível o trabalho do ICMBio no que diz respeito a análise do senso comum de apenas realizar atividades de fiscalização. A preocupação com a efetivação prática de sua criação é perceptível, embora não tenha avançado em diversos aspectos.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de sociedade capitalista que estamos vivendo se sustenta sob a égide de acumulação de riqueza, do lucro, de capital. Esse modelo de produção do capitalista se sobrepõe as relações sociais e se afirma marginalizando as camadas populares, valorizando a cultura do consumo, de acumulação de bens, da exploração dos recursos naturais e da promoção do lucro sob formas implícitas para compor os interesses do mercado. No campo da pesquisa ambiental este modo de produção atua de forma agressiva e devastadora, apresenta-se na exploração dos recursos naturais via processos de mercadorização dos meios de produção naturais ou na exploração da força do trabalho humano via mecanismo de acumulação do lucro.

Discutimos a relação dos organismo financeiros sob uma filosofia da essência capitalista, não nos detivemos em fazer uma análise financeira dos processos produtivos que existem na reserva e no órgão gestor, porém, é necessário a compreensão deste processo.

No Brasil existe o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA³⁵) que foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de promover a expansão, consolidação e manutenção de um percentual das áreas do SNUC em especial a região amazônica, a meta é proteger no mínimo 50 (cinquenta) milhões de hectares de áreas protegidas com vista a processos sustentáveis.

A criação do ARPA ocorre em caráter de gestão compartilhada e conta com o IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e os governos estaduais e municipais da Amazônia. Este programa conta com o apoio de fundos nacionais e internacionais como o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KFW (Banco de Cooperação do Governo da Alemanha), a GTZ (Agência de Cooperação da ALEMANHA), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e outras organizações da sociedade civil. A estimativa para investimento tem a previsão de investimento de US\$ 400 milhões num período de 10 anos para criação de novas UCs, consolidação das que se encontram em processo de instituição e manutenção de áreas protegidas já existentes na Amazônia. Como mecanismo para garantir esse processo foi criado um fundo específico para captação e

³⁵ Mais informações: <http://programaarpa.gov.br/>

gerencia desses recursos o FAP gerido pelo FUNBIO. Assim os recursos e doações são direcionados para o apoio das unidades de conservação.

Na possível continuação deste trabalho este assunto pode ser melhor investigado, pois, os organismos que investem nestas áreas possuem interesses nestes espaços e as condições para que exista esse apoio possuem contrapartidas. Porém, não podemos negar que sem essas parcerias as atividades nestas áreas seriam mais complicadas do que já são.

Por síntese este trabalho versou a análise das ações desenvolvidas pelo ICMBio na RESEX Ipaú-Anilzinho, embasados na perspectiva educacional em contextos não escolares apresentamos uma visão focal em relação as unidades de conservação no espaço territorial brasileiro, haja, vista as políticas de preservação do ambiente natural, bem como suas populações tradicionais que encarnam essas relações socioambientais. A percepção da relação do homem com a natureza foi o enfoque que possibilitou identificar como é a organização destes espaços em meio ao processo de globalização e de acumulação de capital.

Os aspectos educacionais e sociais foram alvo das análises constituídas neste estudo. Os pressupostos educativos foram pautados nos processos de construção e aquisição de saberes oriundos dos processos de organização social, como os não formais e informais na perspectiva de formação de sujeitos críticos em relação a suas atitudes que interferem no meio coletivo formando sujeitos conscientes e autônomos na construção de decisões políticas e de efeitos propositivos para mudar a relação degradante do homem em unidades de conservação e consequentemente para efetivação dos objetivos que constituíram a criação da RESEX.

Apesar do avanço como a criação de leis que regulamentam a preservação do ambiente e a proteção dessas áreas existem muitos problemas a serem superados, como a institucionalização do plano de manejo adequado e específico para cada UC, políticas de educação (educação do campo, ambiental, indígena, afro-brasileira) que preserve os saberes das populações tradicionais, geração de emprego e renda e agregação de valores dos produtos da floresta, a insuficiência na implementação de práticas de preservação e conservação da natureza, entre outros que propiciem novas alternativas de sobrevivência sem que para isso haja problemas de cunho ambiental e social. Para Santos (2007, p. 130) “Apesar de existir leis que contemplem o uso social da natureza por esses grupos, há um predomínio de concepções que descartam a legitimidade e a essencialidade dos saberes tradicionais e, portanto, da nossa sociodiversidade”.

Novos olhares necessitam serem direcionados para a UC e que na prática sejam concretizados os objetivos propostos pelas leis de preservação dessa área e o respeito às populações viventes nesta unidade de conservação. Tratando da PNEA (Lei 9.795/99) consideramos que em termo de legislação ambiental, esta foi um dos principais marcos institucionais da EA, e ainda no art. nº 225 da Constituição Federal de 1988 atribui ao Governo Federal a responsabilidade de “promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988), isto é inquestionável, porém, a necessidade de propostas objetivas e palpáveis para as diversas áreas de preservação ambiental incluído suas particularidades ainda estão escassas.

As políticas educacionais criadas e implementadas pelos governos nem sempre estão acessíveis ou adequadas às realidades das populações residentes nas UC. Essas ações são vistas ainda de maneira tímida e lenta, porém, devem surtir efeitos a médio ou longo prazo. O ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) possui uma serie de diretrizes e ações que visam orientar as ações educacionais ambientais tanto nas escolas quanto instituições que promovem ações educacionais afins, porém, ainda são escassos os estudos que tenham investigado se as/os educadoras/es ambientais que desenvolvem atividades em unidades de conservação de fato se baseiam no ProNEA e nas premissas nele defendidas e em que medida os programas de educação ambiental em unidades de conservação que o tomam por referência se diferenciam dos que não o consideram (VALENTI, 2012, p.271).

Ao considerar um determinado avanço nas consolidações de leis para garantir a preservação do meio ambiente, não significa que estamos convergentes com a essência dessas regulamentações. Buscou-se perceber desde o inicio deste debate as características de como as propostas apresentadas se estabelecem, não sendo difícil perceber quanto o viés conservador e reprodutivo esta presente na legislação. As vertentes da EA se limitam bastantes em ações pontuais, em contextos que fogem de propostas pedagógicas tácitas, sem elementos que visem o questionamento do modelo civilizatório da sociedade, assim, “a educação nesses moldes reproduz princípios e valores da economia insustentável” (GADOTTI, 2008) e deixa o entendimento da EA ao puro reducionismo ecológico e simplificado das relações do homem com o capital.

Não conseguiremos mudar as interferências de práticas predatórias do homem na natureza sem que haja uma reformulação das práticas sociais e do modelo de produção capitalista, é necessário que se pense em alternativas que promovam a criticidade dos

currículos escolares, das ações pontuais e sem efeito permanente, do entendimento via processo de absolvição histórica da constituição do espaço socioambiental, o que só é possível (SAVIANI, 1996) compreendendo a prática educativa no cerne das relações sociais.

Ao direcionar sobre as ações do ICMBio na UC, consideramos que por não haver uma proposta formulada e implementada tanto ao que diz respeito a escola (seu currículo e sua função social), quanto aos demais espaços de sociabilidade da RESEX, qualquer que sejam os atos que primam pela efetividade da melhoria de vida daquelas populações ou de desenvolvimento nos diversos aspectos sociais não teremos efeito imediato e de mudanças de práticas até então efetivadas.

Notamos isso nas falas dos informantes, nos acontecimentos que fluem da reserva e nas práticas das populações locais. Apontamos os conflitos internos devido a extração ilegal de madeira, a paralisação por um determinado tempo da associação mãe (ATREPREA), a divisão em dois polos (Área Norte e Sul) da RESEX, cultivo de pastagem para pequenas criações de gado, resistência à presença e ações do ICMBio por parcela de moradores, ausência da inclusão na proposta pedagógica da escola sobre a área de reserva, plano de manejo não aprovado, permanência de assentamentos e de populações não tradicionais na RESEX, falta de recursos estruturais e financeiros, além de um número mínimo de profissionais do ICMBio, dentre outros agravantes que impedem o cumprimento dos objetivos de criação da RESEX Ipaú-Anilzinho com maior efetividade.

Apesar das dificuldades empreendidas tanto pelo poder público, quanto das populações tradicionais, percebemos avanços com a consolidação daquele espaço de proteção ambiental. Talvez numa análise simplista e superficial não conseguíssemos observar, mais no conjunto da obra após varias incursões nos diferentes temas abordados isso fica mais visível.

Em relação ao poder público apesar das dificuldades do órgão gestor, as articulações para realizar as atividades são constantes via a chefia da reserva, parcerias com o IBAMA, SENAR, Ministério Público e a própria população da reserva. O órgão sempre se fez presente na RESEX, as funções administrativas quando de competência do ICMBio é realizado permanentemente, destacamos que por via de informação no apêndice deste estudo temos: reportagens, notícias e publicações que tem por referências a UC e demonstram a presença institucional.

Ainda existem inúmeros campos de pesquisa que se relacionam a reserva, e que podem servir para trabalhos posteriores. Aspectos do ponto de vista econômico, cultural, ambiental, político, social, histórico, etc. são latentes e precisam ser debatidas, estas pesquisas podem proporcionar uma melhor compreensão dos fenômenos humanos e ambientais, consequentemente podem embasar políticas ou programas que promovam o desenvolvimento local.

As populações da reserva possuem conhecimento do espaço que vivem, porém, não conseguem compreender com veemência o porquê dessa instituição. A consciência sobre a importância da RESEX é mais vista nas lideranças comunitárias das instituições locais como: coordenadores de comunidades católicas, igrejas evangélicas, diretoria das associações e cooperativas, diretores escolares e militantes mais ativos dos movimentos sociais e partidos políticos. A juventude é um dos focos das ações realizadas pelo ICMBio e sempre estão como público alvo, visivelmente com as ações futuras planejadas pelo órgão, o sentimento perceptível é que existe o interesse de que esse grupo geracional possam assumir a tarefa de gerir a reserva.

Para os conflitos existentes na área que hoje compõe a UC, principalmente no espaço que concentra o maior número de castanhais a ideia de criação da RESEX foi objeto de mediação dessas problemáticas entre as populações locais e os empresários na pessoa dos madeireiros.

Temos convicção que a pesquisa conseguiu responder as questões norteadoras desse trabalho que teve por foco a relação do homem com a Natureza, a mediação de conflitos existentes dessa relação e como intermediário dessas problemáticas a Educação Ambiental que ocorre em espaços não formais e informais por meio das ações do ICMBio.

No que diz respeito ao caráter de instituição, perspectivas da criação e cumprimento dos objetivos de criação da RESEX Ipaú-Anilzinho, afirmamos que isso acontece na UC, mas ainda em caráter muito tímido, existem diversas problemáticas que ainda não foram solucionadas com a gestão do ICMBio e das populações locais enquanto gestão compartilhada do espaço, cremos que isso é uma questão de tempo, pois, diversos meios são necessários para que de fato seja visualizado mudanças palpáveis no comportamento e práticas dos moradores. Hipoteticamente isso só ocorrerá com a mudança das relações sociais dos indivíduos e o

poder público, mas que carecem de intervenções que tenham por base a criticidade no uso deste espaço, bem como nas ações concretas que possibilitem essas novas práticas.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) ampara o desenvolvimento de ações educacionais específicas para unidades de conservação, e na RESEX encontra-se mais visível por meio do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e ainda recente pode ser fortalecido por meio da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA), a EA está evidentes nas ações realizadas pelo ICMBio no que configura a Educação Ambiental na perspectiva não formal e informal. Essas ações são direcionadas pelo órgão gestor com base no que cita o Plano de Manejo, que ainda não foi aprovado, portanto, a constituição de diretrizes para nortear essas ações ainda não foi construída. Com a realização das ações, a chefia da RESEX busca canalizar forças para fortalecer a gestão da reserva e o cunho sustentável naquele espaço.

Por fim, pudemos identificar e analisar o objeto de estudo deste trabalho que teve por foco as Ações desenvolvidas pelo ICMBio, identificando sua importância e contribuição na gestão da UC, suas virtudes e distorções foram pautadas e consideradas válidas, haja vista os diversos problemas que são evidentes na visão totalitária na RESEX Ipaú-Anilzinho.

Ainda há muito que se avançar na consolidação dos objetivos de criação de unidades de conservação no Brasil, a educação ambiental se apresenta como uma alternativa viável e seu campo de atuação nessa área de conservação pode ser o mote na mediação para solucionar diversos empecilhos que se apresentam nestes espaços.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rogério. *Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins*. Estud. av. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 291-298.

ALVES-MAZOTTI, A, J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O Método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMARAL, JOÃO J. F. *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. Fortaleza / CE: 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRÉ, João Maria. "Os Descobrimentos e a Teoria da Ciência" in: REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS, 3, 1981. 77-121.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5 edição. São Paulo, Boitempo, 2001.

ARAÚJO, Adalgisa Bandeira de. *Análise do sistema nacional de unidades de conservação (Lei nº 9. 985 de 18/07/2000) e as implicações para o turismo*. Disponível em: <http://www.setur.ufop.br/artigo04.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

ARROYO, Miguel G. *As relações sociais na escola e a formação do trabalhador*. In: FERRETI, Celso; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. (Org.) *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

AZEVEDO, Sérgio de. *Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação*. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. *Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação*. 2010. Acesso em 11 abr. 2016 disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_encea.pdf

BRASIL. Governo Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988) São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília DF, 2000. (Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 2010*. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010. Acesso em: 18 nov. 2011.

_____. *Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm. 1979.

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. *A eficácia da aplicação da Lei de Crimes Ambientais pelo IBAMA para proteção de florestas no Pará*. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, n. 32, p. 35-65, 2006. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/artigos-cientificos/aeeficacia-da-aplicacao-da-lei-de-crimes>. Acesso em: 05 mai. 2016.

CALDART, Roseli Salete. ARROYO, Miguel G.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CANALI, Heloísa H. B. *Educação do campo: construindo novas referências*. In: SILVA, Gilmar Pereira (Org.). *Educação do campo na Amazônia: uma experiência*. Belém: EDUFPA, 2007.

CARVALHO, A. C. A.; CAVALCANTE, E. R.; TELES, G. C.; FREITAS, I. H. *As Reservas Extrativistas no Acre: Uma proposta a ser desenvolvida*. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.3, n.9, p. 38-56, abr. 2012.

CARVALHO, Isabel C. de M. *Invenção e Auto-Invenção na Construção Psicossocial da Identidade: A experiência constitutiva do educador ambiental*. In GUIMARÃES, Mauro (org.). *Caminhos da Educação Ambiental: Da forma à ação*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001.

CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CNBB, 29ª Reunião. *A Igreja e problemas da terra*. Documentos CNBB 17. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

CNPT/IBAMA. *Lauda biológico da área de Ipaú e Anilzinho*. In: Plano de manejo participativo da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (não publicado). MMA/ICMBio/DIUSP, 2008.

CNUC. (Brasília, DF). *Mapa Ilustrativo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. 2011. Base cartográfica digital e biomas ano 2004 – IBGE. Imagem de Relevo: GTOPO do U.S. Geological Survey – USGS. Elaborado por: DAP/SBF/MMA.

COSTA, A. P. (2014). *Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã – Pará*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. *Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável*. Belém: CEJUP, 1998.

COTTINGHAM, John. *A filosofia de Descartes*. Lisboa, Edições 70. 1989.

CRUZ, Walciclea P. S. ; SILVA, J. B. *Reservas extrativistas da Amazônia brasileira e as influências externas e internas nas políticas educacionais*. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CUNHA, Cláudia Conceição. *Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990*. Tese de Doutorado (Programa EICOS/UFRJ). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. *Populações tradicionais e conservação ambiental*. In CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. (orgs.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Isa: Estação Liberdade, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito da natureza intocada*. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. Documentos e relatórios de pesquisa - nº 1. São Paulo, 1993.

_____. Antonio Carlos. *A educação ambiental e a questão das áreas naturais protegidas*. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. Pesquisado em 12 de outubro de 2015. Disponível em: nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/educamb.pdf.

_____. Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Ed. Hucitec. 3ª Ed. São Paulo, 2001.

_____. Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo, S.V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FARIA, J. G.; BORBA, B. C.; MOREIRA, S. A. L. (1997). *Objeto de Aprendizagem: a Educação Ambiental como foco na produção de recurso didático-pedagógico virtual*. Disponível em: rtve.org.br/seminario/anais/PDF/GT6/GT6-5.pdf. Acesso em 02/10/2015.

FIGUEIREDO, Orlando. *A controvérsia na educação para a sustentabilidade: uma reflexão sobre a escola século XXI*. Revista Interações. Nº4 (2006), p.3-23. Disponível em: <http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/235/1/D1.pdf>. Acesso em 28 nov. 2014.

FIGUEIREDO, R. A. A. de; BARROS, F. B. B. (2015). “*A comida que vem da mata*”: conhecimentos tradicionais e práticas culturais de caçadores na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 193-212, abr./jun. 2015.

_____. R. A. A. de (2014). *A comida que vem da mata: aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, PA, Brasil.

_____. R. A. A. de (2010). *Na Trilha dos Ecos do Turismo: perspectivas na RESEX Ipaú Anilzinho, Baião/PA*. Monografia de Especialização. Universidade Federal do Pará. Belém, PA, Brasil.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília: Líder Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. - 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa Educacional*. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GONH, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

Governo do Estado do Pará. (2014). *Estatística Municipal – Baião*. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP. Acesso em 02 de dezembro de 2015. Em www.idesp.pa.gov.br/pdf/estatisticaMunicipal/pdf/Baiao.pdf

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GUIMARAES, M. *Educação Ambiental: no consenso em embate?* Campinas: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. *Armadilha paradigmática na educação ambiental*. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.de (orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2011.

GUTIÉRREZ, J. *Controvérsias disciplinares e compromissos pendentes na pesquisa contemporânea em educação ambiental*. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 12, n. 22, p. 83-106, jul./dez. 2003.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. Joao Alexandre Peschanski. São Paulo, SP : Boitempo, 2011.

HENRIQUES, R. *Raça e Gênero no Sistema de Ensino: Os limites das Políticas Universalistas na Educação*. Brasília: UNESCO, 2002.

IBGE. *Mapa Político do Estado do Pará*. (2009). Escala 1: 1.800.000. Projeção Policônica. IRIGARAY C. T. J. H. A transição para uma economia verde no direito brasileiro: perspectivas e desafios. in: Economia verde desafios e oportunidades; n. 8. 2011.

JACOBI, Pedro. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, nº 118, março/2003. p. 189-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em 29 ago. 2013.

KOPNIN, Pavel Vassilyevitch. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.

KOSIK, Karel. *O Mundo da Pseudoconcreticidade e sua Destruição*. In: *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

LAGO, A. A. C. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas*. Instituto Rio Branco. Brasília/DF. FUNAG, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Para que a Educação Ambiental encontre a educação*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetória e Fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004, p.11-18.

LEFF, Henrique (Coord.). *A complexidade ambiental*. Traduzido por Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LÉNA, Philippe. *As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições*. In: ESTERCI, Neide; LIMA, Débora; LÉNA, Philppe. *Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais*, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

LEITE, Ivonaldo. *Perspectivas da Política Brasileira de Educação Ambiental e a Questão do Desenvolvimento*. XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Perspectivas da política brasileira de educação ambiental e a questão do desenvolvimento. 2013.

LÉVY-STRAUSS, C. *A ciência do concreto*. In: _____. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.p. 76 - 114.

LIMA, Gustavo F. da C. *Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental*. In., Layrargues. Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília, 2004.

LORENZETTI, Julia V.; CARRION, R. S. M. *Governança Ambiental Global: Atores e Cenários*. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. Set.2012, p. 721-735, 2012. Pesquisado em 13 de outubro de 2015. Disponível em: www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo.../2012_ENEO58.pdf.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. *Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua*

reconstrução no ICMBio. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR. v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013.

_____. C. F. B. (org.). *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação Aspectos teóricos e metodológicos*. In. BRASIL. Educação ambiental em unidades de conservação. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Rio de Janeiro / RJ: 2007. Disponível em: www.ibase.br. Acesso em: 08 nov. 2014.

_____. C. F. B.; CUNHA, Cláudia C. *Estado Educador: Uma Nova Pedagogia da Hegemonia nas Reservas Extrativistas*. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2012.

_____. C. F. B. *Educação Ambiental Transformadora*. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004 (p.65-84).

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Metodologias convencionais e não-convencionais e a pesquisa em administração*. Cadernos de Pesquisas em Administração. São Paulo: 2º semestre. 1994.

MARTINS, L. M. *As aparências enganam: divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. 29ª Reunião Anual da ANPED, Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos, Caxambu, 2006.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. (Prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. K. ENGLS. F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª Ed. Lisboa: Edições Avante, 1975.

_____. K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

_____. K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes, 1987.

MELLO, Rômulo; MARTINS, Humberto Falcão. *Cisão: a concepção e implementação do Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio)*. In: Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2, 2009, Brasília.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. In. Revista Outubro. N. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*.- 9. Ed. Rev., atual.- e ampl.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NETO, E. A.; FERNANDES, M. J.; FELISMINO, S. C. (Orgs.). *Trabalho e Educação face à crise global do capitalismo*. Fortaleza; LCR, 2002.

NÓBREGA, F. P (2005). *Compreender Hegel*. Ed. Vozes, 3ª edição, Petrópolis.

NUNES, A. R. S. (2012). *Educação Ambiental Crítica e Sustentabilidade em Portos na Amazônia*: o Programa de Educação Ambiental da Companhia Docas do Pará. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará. Belém, PA, Brasil.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. *A Educação Escolar*: sociedade contemporânea. In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

PÁDUA, M. T. J. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. In: Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Rodrigo Medeiros, Fábio França Silva Araújo (Org.). Brasília: MMA, 2011.

PAIVA, V. P. *Educação popular e a educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PANIAGO, M. C. S. (2008). *Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado*. Revista da ABEPSS - Temporalis, Ano VIII, v.15, 2008.

PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S.; CARNICEL, Amarildo. *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra: Setembro, Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2007.

PBMC, 2014: *Base científica das mudanças climáticas*. Contribuição do Grupo de Trabalho do I Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas [Ambrizzi, T., Araujo, M. (eds.)]. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 464 pp.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Meio Ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*: proteção jurídica à biodiversidade biológica e cultural. São Paulo: IEB, 2005.

SANTOS, Mario Alberto dos. *Unidades de conservação, educação e planejamento comunitário: uma análise da realidade da Reserva Extrativista Marinha*. Baía do Iguape/BA. Salvador: 2007. (Dissertação de Mestrado).

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas, Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermerval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17ª Ed. Revista Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SCHENINI, Pedro C. COSTA, Alexandre M. VANESSA. Wendt C. *Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução*. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC: Florianópolis. 2004. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf>. Acesso em: 20 out 2014.

SEVERINO, Antônio. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª edição. São Paulo. Cortez
SILVA, J. B. da. Populações tradicionais, ação comunitária, capital social e educação: um debate necessário à efetivação de reservas extrativistas na Amazônia. *Revista Margens*, 6(10), 11-30, 2013.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T.; COSTA, A. P.; BATISTA, I. M. S. *Sustentabilidade Institucional em Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira*. Papers do NAEA (UFPA), v. 1, p. 1-20, 2013.

SIMONIAN, L. T. L. *Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas*. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2007.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 1986.

SOUZA, Camilo de L. P. de. *A importância da dialogia em educação ambiental: um olhar freireano*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TOZONI-REIS, M. F. de C. *Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas*. In: LOUREIRO, C.F.B. A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 177-221.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTI, Mayla Willik (org.) *Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa*. Educação em Revista – BH. V.28. Nº01. P.267-288. Março 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982012000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 28 nov. 2014.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: _____. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 13 - 37.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

8 – APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome completo: _____

Nome fictício: _____

Grau de escolaridade: _____

Ocupação: _____

Ocupação dos pais: _____

Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () desquitado () outros _____

Sexo: _____ Idade: _____

Comunidade: _____

Contato celular: _____

Reside com os pais? Sim () Não ()

Tem filhos? () Não () Sim Quantos? _____

Reside na RESEX a quanto tempo: _____

1. Quais os principais aspectos positivos e negativos da criação da RESEX sua opinião? Por quê?
2. Quais eram as suas expectativas ao se discutir a criação de uma reserva na região? A RESEX proporcionou o que você esperava? Caso não, o que faltou?
3. A RESEX contribuiu para alguma mudança importante em sua vida ou da comunidade? Qual?
4. Quais ações o ICMBio ou instituições parceiras realizaram na RESEX, como você as avalia?
5. O que mais lhe motivava ou não a participar das ações na RESEX?
6. Como você avalia as ações desenvolvidos pelo ICMBio ou Órgãos parceiros? Havia boa participação e aceitação dos moradores da comunidade? As ações tinham relação com a realidade da sua comunidade? Proporcionou algum tipo de aprendizado?
7. Você percebia uma articulação da teoria com a prática, mais especificamente com a realidade da RESEX?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Mestrado Acadêmico em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – PPGED/ UFPA. Estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é analisar, como a Política Nacional de Educação Ambiental em elaboração ou execução na/para a RESEX se configura como propostas sustentáveis e de desenvolvimento e se a PNEA esta construindo ações educativas na reserva que tenham por base a política e os programas de educação ambiental.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de trinta minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador no fone (91) 99330 0713 e também no contato de e-mail: roblecameta@yahoo.com.br.

Atenciosamente

Roble Carlos Tenório Moraes
CPF: 880.330.072-49

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante
Fone: () _____
E-mail: _____

Local e data

RESERVA EXTRATIVISTA NO PARÁ DESMONTA SERRARIAS ILEGAIS

E apreende 3 mil m3 de madeira, incluindo toras de castanheiras



Brasília (04/12/2015) – A Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no município de Baião, no Pará, acaba de divulgar o resultado da operação de fiscalização “Transcametá”, que desmontou duas serrarias ilegais instaladas no km 50 da BR-422 (antiga rodovia Transcametá), no entorno da reserva.

Durante a operação, que envolveu cerca de 70 servidores do ICMBio, Ibama, Polícia Federal, PM, Exército, secretaria estadual de Meio Ambiente e Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), foram apreendidos aproximadamente 3 mil metros cúbicos de madeira ilegal, incluindo toras de castanheiras, e removido todo o maquinário encontrado nas serrarias.

“O objetivo inicial da operação era o desmonte de seis serrarias, mas por conta da manifestação organizada pela população local, que depende economicamente dessa atividade ilegal, apenas duas delas foram desmontadas”, explicou o delegado da Polícia Federal Everaldo Eguchi.

Pelo menos duas pontes da BR-422, no sentido Baião-Tucuruí, sofreram tentativas de incêndio por parte de alguns poucos moradores locais, que fugiram com a aproximação da polícia. A intenção deles era evitar que os agentes de fiscalização chegassem ao local onde ficavam as madeireiras.

De acordo com o coordenador regional do ICMBio em Belém/PA (CR4), Fernando Peçanha Júnior, a operação foi motivada por denúncias de extração ilegal de madeira nas Resex Ipaú-Anilzinho e Arióca-

Pruanã, localizadas no eixo da Transcimetá. “Essa pressão contribui fortemente para o desmatamento nessas unidades de conservação”, afirmou ele.

Para o chefe da Resex Ipaú-Anilzinho, Rodrigo Figueiredo, além de impedir danos ao patrimônio natural das unidades de conservação e das populações tradicionais nela residentes, a operação, ao remover os equipamentos e a madeira obtida sem autorização, busca desmontar a estrutura e “descapitalizar” os responsáveis pelas madeiras ilegais.

“Com esse resultado, a operação “Transcimetá” reforça a atuação do Estado em dismantelar o esquema de exploração ilegal de madeira existente na região do Baixo Tocantins, especialmente ao longo da BR-422”, concluiu o chefe.

Comunicação ICMBio
(61) 2028-9280

Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/7390-reserva-no-para-desmonta-serrarias-ilegais.html>

Conselheiros da Resex IpaúAnilzinho (PA) participam de oficina de implantação de coleta de sementes

11/05/2015

Autor: Rodrigo Figueiredo

Fonte: ARPA <http://programaarpa.gov.br>

Membros do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista (RESEX) IpaúAnilzinho (PA) participaram de uma oficina de sensibilização sobre "Implantação de Áreas de Coletas de Sementes (ACS) em Comunidades Tradicionais". O evento ocorreu no dia 29 de abril, durante a primeira reunião de 2015 do Conselho.

A oficina destacou a importância desse tipo de atividade para promover a satisfação das necessidades humanas, incluindo seus benefícios econômicos, em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos conhecimentos tradicionais a ela associados. Nesse sentido foi destacado que as florestas têm muitas espécies diferentes que fornecem óleos, madeira, remédios, frutos e vários outros produtos, cujas sementes podem ser utilizadas para a produção e comercialização de mudas, contribuindo com a manutenção da diversidade biológica a partir do manejo pelas comunidades locais. A oficina representou um primeiro passo para a implantação de áreas de coleta de semente na região da RESEX IpaúAnilzinho.

Durante a reunião também foi discutido o processo de renovação de entidades representativas e seus respectivos membros do Conselho Deliberativo. Além disso, a realização do "I Seminário de Gestão Ambiental" da Resex, previsto para o período de 25 a 28 de junho, foi debatida, como parte da programação em comemoração aos 10 anos de criação da Reserva. De acordo com o chefe da Unidade de Conservação (UC), Rodrigo Augusto Alves de Figueiredo, "a realização do evento é uma grande oportunidade para discutir, juntamente aos comunitários, o cenário de gestão ambiental da Unidade ao longo desses 10 anos, avaliando seus avanços, possibilidades e limites".

Participaram da reunião moradores da Resex e do entorno da UC, além de representantes de órgãos públicos e privados, entre membros conselheiros, convidados e ouvintes. Sua realização contou com apoio financeiro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

<http://programaarpa.gov.br/noticias/conselheirosdaresexipauanilzinhoparticipamdeoficinadeimplantacaodecoletadesementes/>

As notícias publicadas no site Povos Indígenas no Brasil são pesquisadas diariamente em diferentes fontes e transcritas tal qual apresentadas em seu canal de origem. O Instituto Socioambiental não se responsabiliza pelas opiniões ou erros publicados nestes textos. Caso você encontre alguma inconsistência nas notícias, por favor, entre em contato diretamente com a fonte.

Operação contra comércio de madeira ilegal é suspensa no Pará

Comunidades fizeram manifestação contra a apreensão de madeira ilegal

POR AGÊNCIA BRASIL



Pelo menos duas serrarias foram fechadas e uma quantidade muito grande de madeira foi apreendida (Foto: Mario Tama/Getty Images)

A **operação Transcarnetá**, articulada para **fiscalizar o comércio de madeira ilegal em serrarias** nos arredores do município de Baião, no nordeste do Pará, foi interrompida por manifestações de moradores que vivem na região. Agentes da **Polícia Federal**, do Ibama, do Exército e do Ministério Público Federal chegaram a fiscalizar duas das seis serrarias previstas.

As serrarias ficam próximas ao km 50, da rodovia BR 422, conhecida como Transcarnetá, que dá nome à operação. De acordo com o delegado da Polícia Federal, Everaldo Eguchi, a maioria da população local sobrevive às custas de madeiras ilegais.

"Nós conseguimos desmontar duas serrarias e apreender uma quantidade muito grande de madeira serrada. E nós não conseguimos fazer mais porque a população da comunidade

fizeram manifestações, queimaram pneus, tentaram queimar uma ponte, colocaram mulheres e crianças na frente. Então para evitar um confronto maior, resolvemos retornar para avaliar a operação."

Eguchi explica que a operação foi motivada por denúncias de **retirada ilegal de madeira da Reserva Extrativista Ipaú Anilzinho** e de **terras indígenas** da região. Nesta quarta-feira (25/11), um encontro entre os órgãos fiscalizadores vai discutir o rumo da operação.

Fonte: Revista Globo Rural, de 25/11/2015.

<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2015/11/operacao-contracomercio-de-madeira-ilegal-e-suspensa-no-para.html>

03/01/2016

Povos e Comunidades Tradicionais: A tradição como estratégia de vida - Nova Cartografia Social da Amazônia

Nova Cartografia Social da Amazônia



Início

Apresentação

Notícias

Pesquisas

Publicações

Eventos

Pesquisar

Povos e Comunidades Tradicionais: A tradição como estratégia de vida

16 jun, 2015 • 18:06

Os expositores e participantes da mesa “Direitos Territoriais de Povos Tradicionais: Saberes e Conflitos sociais na Amazônia” convergiram no debate sobre a especificidade das formas de desenvolver a tradição como estratégia para a vida e buscaram aprofundar o significado da noção de tradição, não como algo ligado ao atrasado ou primitivo, mas ao presente e futuro, uma vez que ela permita “compreender direitos, interpretar direitos” como ressaltou Daniel Pinheiro Viegas, advogado, procurador do Estado do Amazonas e pesquisador do PNCSA.



Da esquerda para a direita, Daniel Pinheiro Viegas, Rosa Acevedo, Flávio Barros e Roque dos Santos debateram na Mesa Redonda, realizada no dia 03.06. 2015, na Sala 17 do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Essa sessão teve continuidade com o lançamento do livro “Resistência das Comunidades através da tradição”, de autoria de Daniel Pinheiro Viegas e Fabiano Buriol.

O senhor Roque dos Santos – representante do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), durante sua apresentação, descreveu as ações de sua comunidade para conquistar a Resex Ipaú Anilzinho – Região de Tucuruí (município de Baião, Pará) e a continuidade de sua luta para preservar a floresta, revelando uma interpretação do direito ambiental e da capacidade dos extrativistas de produzir atos e práticas de proteção das sementes, das castanheiras, da caça que são fundamentais a sua própria vida. Com sua fala serena, mas altiva e comunicativa, expressou os sentidos sociais, culturais e

03/01/2016

Povos e Comunidades Tradicionais: A tradição como estratégia de vida - Nova Cartografia Social da Amazônia

políticos das práticas dos extrativistas que vivem na Resex Ipaú-Anilzinho, como se pode denotar abaixo, neste trecho de sua narrativa:

"Nós enfrentamos cinco anos de luta! Muito, muito atormentada por fazendeiros. Lutamos cinco anos até conseguirmos ganharmos a questão com fazendeiro. Passado de tempo, a gente lutou pra criar a Resex Extrativista Ipaú – Anilzinho. Hoje, a gente tá lá dentro através de outra nova grande luta, uma grande conquista. Vou dizer, a Resex teve uma grande felicidade. Então, hoje eu estou aqui contando essa história pra vocês apesar de que também há muitas coisas que a gente não pode até nem tanto se expor porque a nossa vida como liderança é um pouco privada, a gente não pode expor tanto. Devidamente tem muitas pessoas que considera a gente como uma liderança, acha que deve premiar a cabeça da gente. Mas, isso eu não tenho tanto medo e os piores momentos a gente já passou. Eu Já fui ameaçado de morte, mas isso não me intimidou! Hoje graças a Deus a gente vive lá dentro, a gente já tem alguma coisa através da Reserva, a gente já conseguiu alguns benefícios. Aliás, vindo do governo federal temos uma parceria com ICMBio que qualquer maneira é o gestor da Reserva. ... A gente não está as mil maravilha, mas, não está dos piores – Mas, tem aquele dizer que – Eu quero mais! Eu já tenho um pouco, mas eu quero mais! – Então, eu que não me sinto ainda conformado de dizer que vou parar por aí porque eu já tenho um pouco – Não, eu quero mais! ... Então, a gente tem muitos outros problemas que, as vezes, às gente não pode, como hoje existe ainda algumas invasões lá de madeireiros. Existem invasões de caçadores dentro da Resex."

O senhor Roque dos Santos enfatizou a ação dos madeireiros que realizam a extração ilegal das madeiras, e o mais criminoso, esses agentes estão cortando as castanheiras –protegidas por lei – e os bacurizeiros. Informou ter notícias de multas "em cima do caminhoneiro, do madeireiro" mas que não passa pelo ICMBio e "nós que estamos lá dentro da Reserva, ficamos só com o toco da castanheira!". Ainda acrescentou:

"Ah então, eu queria que isso fosse considerado pra se tornar em lei, não pra dizer só pra Reserva. Pra todas as Reserva, isso eu desejo! Que se for aplicada uma multa pra um madeireiro, pra que essa multa possa ser revertida em benefício para a Resex. Os madeireiro, tira a castanheira e nós ficamos com o toco... Porque senão, nós ficamos mais ruim, porque vai embora nossa castanheira, vai embora nosso peixe, vai embora nosso tatuzinho, nossa paca, nosso veado, a anta. Tudo o que o caçador vai lá e mata, o pescador vai pega o peixe e vai embora, o madeireiro vai lá tira a madeira e vai embora e nós vamos ficar mais tarde com o quê?! Só com fome, né!"

A construção da BR-422, conhecida como TransCametá, é examinada pelo Sr. Roque dos Santos como "muito boa por uma parte porque nos serve, mas em compensação ela é influenciadora, muito grande, da extração de madeira". De outro lado, em comunidades formadas no interior da Resex alguns começaram a vender a madeira e "outro que já não tinha mais madeira começou a vender castanheira, outro vendendo acapu. Hoje, eu digo que eu tenho até vergonha desse assentamento"... O pior eu acho que nos já passamos. Eu quero que as coisas melhorem!"

O Sr. Roque dos Santos participou da Oficina de Mapas realizada na cidade de Tucuruí (outubro 2013), com apoio da Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências – APOVO e elaborou o croqui indicando a exploração madeireira e o corte de castanheiras. Estes dados constam do mapa "Expropriados, Acampados, Pescadores, Pequenos Agricultores Rurais, Extrativistas, Moradores de bairros e Indígenas atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí" (Caderno Nova Cartografia, 10. Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Setembro, 2014).

Flávio Bezerra Barros destacou observações diversas sobre as práticas de conservação de sementes de povos tradicionais como formas de resistência no Pará, Mato Grosso e no vizinho Peru. A luta pela manutenção das sementes crioulas (ou tradicionais) por parte dos povos camponeses no Brasil e na América Latina tem sido constante. Barros reproduziu o relato de Dona Rosa, quilombola em Mato Grosso, que cuida com zelo das sementes crioulas em quintais da cidade, na expectativa de um dia voltar para seu território e poder reproduzi-las, uma vez que sua comunidade foi expulsa da terra por fazendeiros da região de Cáceres. Outra experiência foi a dos indígenas Ticuna do rio Gamboa, no Peru, que defendem os lagos sagrados da ação de empresas de turismo. Os conflitos por recursos naturais continuam intensificando-se na Amazônia, afirmou o pesquisador.

Daniel Viegas comentou as iniciativas da Procuradoria Geral do Estado Amazonas, em que se debatem instrumentos legais que signifiquem proteção de direitos dos povos tradicionais que vivem em unidades de conservação. Relatou também a experiência do "Diálogo Amazonas", um círculo de debate institucional, iniciado a partir da mobilização das comunidades em provocar a Procuradoria da República para construir um modelo de política pública fundiária mais próxima da realidade vivenciada na tradicionalidade dos grupos extrativistas amazônicos, contando com a participação de dirigentes do Conselho Nacional dos Extrativistas, moradores de RESEXs e FLONAs, os quais formulam e constroem respostas jurídicas, a partir do debate das noções de tradição, concessão coletiva e sobre o uso dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, explicou Daniel Viegas, é preciso elaborar uma crítica radical a perspectiva integracionista quando se trata do Direito Indígena. Comentou a dificuldade que ainda existe no campo jurídico de se refletir mais profundamente sobre os indígenas que vivem na cidade de Manaus: "São os indígenas que reivindicam as terras indígenas na cidade, e como explicava o senhor Roque dos Santos, também estão reinventando suas tradições, sem deixar de ser índio".

03/01/2016

Povos e Comunidades Tradicionais: A tradição como estratégia de vida - Nova Cartografia Social da Amazônia



O grupo que acompanhou até o final do evento fez uma foto coletiva a pedido do senhor Roque dos Santos, no centro da fotografia.

Transcrição de registros fonográficos: Daiana Brito dos Santos

Fotografia: Rodrigo Figueiredo

Matéria: Rosa Azevedo

Revisão: Daniel Viegas

Compartilhe esta notícia:

Twitter

Facebook

Google+

Artigo anterior

Convite - Lançamento Boletim 9 - Guerra do Dendê

Próximo artigo

Lançamento do fascículo "Os Maranhenses do Bairro Santa Luzia: Cultura e Identidade da Comunidade São Raimundo Nonato"

Rodrigo Figueiredo



Durante operação foram apreendidos 3 mil metros cúbicos de madeira ilegal

Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho desmonta serrarias ilegais

A Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho (PA) acaba de divulgar o resultado da operação de fiscalização "Transcarnet", que desmontou duas serrarias ilegais instaladas no km 50 da BR-44 (antiga rodovia Transamazônica), no entorno da unidade de conservação (UC).

Durante a operação, que envolveu cerca de 70 servidores do ICMBio, Ibama, Polícia Federal e Militar, Exército, secretaria estadual de Meio Ambiente e Ministério

Público Federal no Pará (MFP/PA), foram apreendidos aproximadamente 3 mil metros cúbicos de madeira ilegal, incluindo toras de castanheiras, e removido todo o maquinário encontrado nas serrarias.

"O objetivo inicial da operação era o desmonte de seis serrarias, mas por conta da manifestação organizada pela população local, que depende economicamente dessa atividade ilegal, apenas duas delas foram desmontadas", explicou

o delegado da Polícia Federal Everardo Figueh.

Pelo menos duas pontes da BR-423, no sentido Belém-Tucuruí, sofreram tentativas de incêndio por parte de alguns poucos moradores locais, que fugiram com a aproximação da polícia. A intenção deles era evitar que os agentes de fiscalização chegassem ao local onde ficavam as madeireiras.

De acordo com o coordenador regional do ICMBio em Belém (CRB), Fernando Ryghin Junior, a operação foi motivada por denúncias de extração ilegal de madeira nas Resex Ipaú-Anilzinho e Avôca-Pruaná, localizadas no eixo da Transamazônica. Essas pressões contribuíram fortemente para o desmatamento nes-

sas unidades de conservação", afirmou.

Para o chefe da Resex Ipaú-Anilzinho, Rodrigo Figueiredo, além de impedir danos ao patrimônio natural das unidades de conservação e populações tradicionais nela residentes, a operação, ao remover os equipamentos e a madeira obtida sem autorização, busca desmontar a estrutura e "descapitalizar" os responsáveis pela madeireira ilegal.

"Com esse resultado, a operação 'Transcarnet' reforça a atuação do Estado em desmantelar o esquema de exploração ilegal de madeira existente na região do Baixo Tocantins, especialmente ao longo da BR-423", concluiu o chefe. ■



Maquinário encontrado na serraria foi destruído

Resex planeja seminário de gestão ambiental

Com o objetivo avaliar os principais avanços, limites e desafios ao longo dos seus 10 anos de criação, a Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho (PA) se prepara para realizar, no período de 18 a 21 de junho, seu 1º Seminário de Gestão Ambiental. O evento está previsto para ocorrer no Sítio Comunitário da Igreja Santíssima Trindade, localizado na comunidade de Joana Peres, uma das seis que integram a Unidade de Conservação (UC).

O seminário pretende promover um grande espaço de debate, articulação, troca de ideias, experiências e confrontação entre população local, comunidade científica, setor

público e privado e sociedade civil, firmando parcerias e estratégias importantes para o fortalecimento institucional e comunitário da Resex Ipaú-Anilzinho.

A mesa de abertura contará com a presença de representantes da Resex, de outros setores do Instituto Chico Mendes, da Procuradoria-Geral da República em Itacurubi (PA) e da Prefeitura de Baião. Outras atividades técnico-científicas, culturais e de lazer também estão previstas.

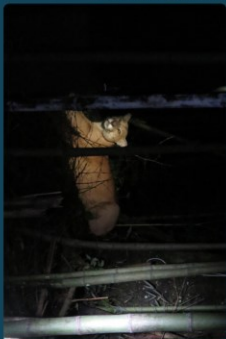
As inscrições para participar do evento podem ser feitas por meio de formulário online (<http://go.gd/forms/IKXLC4W7n>) ou durante o evento. Os participantes receberão certificados de comparecimento.

O 1º Seminário de Gestão Ambiental da Resex Ipaú-Anilzinho é uma promoção conjunta do Instituto Chico Mendes e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. O evento conta com apoio do Grupo de Pesquisa "Biodiversidade, Sociedade & Educação na Amazônia" (BIOSE), vinculado ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (NCADR/UFPa), e do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (Cepenq). ■



Seminário promoverá o debate entre população local, comunidade científica, setor público e privado e sociedade civil

Cenap realiza expedição



Lilian Bonjorne de Almeida

Uma onça-parda capturada no Parque Estadual da Cantareira (Cenap) realizou, neste mês, uma expedição para captura de onças-pardas no Parque Estadual da Cantareira, localizado no entorno da cidade de São Paulo. A analista ambiental Lilian Bonjorne de Almeida, coordenadora do projeto "Uso da Paisagem por onças-pardas em fragmentos de Cerrado e Mata Atlântica das Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista", foi responsável pela campanha.

Uma onça-parda macho adulto, pesando 56 quilos, foi capturada. O animal recebeu um colar GPS, que já está encaminhando os dados de sua localização. A onça já atravessou duas rodovias em menos de uma semana, incluindo a Rodovia Fernão Dias.



Pedra Grande, localizada no Parque Estadual da Cantareira, com vista para São Paulo, região próxima ao local de captura da onça-parda

Uma das ideias do projeto é monitorar indivíduos de onças-pardas nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista para registrar suas movimentações dentro e entre os remanescentes de vegetação nativa. Esse trabalho possibilitará a indicação de áreas que estão sendo utilizadas como corredores para acesso a outros fragmentos florestais ou de Cerrado, localizados no entorno de áreas urbanas ou periurbanas.

Também participaram da campanha o analista ambiental Elildo Carvalho Junior e o bolista Wiltoner Endo, ambos do Cenap, e o médico veterinário Marcelo Schiavo Nardi, do Departamento de Parques e Áreas Verdes de São Paulo, além de servidores do Zoológico de Guarulhos. ■

Ipaú-Anilzinho comemora 10 anos de criação

Acervo Resex Ipaú-Anilzinho



Evento buscou impulsionar o fortalecimento comunitário e institucional

A Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho (PA) realizou o "1º Seminário de Gestão Ambiental - Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável" para comemorar seu aniversário de 10 anos. Mais de 300 participantes, entre comunitários, estudantes e representantes de movimentos sociais, instituições públicas e privadas, estiveram presentes no evento que ocorreu de 17 a 21 de junho, na Vila de Joana Berts, uma das seis comunidades que integram a Unidade de Conservação (UC).

Diversas atividades técnicas e culturais foram programadas para impulsionar o fortalecimento comunitário e institucional. De acordo com o chefe da UC, Rodrigo Figueiredo, "o seminário foi organizado para discutir os principais avanços, limites e desafios da Resex Ipaú-Anilzinho ao longo dos seus 10 anos de vigência e proporcionar um momento de confrontação entre aqueles que lutam pelo desenvolvimento desta UC".

PROGRAMAÇÃO DIVERSIFICADA

Durante o evento foram abordados como temas o que é uma Resex, o que é a Resex Ipaú-Anilzinho, qual a importância da gestão ambiental participativa, mulheres extrativistas e protagonismo, quais as potencialidades para o desenvolvimento do (eco) turismo, qual a importância do destino adequado do lixo e a importância do diálogo intercomunitário e institucional.

Também foram realizadas apresentações culturais, oficinas ambientais e uma visita técnica à comunidade de Xinunga, que vive à margem esquerda do rio Tocantins. Para os moradores da UC, "os temas e as atividades práticas desenvolvidas são de fundamental importância para o processo de sensibilização, participação e engajamento de crianças, jovens e adultos".

Ao final do evento, os participantes tiveram a oportunidade de descrever o significado da Reserva, por meio de desenhos e falas, e de apresentar os aprendizados adquiridos com a realização do seminário. Eles também compartilharam um bolo de cinco metros, decorado especialmente com o símbolo da Unidade, a Castanhiera.

O 1º Seminário de Gestão da Resex Ipaú-Anilzinho foi uma promoção conjunta do Instituto Chico Mendes e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. A programação foi organizada por uma equipe de amigas do ICMBio e sua realização contou com o apoio de um grupo de mulheres locais. ■

Livro apresenta biodiversidade da Reserva Biológica de Sooretama

A Reserva Biológica de Sooretama é o tema de uma publicação com informações sobre a biodiversidade de um dos remanescentes florestais de Mata Atlântica. O livro Últimos Refúgios: Reserva Biológica de Sooretama, volume II, da série Áreas Protegidas no Espírito Santo, com informações sobre a área da Unidade de Conservação (UC), que abriga elementos raros da flora e da fauna brasileira, foi lançado em 12 de junho, pelo Instituto Últimos Refúgios.

A obra traz em seu conteúdo os frutos da iniciativa do engenheiro Alvaro Coutinho Aguirre e outros ambientalistas capixabas, que tiveram a iniciativa de reservar parte da Floresta de Tabuleiros para servir como refúgio da biodiversidade. "A partir da década de 1950, a região já dava sinais de empobrecimento devido ao avanço da ocupação das terras situadas na região centro-leste e norte do Espírito Santo", explicou Valdir Martins dos Santos, analista ambiental da UC.



Elton de Almeida, chefe da Reserva, ressaltou o empenho da sociedade na proteção da Unidade

Ao contrário de outras regiões do estado, a Reserva Biológica ainda tem uma cadeia biológica bem representada, além das espécies ameaçadas de extinção que podem ser encontradas no remanescente florestal. Sua área é uma importante fonte de estudos para pesquisadores e estudantes, que buscam o aperfeiçoamento na área ambiental.

Para Elton de Almeida Lima, chefe da Reserva Biológica, a publicação representa também o esforço de uma equipe de servidores públicos – desde a mais simples função até o cargo de maior destaque – que desde o início da sua criação fizeram a história da Unidade. "Também é necessário reconhecer o empenho da sociedade consentida, representada pelas inúmeras instituições e pessoas físicas, que colocaram-se como parceiras na proteção deste importante patrimônio natural. Isso inclui empresas, instituições públicas, escolas, universidades, pesquisadores e moradores do entorno das Reservas", afirmou Elton. ■



Heronie Fernandes

Ação de fiscalização coíbe pesca ilegal na Resex Ipaú-Anilzinho

Com base em denúncias de pesca predatória por invasores e para garantir a proteção da fauna aquática da Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho, o ICMBio realizou uma operação de fiscalização entre os dias 4 e 6 de março. A ação ocorreu na área rural do município de Baão, no Pará, onde está localizada a unidade de conservação (UC).

A Operação Xinjingá II, em alusão ao nome de uma comunidade ribeirinha da Resex situada à margem esquerda do rio Tocantins, contou com uma equipe de fiscais do ICMBio e policiais do Comando de Policiamento Regional IV do Pará (COPR IV). Durante a ação, foram flagrados e autuados infratores procedentes do município vizinho de Cametá que, além de estarem na área sem autorização, faziam o uso de aparelhos de pesca proibidos na região da UC, mesmo durante a pesca aberta.



Infratores estavam na área da UC sem autorização



Fernando Júnior

De acordo com o chefe da Resex, Rodrigo Figueiredo, a operação reforça a atuação institucional do ICMBio no monitoramento de lagos e rios da unidade, principalmente no período chuvoso, quando o aumento do nível do rio Tocantins facilita o acesso a lagos marginais, que servem para a proteção da fauna aquática local.

Ação semelhante foi realizada, anteriormente, no período de 28 de janeiro a 1º de fevereiro. O objetivo foi combater a pesca predatória no interior e entorno da Resex, como forma de garantir o período anual do defeso na bacia hidrográfica do Tocantins. Outras ações de proteção e sensibilização ambiental estão previstas para ocorrer na unidade ao longo do ano.

As duas ações contam com o apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Apro). ■

Cepene recebe regata noturna Recife-Tamandaré

Depois de 34 anos, foi reatada no dia 5 de março a regata noturna Recife-Tamandaré, em Pernambuco. A iniciativa foi da Fretilha Resiliente de Vela Oceânica (Fervo) e teve o apoio do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene).

Os veleiros partiram do Recife, à meia-noite e cinco minutos do sábado (5), e o primeiro deles chegou a Tamandaré às 5h30, já com o sol iluminando o belo cenário da costa sul pernambucana. O evento teve ainda o apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Prefeitura de Tamandaré, Instituto Recifes Costeiros e associação de turismo local.

CONSERVAÇÃO E HISTÓRIA

A Baía de Tamandaré é considerada o porto natural de contornamento mais perfeita em Pernambuco, muito propícia para o abrigo de embarcações. Já no século XVIII, foi palco da construção do Forte São João de Loyola e das batalhas entre holandeses e portugueses. Com mais de 300 anos, a estrutura do forte é composta pelos recifes de coral e óleo de baleia. Atualmente, passa por um processo de restauração.

O Cepene, a UFPE, o Instituto Recifes Costeiros e a Prefeitura oferecem apoio logístico para a chegada dos barcos. Fixam as boias de marcação da entrada da barra, cronometram a chegada de cada uma das embarcações e mantiveram uma lanterna de apoio durante todo o período da entrada dos veleiros na barra entre os recifes (tal a origem do nome Pernambuco,

em Tupi, abertura no mar entre os recifes).

O Cepene disponibiliza ainda toda a sua estrutura de alojamento, cozinha e refeitório. Na noite do sábado, foi celebrada uma confraternização entre os veleiros e os convidados com premiação e homenagens.

A atividade náutica de vela em Pernambuco é muito tradicional. Tamandaré costuma receber veleiros, inclusive embarcações de outros países da Europa e América, que ficam aportados em frente à sede do Cepene.

Juntamente com a UFPE, o centro presta apoio aos velejadores, como traslado à terra, fornecimento de água, energia para carregar as baterias, alojamento, entre outros requisitos necessários à manutenção das embarcações e à segurança dos velejadores, que, por sua vez, são potenciais parceiros na conservação da biodiversidade marinha da região. ■



Manoel Predrosa

Veleiros competidores próximos à Tamandaré

Serra das Lontras participa de debate sobre abastecimento de água

O Parque Nacional (Parna) da Serra das Lontras (BA) participou de audiência pública na Câmara de Vereadores de São José da Vitória, no dia 22 de março, para discutir a questão da água na região. Como o Parna presta importante serviço ambiental no fornecimento de água na Bacia do Rio Una, a equipe da unidade de conservação (UC) foi convidada a contribuir para a discussão do tema.

O evento contou com a presença de mais de 90 pessoas, entre moradores, representantes de diversas instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embas), e de vereadores dos municípios de São José da Vitória e de Buarcama.

Na oportunidade, o analista ambiental Bruno Pereira fez uma apresentação sobre a UC e sua contribuição no fornecimento de água na região. “Esta foi mais uma oportunidade de divulgar a importância da unidade e estreitar relações com lideranças e a sociedade local”, afirmou Bruno.

A região sofre há alguns meses com a seca, o que agravou problemas de abastecimento de água em diversos municípios. Na audiência, o professor Francisco de Paula, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), apresentou dados de uma pesquisa, mostrando que, apesar do perío-



Sheila Rancura

Evento foi mais uma oportunidade para ressaltar a importância do parque e a necessidade de preservar os recursos hídricos da região.

do de estigma, a situação do fornecimento de água nos municípios afetados ainda é confortável. O professor também chamou a atenção para a necessidade de se evitar desmatamentos na região e de manutenção das nascentes localizadas no interior do parque.

“O evento foi uma oportunidade para apresentar o parque como pertencimento a ser valorizado pela comunidade local e para chamar a atenção para a necessidade de preservar os recursos hídricos da região”, ressaltou o novo chefe do parque, Márcio Rabêllo. ■

Comunitários da Resex Ipaú-Anilzinho implantam horta comunitária

Professores, estudantes e comunitários participaram, entre os dias 28 de março e 1º de abril, de ação educativa para implantar uma horta comunitária na Escola Municipal da Vila de Joana Pires, em uma das seis comunidades que integram a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (PA). A iniciativa, que trabalha alimentação e cidadania, visa contribuir para a qualidade da merenda escolar e valorização da integração comunitária.

Os participantes plantaram sementes e mudas de hortaliças em uma área livre, até então inutilizada na escola, que passou a abrigar alimentos ricos em vitaminas, minerais e fibras. Além disso, destinaram um canteiro para o plantio



de espécies para fins medicinais.

“Esta atividade de horticultura é de uma importância muito grande para a comunidade, pois vai trazer muitos benefícios para a saúde das crianças, além de servir como uma grande educação para todas as famílias”, ressaltou a comunitária Selma Maria Rodrigues.

A ação foi idealizada pela gestão da unidade de conservação e promovida em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Universidade Federal do Pará – Campus Bragança. Para a criação da horta, o Senar realizou um curso de 40 horas, abrangendo conhecimentos teóricos e práticos sobre o cultivo orgânico de hortaliças. ■



Sílvia Galuppo

Horta comunitária valoriza a integração comunitária



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior

Número: 52376-1	Data da Emissão: 08/03/2016 12:15	Data para Revalidação*: 07/04/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ROBLE CARLOS TENÓRIO MORAES	CPF: 880.330.072-49
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	LEVANTAMENTO DE DADOS PARA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	01/2016	06/2016

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
6	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	A pesquisa deverá ser submetida ao Conselho Deliberativo da UC ou ter o devido consentimento das comunidades a serem envolvidas.
---	--

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PA	RESERVA EXTRATIVISTA IPAU-ANILZINHO	UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 68385438



Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior

Número: 52376-1	Data da Emissão: 08/03/2016 12:15	Data para Revalidação*: 07/04/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: ROBLE CARLOS TENÓRIO MORAES	CPF: 880.330.072-49
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 68385438



Página 2/2